

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
— JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

LICIA NARA FAGOTTI

**O "fazer-se" associativo:**  
associativismo e agricultura familiar no interior paulista

ARARAQUARA – SP  
2017

LICIA NARA FAGOTTI

## **O "fazer-se" associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista**

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Trabalho e movimentos sociais

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos

**Agência de fomento:** CAPES

ARARAQUARA – SP

2017

Fagotti, Licia Nara  
O "fazer-se" associativo: associativismo e  
agricultura familiar no interior paulista / Licia  
Nara Fagotti - 2017  
121 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Ricardo Luiz Sapia de Campos

1. associativismo. 2. agricultura familiar. 3.  
cooperação. 4. comunicação produtiva. 5.  
desenvolvimento local-territorial. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

# O "fazer-se" associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Trabalho e movimentos sociais

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos

**Agência de fomento:** CAPES

Data da defesa/entrega: 27/03/2017

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos

Universidade Federal do Goiás/GO

---

**Membro titular:** Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – UNESP  
Campus de Araraquara – SP – Faculdade de Ciências e Letras

---

**Membro titular:** Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa acompanhou dinâmicas sociais movidas por aspectos como solidariedade, ajuda mútua, reciprocidade, comunicação, mas também por seus opostos complementares. Tais aspectos fizeram-se presentes e agentes para que esta pesquisa fosse possível: os primeiros como força motriz de continuidade, os segundos como lembretes de que a humanidade ainda é um projeto em desenvolvimento.

Agradeço a todos e todas que estiveram presentes direta ou indiretamente durante esta fase. Aos agricultores familiares associados à Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Taquaritinga (APRAFT), pela receptividade e interesse por esta pesquisa. Aos agricultores das associações dos municípios de Boa Esperança do Sul e de Ibitinga (APIS-BOA E APRIB) pela participação na primeira fase desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara e a todos os professores e funcionários que o fazem possível.

À instituição de fomento à pesquisa CAPES, pelo papel não só material, mas imaterial que cumpre, possibilitando - ainda que pequeno diante de tudo que poderá ser - o desenvolvimento da pesquisa brasileira.

Ao meu orientador, Ricardo Luiz Sapia de Campos, que me acompanha desde muito

Às professoras Darlene Aparecida Ferreira e Rosemeire Aparecida Scopinho pela participação na banca de qualificação e pelas considerações que muito contribuíram para este trabalho. Aos professores Rodrigo Constante Martins e Renata Medeiros Paoliello pela participação na banca de defesa e pela visível atenção que dedicaram a este trabalho.

Aos meus colegas de grupo de estudo e pesquisa: Andreia, Daniela, Daniel, Jéssica, Camila. Os cafés e o compartilhar de ideias foram imprescindíveis. Às minhas amigas-irmãs e colegas de casa, Amália, Giuliana e Giovanna aprendi com vocês que o melhor da vida é de graça. Aos meus tantos amigos e amigas que se mantiveram compreensíveis com minha ausência nestes tempos. Aos que não se mantiveram, também.

Ao meu companheiro, Guilherme, que proporcionou a tranquilidade que eu precisava, e por ter me dado mais uma família.

A todos meus professores. Aos meus pais e irmão, sem a dedicação de vocês nada disso seria possível. Ao cheiro da Chácara Sapucaia. Somos um país Macunaíma.

## RESUMO

Este trabalho trata de refletir e debater sobre aspectos da cooperação, comunicação e interação que se concretizam e se complexificam na ação social organizada denominada de associativismo entre pequenos e médios agricultores familiares. A análise do associativismo foi fundamentada na investigação das práticas associativas de um grupo formado por pequenos e médios produtores de olerícolas: a Associação de Produtores Rurais de Agricultura Familiar de Taquaritinga (APRAFT), devido a características locais que podem abrir debate e discussão com o processo maior observado. Busco apreender a percepção dos associados em relação ao processo de associação, procurando estabelecer os nexos entre as demandas coletivas e individuais que compõem esses espaços produtivos. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa consiste em entender – de maneira contextualizada - os agentes e as formas de produção que, não raro, conectam-se às novas políticas públicas provenientes de diferentes escalas governamentais. Nesse sentido, mediante pesquisas anteriormente realizadas com produtores na região central do interior paulista, entendemos que tais agentes se caracterizam pela mobilização de processos de comunicação e de cooperação para a construção de possibilidades políticas, sociais, econômicas e simbólicas. Busco compreender de que maneira a participação em associações modifica o ambiente institucional influenciando a identidade, o campo de ação, de possibilidades e de estratégias desses produtores. Atento para a organização de pequenos e médios agricultores viabilizada pelo associativismo, que denota a agência deste grupo social diante do sistema produtivo.

**Palavras-chave:** associativismo, agricultura familiar, desenvolvimento local e comunicação produtiva

## RESUMEN

Este trabajo trata de reflexionar y debater sobre la cooperación, comunicación e interacción que se concretizan y se complejan en la acción social organizada denominada de asociativismo entre pequeños y medianos agricultores familiares. El análisis de lo asociativismo se ha fundamentado en investigación de las prácticas asociativas de un grupo formado por pequeños y medianos productores de hortalizas ubicados en el municipio de Taquaritinga (SP): a Associação de Produtores Rurais de Agricultura Familiar de Taquaritinga (APRAFT), debido características locales que puedan abrir el debate y la discusión con el proceso mayor observado. Tratar de aprehender la percepción de los asociados en relación con el proceso de asociación, y los vínculos que se establecen entre el colectivo y las demandas individuales que componen estos espacios productivos. Por lo tanto, el objetivo general de la investigación es comprender los agentes y formas de producción que a menudo, se conectan a las nuevas políticas públicas de diferentes escalas de lo Estado. En este sentido, a través de la investigación llevada a cabo con anterioridad con los agricultores de la región central de São Paulo, entiendo que tales agentes se caracterizan por los procesos de movilización de comunicación y cooperación para la construcción de las posibilidades políticas, sociales, económicas y simbólicas. Busco entender cómo la participación en asociaciones modifica el entorno institucional que influye en la identidad, el campo de juego de posibilidades y estrategias de estos agricultores. Atento para la organización de pequeños y medianos agricultores viabilizada por el asociativismo, que denota la agencia de este grupo social ante el sistema productivo.

**Palavras-clave:** asociativismo, agricultura familiar, desarrollo local, comunicación productiva

## ABSTRACT

The research aims to reflect and debate on aspects of cooperation, communication and interaction that become concrete and complex in the organized social action denominated as associativism between minor and medium agricultural producers. The analysis of associativism was based on the investigation of the associative practices of a group formed by minor and medium producers of vegetables: the Association of Rural Producers of Family Agriculture of Taquaritinga (APRAFT), due to local characteristics that can open debate and discussion with the largest observed process. This study pursue to apprehend the perception of the members on the cooperation process, searching to establish the links between the collective and individual demands that make up these productive spaces. Thus, the main objective of the research is to understand - in a contextualized way - the agents and the forms of production that, not rarely, connect to the new public policies coming from different governmental scales. In this sense, through previous research with producers in the central region of São Paulo, we understand that these agents are characterized by the mobilization of communication and cooperation processes for the construction of political, social, economic and symbolic possibilities. The objective is to understand how participation in associations modifies the institutional environment influencing the identity, field of action, possibilities and strategies of these producers.

**Keywords:** Associativism, family agriculture, local development and productive communication

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1.</b>	Estrutura Organizacional da APRAFT	<b>53</b>
<b>Figura 2.</b>	Funcionamento da CATI em relação às associações	<b>54</b>
<b>Figura 3.</b>	Microrregiões do Estado de São Paulo	<b>71</b>
<b>Figura 4.</b>	Geográfica da Produção de Hortaliças no Estado de São Paulo	<b>74</b>
<b>Figura 5</b>	Proporção entre estabelecimentos familiares e não-familiares	<b>85</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b>	Faixa etária dos produtores rurais	<b>80</b>
<b>Gráfico 2.</b>	Escolaridade dos produtores estudados	<b>81</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Dados referentes à população total e a densidade demográfica de Taquaritinga	<b>65</b>
<b>Tabela 2.</b>	Número de Unidades Agropecuárias de até 50 hectares e área ocupada	<b>72</b>
<b>Tabela 3.</b>	Evolução no número de associações vinculadas ao Projeto Estadual Microbacias Hidrográficas II nos anos de 2002 a 2009	<b>77</b>
<b>Tabela 4.</b>	Local de residência do grupo estudado	<b>83</b>
<b>Tabela 5.</b>	Porcentagem da renda familiar proveniente da agricultura familiar	<b>86</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b>	Metodologia da pesquisa	<b>24</b>
<b>Quadro 2.</b>	Percepção dos associados em relação à associação	<b>29</b>
<b>Quadro 3.</b>	Características organizacionais	<b>29</b>
<b>Quadro 4.</b>	Comparativo entre Associação e Cooperativa	<b>33</b>
<b>Quadro 5.</b>	Diferenças conceituais entre associação/cooperação e associativismo/cooperativismo	<b>38</b>
<b>Quadro 6.</b>	Tipos de interação entre Estado e o Capital Social	<b>51</b>
<b>Quadro 7.</b>	Dificuldades internas e externas	<b>56</b>
<b>Quadro 8.</b>	Sobre os objetivos da Associação	<b>57</b>
<b>Quadro 9.</b>	Objetivos, Motivos e Significados	<b>58</b>
<b>Quadro 10.</b>	Dados das associações	<b>61</b>
<b>Quadro 11.</b>	Referente ao tamanho em número populacional dos municípios do Brasil e do Estado de São Paulo, especificamente	<b>66</b>
<b>Quadro 12.</b>	População rural nos municípios do grupo estudado	<b>83</b>
<b>Quadro 13.</b>	Outras fontes de renda obtidas pelos associados do grupo estudado	<b>84</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APRAFT** Associação de Produtores rurais da Agricultura Familiar de Taquaritinga
- ATER** Assistência técnica e extensão rural
- CATI** Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CEPAL** Comissão Econômica para América Latina
- CONCRAB** Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- EDR** Escritório de Desenvolvimento Rural
- EMATER** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO** Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FAMHESP** Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo
- FATEC** Faculdade de Tecnologia
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCONESP** Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unesp de Araraquara
- INCOOP** Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos
- MAPA** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** Ministério do Desenvolvimento Agrário
- OCB** Organização das Cooperativas Brasileiras
- OCDE** Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PAA** Programa de Aquisição de Alimento
- PAC** Política Agrícola Comum
- PNAE** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PPAIS** Programa Paulista de Agricultura e Interesse Social
- PRONAF** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SEBRAE** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
- SENAI** Serviço Nacional de Aprendizagem a Industrial

*Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes, isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para ele desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal (SIMMEL, 2006).*

## SUMÁRIO

ABERTURA	12
INTRODUÇÃO	15
<b>1.1 Procedimentos e técnicas de pesquisa</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Delineamento da pesquisa</b>	<b>25</b>
<b>1.3 Categorias de análise</b>	<b>27</b>
2. ASSOCIATIVISMO: DILEMAS E POSSIBILIDADES PARA O “EMPODERAMENTO” DE PEQUENOS MÉDIOS PRODUTORES FAMILIARES	30
<b>2.1 Associativismo: uma análise conceitual</b>	<b>30</b>
<b>2.2 Cooperação e comunicação: um entrelace produtivo</b>	<b>38</b>
<b>2.3 O perfil produtivo dos associados da APRAFT</b>	<b>52</b>
<b>2.4 Considerações finais da seção</b>	<b>63</b>
3 PRODUÇÃO FAMILIAR E O CONVÍVIO COM UMA NOVA RURALIDADE: PERFIL PRODUTIVO DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS	64
<b>3.1 Novas perspectivas produtivas no campo brasileiro</b>	<b>64</b>
<b>3.2 Caracterização município estudado e da região</b>	<b>70</b>
<i>3.2.1 Organização produtiva da olericultura</i>	<i>73</i>
<i>3.2.2 Perfil do agente: Sexo, Faixa etária, Escolaridade e Moradia</i>	<i>77</i>
<i>3.2.3 Perfil da propriedade: tamanho, renda e produção</i>	<i>84</i>
<b>3.3 Considerações finais da seção</b>	<b>87</b>
4. AÇÃO COMUNICATIVA COMO CHAVE-EXPLICATIVA DOS PROCESSOS ASSOCIATIVOS	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
Apêndice A — Questionários	110
Roteiro das entrevistas semi-abertas	111
Questionário aplicado a todos os associados	116

## ABERTURA

A pesquisa realizada debruçou-se sobre o tema do trabalho associado que acontece via mobilização dos processos de cooperação, comunicação e interação entre pequenos e médios produtores, categorizados no que se convencionou a chamar de agricultura familiar. Algumas experiências desse tipo foram encontradas e observadas no interior paulista - em particular na região central do estado. Sendo assim escolhi como lócus empírico uma experiência associativa localizada no município de Taquaritinga (regional de Araraquara e microrregião de Jaboticabal) observada ao longo dos anos de 2015 e 2016. Essa experiência acompanhada está associada a uma trajetória de pesquisa que teve início na graduação em ciências sociais, em particular no aprofundamento das leituras nas áreas da sociologia rural e do trabalho.

O interesse pela temática da agricultura surgiu com os trabalhos de campo desenvolvidos na região central do interior paulista, nos anos de 2013 e 2014 quando participei como bolsista de Treinamento Técnico I (FAPESP 2013/04478-2), durante a graduação, no Projeto Jovem Pesquisador<sup>1</sup> coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos. Em larga medida, esta pesquisa especificamente, compreendeu o estudo de pequenas e médias propriedades relacionadas a experiências alternativas de produção (*fairtrade*-comércio justo, orgânicos, etc.) relacionadas à emergência de mercados diferenciados - destoantes do antigo modelo de agricultura tradicional voltada para a produção em série - e a constituição de uma nova rede de consumo e saber produtivo com as políticas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e de outras instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), sindicatos etc.

O mapeamento das 19 cidades<sup>2</sup> da Região Central do Estado de São Paulo durante esta pesquisa permitiu a percepção de associações caracterizadas por agrupar produtores familiares, numa região na qual a produção massificada de cana-de-açúcar e laranja é

---

<sup>1</sup>Projeto Jovem Pesquisador que tem como tema “Capitalismo Cognitivo e a dinâmica da agricultura “Alternativa” no contexto “local” de Araraquara – o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP” (Processo: 2010/50857-7) coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos, no qual a minha participação aconteceu efetivamente em pesquisa de campo, realizando entrevistas com pequenos produtores agrícolas “alternativos” e divulgação de pré-resultados de pesquisa em eventos e seminários.

<sup>2</sup>Os municípios são: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiçu.

econômica e politicamente predominante, o que impulsionou/gerou em mim curiosidades e questionamentos de pesquisa. Os resultados produzidos revelaram que 75% dos produtores entrevistados na região participavam de associações locais (FAPESP 2010/50857-7).

Cabe apontar que a presente proposta de análise acompanha os desdobramentos da emergência de um “novo tipo de sociologia rural” que iniciou suas atividades na década de 70, que incitou debates sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e os fatores para a persistência da forma familiar de produção, emerge com o objetivo de debater e entender mais as relações sociais na agricultura e menos a difusão de novas tecnologias e análises psicocomportamentais dos agentes do campo, como foi outrora, na tradicional sociologia rural.

Essa nova forma de pensar metodologicamente e analiticamente as relações sociais que ocorrem na agricultura surge a partir dos desafios colocados pelas transformações na atividade depois da implantação dos chamados “pacotes verdes”, juntamente com os novos temas sobre a reestruturação das economias capitalistas, o comércio de “commodities” agrícolas, a constituição do sistema internacional de *agri-food*, as análises das classes sociais na agricultura e as problemáticas ambientais.

Parto do pressuposto de que os pequenos e médios produtores não exercem o papel residual perante as grandes produções, tratando-se então de compreender a subjetividade dos agentes e suas interações com processos macrosociológicos<sup>3</sup>. Dessa forma na primeira seção, “Introdução”, apresento um breve histórico sobre o desenvolvimento dos processos cooperativos e associativos no Brasil, suas continuidades e discontinuidades, e o papel que tiveram no desenvolvimento e permanência da produção familiar. Apresento também o desenho metodológico que constitui essa pesquisa, me aproximando dos pressupostos de Habermas (2012), Marazzi (2009), Gorz (2003), Lazzarato e Negri (2001) Polanyi (1980), Offe (1989).

Na segunda seção, intitulada “Associativismo: desafios e possibilidades para um empoderamento dos pequenos e médios produtores”, considerando a diversidade de experiências e de especificidades de organizações coletivas em termos mundiais e nacionais, recupero o processo de formação das primeiras experiências cooperativas no mundo e os

---

<sup>3</sup> A noção de agente social com a qual propus debater e ancorar esta pesquisa consiste na premissa de que indivíduos ou coletividades, pessoas, classes, ou instituições, disputam entre si alguma coisa de interesse comum. Dessa forma o agente “age” e disputa dentro do seu campo de interesse. Nesse sentido, alinho-me a uma análise relacional, dinâmica e não-estática dos agentes envolvidos nesta pesquisa.

debates teóricos decorrentes desses fenômenos sociais. Nesse sentido, coloco em diálogo as discussões teóricas que versam sobre o cooperativismo e associativismo com o processo de formação da organização de produtores familiares de Taquaritinga (SP), e as relações institucionais estabelecidas entre esta e o Estado brasileiro por meio da co-gestão. Desta forma, reflito e debato sobre as formas de organização da sociedade civil, privilegiando o debate sobre o modelo associativista, especialmente no que se refere às particularidades de organizações formadas por produtores rurais. Para isso, contextualizo necessariamente as ações considerando seus agentes, o projeto coletivo e os individuais e as redes em que se articulam para apreender o nível de protagonismo e as possíveis mudanças decorrentes. Considero também, a questão mais eminente na pesquisa de campo realizada: o associativismo e sua legitimação via políticas públicas de desenvolvimento como modelo organizativo.

Na terceira seção, “Produção familiar e o convívio com uma nova ruralidade: perfil produtivo das experiências estudadas” desenho o cenário histórico-produtivo das regiões estudadas, buscando entender o papel da produção familiar nas dinâmicas territoriais delineando características dos agentes estudados traçando um possível perfil, assim como elementos que qualificam as experiências associativas. Importante, sobretudo é elucidar as redes locais e regionais que dialogam com os agentes envolvidos, e as instituições (públicas e privadas) que estabelecem parcerias com os agricultores. Apresento dados produzidos via trabalho de campo abrindo discussão com a literatura específica que dialoga e compreende o cenário sobre as reapropriações do campo brasileiro e os agentes rurais que o compõem.

A partir das variáveis de sexo, escolarização, moradia, renda, dentre outras, buscarei compreender as novas perspectivas, aquilo que se mantém no cenário rural brasileiro e como as associações de agentes rurais contribuem para a formação de um ambiente propício para uma reorganização produtiva. O objetivo desta seção também é entender de que maneira a produção familiar organiza-se diante de um mercado global de *commodities* que privilegia a circulação de mercadorias dos países entendidos como industrializados. O interesse é entender de que forma os processos de cooperação e comunicação entre os produtores colaboram para o desenvolvimento local e territorial do interior paulista, e como tais processos contribuem para a viabilização da pequena e média agricultura.

Na quarta seção, “Ação comunicativa como chave-explicativa dos processos associativos”, apresento as possibilidades e os dilemas – no que se refere ao associativismo -

empiricamente expressos pelos agentes observados, em contexto de produção familiar localizada no município de Taquaritinga (SP), e proponho uma compreensão da realidade observada pelos conceitos de agir instrumental e agir comunicativo, Sistema e Mundo da Vida. Este recorte procura fundamentar a explicação do conflito de diferentes racionalidades que caracterizam os processos sociais da modernidade.

## INTRODUÇÃO

No encaminhamento desta pesquisa de mestrado e de outras desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa *Capitalismo cognitivo, ruralidade e agricultura*<sup>4</sup>, foi constatado que a expressividade e a dinamicidade da pequena produção estavam associadas à capacidade dos produtores em se organizarem-se em associações e cooperativas agrícolas. Pequenos e médios produtores geralmente organizados, ou remanescentes da organização produtiva que se convencionou chamar de “agricultura familiar”, preenchem nichos específicos de mercado não ocupados pela grande produção (SILVA, 1999).

Diante deste contexto debruço-me sobre as formas de organização associativa estabelecidas por um grupo formado de pequenos e médios produtores familiares que adquiriram suas propriedades por forma de compra ou herança.<sup>5</sup> O lócus empírico deste trabalho, a Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Taquaritinga (APRAFT) é composta por 19 associados (quantidade que se manteve no decorrer da pesquisa), e foi fundada no ano de 2013, com 15 associados à época. A APRAFT formou-se a partir de relações de interconhecimento entre produtores familiares do município de Taquaritinga (SP), impulsionados, principalmente, por produtores já associados em outras organizações coletivas. A associação serviu para ampliar as possibilidades de comercialização dos

---

<sup>4</sup>As dissertações de Andréia Roviero “Terras nas mãos dos pequenos: relações produtivas e econômicas dos pequenos produtores de cana para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista” (2015); de Daniela Rodrigues Alves de Lima “O movimento Slow Food e seus impactos para a produção do queijo artesanal para a região do Alto Paranaíba, Minas Gerais” (2016); de Rafael Claro Daniel “Pequena produção da cachaça no interior paulista: a informalidade em questão” (2016), e a monografia de Jéssica Aline Troiano “A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica: algumas experiências brasileiras e espanholas” (2015).

<sup>5</sup> A temática da agricultura familiar foi colocada nesta pesquisa a partir do momento em que os agentes/grupo observado entendem-se e colocam-se enquanto tais. Além disso, são reconhecidos institucionalmente como agricultores familiares, pois todos têm a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento indispensável para acesso a essa modalidade de crédito. É de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a sua emissão é realizada pelo INCRA e órgãos conveniados, tais como as empresas de assistência técnica. Para maiores informações sobre a DAP, acessar: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>

agricultores familiares, visto que estes se veem constantemente em uma situação desfavorável diante de atravessadores (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), por exemplo) e de desvalorização dos compradores locais (mercados, varejões, feiras, etc).

São pequenos produtores de olerícolas<sup>6</sup> definidos pelo módulo municipal que corresponde a 1 a 4 módulos fiscais (14-56 ha), circunscrevendo os produtores observados no âmbito do que se convencionou chamar de agricultura familiar. A Associação está desenvolvendo suas atividades em torno do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS)<sup>7</sup>, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o programa estadual Microbacias Hidrográficas II.

A APRAFT está localizada no município de Taquaritinga (SP), na microrregião de Jaboticabal e na região de governo de Araraquara. Na microrregião de Jaboticabal existem nove mil trezentos e sessenta e três (9.363) unidades de produção agrícola sendo que em quatro mil quinhentos e vinte (4.520) existe produção da cana-de-açúcar, pasto de maior expressividade nas regiões (LUPA/ 2008). O município de Taquaritinga é o que mais concentra número de unidades de produção agrícola. Pequenos e médios produtores expressam um grupo significativo nas regiões de estudo, segundo o LUPA (2007/2008), indicando um contexto territorial de forte hegemonia do agronegócio.

Ainda assim, desenvolvem-se na região, em menor ocorrência, pequenos empreendimentos especializados que contribuem para a configuração de uma nova ruralidade nesses municípios. Constataram-se também relações de interdependência entre esses diferentes modos de produzir, sendo que por vezes o plantio de cana-de-açúcar funciona como garantia financeira e permite que os produtores invistam em outras atividades. Nesse quadro, o associativismo termina por ser uma dinâmica estratégica da sobrevivência da agricultura familiar e da produção de alimentos no rural paulista.

A escolha da APRAFT como lócus empírico da pesquisa considerou o objetivo de apreender a relação entre a percepção dos produtores em relação ao processo associativo e o funcionamento da associação, e entender *se e como* o associativismo influencia o cenário

---

<sup>6</sup> Cultivo de plantas de consistência herbácea, de ciclo curto e necessidade de cuidados intensivos, utilizadas na alimentação humana, sem exigir industrialização prévia.

<sup>7</sup> Ação do Governo do Estado de São Paulo que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar

econômico, político, social e cultural da região. Trata-se de uma pesquisa complexa na medida em que carrega em si o objetivo de revelar aspectos subjetivos do processo associativo. Portanto, optei por escolher um “espaço” de associação no qual já havia estabelecido relações e vínculos em trabalhos anteriores, percebendo uma abertura para continuar desenvolvendo esta proposta de pesquisa.

Desta feita, busco compreender a dinâmica de espaços associativos formados por pequenos e médios produtores de olerícolas a partir observação de elementos que mostrem se existe, e como existe, a preservação da ação coletiva, da cooperação, do agir comunicativo e do entendimento comum, que, em tese, são princípios motivadores de sua existência e subjetividade. Com isso, atentarei para o impacto das redes de relações estabelecidas entre os agentes, entre os agentes e as instituições locais, regionais e nacionais, e as possíveis conexões com a possibilidade de criação de sociabilidades, de relações de confiança, do compartilhamento de subjetividades, e na configuração de novos modelos de desenvolvimento local-territorial (PUTNAM, 1996), temas vinculados à valorização das análises territoriais sobre as quais versa esta pesquisa.

Ademais, ao considerar espaços associativos como fenômenos motivados por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, observo a presença de diferentes racionalidades que se relacionam a valores comunitários, culturais, políticos e econômicos.

Um dos principais desafios enfrentados por pequenos e médios produtores é a garantia de que seus produtos serão vendidos, diminuindo as chances de prejuízo. Sobre isso, algumas análises apontam que a tendência associativa entre os agricultores familiares pode estar relacionada a aspectos como a agregação de valor aos produtos, e ao controle dos mecanismos produtivos, desde a produção até o consumo, evitando assim a intervenção de setores intermediários (SILVA, 1998). Nesse quadro, os produtores buscam estratégias organizacionais para garantir a venda de seus produtos - reprodução econômica e social - quando se verifica que espaços como associações e cooperativas têm se tornado um meio para vendas coletivas, seja em feiras locais ou por intermédio da participação em programas de políticas públicas, na medida em que estes oferecem infraestrutura produtiva e gestão da produção. Tais linhas de raciocínio sugerem a relevância de tal pesquisa particularmente

quando conectada às cidades pequenas<sup>8</sup>, levando em conta o número expressivo de municípios brasileiros com este perfil.

Além disso, com o desenvolvimento desta pesquisa reconhece-se e dimensionam-se as racionalidades (política, econômica, ambiental etc.) envolvidas nas dinâmicas dos espaços associativos, identificando os pressupostos com os quais seus agentes vêm operando a produção familiar, ao admitir no processo de desenvolvimento, relações democráticas baseadas na participação horizontal e nos laços de coesão.

O debate colocado refere-se aos possíveis ganhos gerados mediante relações entre os agentes que engendram o desenvolvimento de uma organização social (através de relações de confiança, normas e sistemas) e que ampliam suas possibilidades (BOURDIEU, 1980; PUTNAM, 1996). De saída, pode-se afirmar que esta pesquisa engloba experiência associativa cujas “fontes” impulsionadoras são construídas a partir de incentivos institucionais. Análises de experiências brasileiras chamadas de “pactos territoriais”, que compõem o projeto de desenvolvimento pautado na elevação do capital social, revelam algumas ações básicas norteadoras, como, por exemplo, a organização/mobilização dos agentes envolvidos em torno de uma idéia-guia; a participação dos agentes não só na execução, mas na elaboração dos projetos; dentre outros (ABRAMOVAY, 2000). No caso de programas como o PRONAF, por exemplo, os agentes interessados são condicionados a participarem dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, de associações, cooperativas etc; representando as mudanças de ordem institucional e normativa.

Com o objetivo de pormenorizar as formas de organização social dos pequenos e médios produtores rurais inserindo-as no debate sobre as novas formas de fazer economia e política por meio da ampliação da participação dos agentes no processo produtivo, constituíram-se objetivos específicos da pesquisa que são hipoteticamente relacionados entre si: 1) verificar e analisar, a partir de observações em campo e de análise das falas dos agentes associados, a relação entre as percepções que os associados atribuem ao processo associativo e as características organizacionais da associação; 2) em que condições econômicas, políticas

---

<sup>8</sup>Utilizaremos, em larga medida, a metodologia do IBGE referente ao Censo Demográfico de 1991, que categoriza como cidades pequenas aquelas que apresentam população urbana inferior a 100 mil habitantes. No caso desta pesquisa, as cidades pequenas são compreendidas por sua configuração espacial, estética, político-administrativa e por se constituírem como espaços nos quais a produção e o consumo caracterizam amplamente pela via local-local. Destaca-se ainda que a proximidade da população dos municípios desta pesquisa com o critério adotado pelo IBGE, na medida em que Taquaritinga apresenta uma estimativa, em 2016, de 56.771 mil habitantes.

e sociais emergem associatividades como esta. A hipótese norteadora que construí a partir desses objetivos é a de que, deixando de ser consequência, aspectos subjetivos do processo produtivo (comunicação, cooperação e interação), passam a ser condição de desenvolvimento e participação política (HABERMAS, 2012; GORZ, 2003; LAZARATTO; NEGRI, 2001; MARAZZI, 2009).

O conceito de associativismo contempla diferentes modalidades de organização coletiva, como por exemplo, o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não-governamentais, e outras. Como dito, no Brasil o associativismo, especificamente entre os produtores rurais, se intensifica nos anos de 1980 em decorrência da crise econômica que fragilizou o funcionamento do modelo cooperativista nos moldes em que os produtores rurais poderiam participar. Nesse sentido, o distanciamento do modelo cooperativista das necessidades dos pequenos produtores fez com que estes grupos buscassem outros sistemas de organização social, e, a partir do final dos anos 1980 intensificados por estímulos governamentais impulsionam a formação de associações, por meio de políticas públicas e por uma rede institucional.

O que aproxima o associativismo do cooperativismo são seus princípios fundadores de autogestão e propriedade coletiva dos empreendimentos. Segundo a Cartilha do Associativismo (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008), o associativismo é uma forma de participação social por meio da atuação coletiva. No Brasil, o debate apresenta-se, não raramente, dicotômico: o cooperativismo *autêntico*, apoiado pelo movimento da Economia Solidária<sup>9</sup>, comendo a defesa de princípios autogestionários e de emancipação dos trabalhadores; e o cooperativismo *tradicional*, que se apresenta formalmente representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), orientado amplamente pelos princípios de mercado por meio de organização social (LIMA, 2009). Neste trabalho, distancio-me das interpretações categóricas e dicotômicas acerca do cooperativismo e do associativismo, que os compreendem como processos de alienação travestidos de emancipação dos trabalhadores. Proponho acompanhar uma linha intermediária de interpretação desses processos e aproximar-

---

<sup>9</sup>Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego a economia solidária difere-se da economia tradicional na medida em que não separa os proprietários dos meios de produção dos trabalhadores. Alguns exemplos de experiências comuns de economia solidária são associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras. Além disso, alguns princípios da economia solidária são: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade.

me do debate proposto por Barone (2008), Costa e Ribeiro (2001), Demo (2001), Scopinho (2006), dentre outros.

A multiplicidade das formas de trabalho associado coloca a necessidade de pensar as categorias dicotômicas para além das antigas divisões, conectando-as com os fundamentos micro e macro da ação, considerando também os aspectos estruturais e a complexificação dos processos de individualização que a modernidade, as sociedades industriais e as pós-industriais sugerem aos indivíduos. Por que os indivíduos agem coletivamente? Qual o sentido da ação? Essas questões têm propiciado ampla discussão nas ciências sociais, especialmente na sociologia e na ciência política. Como compreender ações coletivas que se espalham pela trama social e que articulam interesses individuais e coletivos num contexto de crescente individualização da sociedade moderna, na qual os indivíduos mostram-se cada vez mais atomizados, transformando-se em uma unidade referencial do social? Em que condições tais ações acontecem?

Nos últimos anos, as questões sobre os processos de associativismo e cooperativismo têm-se constituído como objeto de interesse de diversos agentes privados e públicos bastante diferenciados quanto às metodologias, às ênfases temáticas e à abrangência geográfica. A redemocratização do país, a revitalização política e a expansão econômica sugeriram novos aspectos sociais, econômicos e ambientais às mais diversas instâncias sociais - ainda que o debate e as práticas associativas tenham-se arrefecido no período militar brasileiro - e como consequência disso, emergem programas e políticas públicas de incentivo às práticas associativas entre pequenos e médios produtores rurais.<sup>10</sup> Atualmente observam-se outros setores da sociedade participantes desse processo, como as Universidades, que promovem o desenvolvimento de projetos de extensão e disseminam práticas produtivas de economia solidária.<sup>11</sup>

Alguns estudos avaliaram os impactos desses programas e os resultados, em linhas gerais, mostram que o associativismo, enquanto condição de ingresso estimula a formação de ações organizativas na busca por construir esquemas de garantia de crédito, de compras

---

<sup>10</sup>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1955; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003; Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) em 2011, dentre outros.

<sup>11</sup>Verifiquei por meio de contato com as experiências na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (Numi-EcoSol-UFSCar) e também a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (Incoop). Em Araraquara existe a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unesp de Araraquara (Inconesp).

públicas, e também no auxílio das atividades burocrático-administrativas decorrentes da participação nestes programas.

Dessa forma, cria-se pouco a pouco uma rede de agentes (estatais, organizações não-governamentais, ativistas, etc) envolvendo sindicatos, extensionistas, prefeituras, secretarias, etc. As pesquisas também apontam fatores que influenciam negativamente no processo de desenvolvimento e efetividade desses programas, como, por exemplo, a falta ou baixa qualidade da assistência técnica; dificuldade no gerenciamento dos recursos de crédito; falta de visão sistêmica dos técnicos; falta de integração nos mercados; de estrutura de comercialização e de agregação de valor, dentre outros. Essas evidências convergem para a realidade observada nesta pesquisa e, por isso, discutiremos adiante essas e outras problemáticas.

Neste texto, descrevo e analiso as ações realizadas para o desenvolvimento do associativismo, destacando os limites e as possibilidades para tal prática.

### **1.1 Procedimentos e técnicas de pesquisa**

A inspiração metodológica que norteou os procedimentos e as técnicas de pesquisa deste trabalho acompanha a ideia do “olhar sociológico”, proposto por Bourdieu (2012) que propõe perceber o campo a partir do uso reflexivo<sup>12</sup> dos conhecimentos adquiridos com as ciências sociais para controlar os efeitos da própria pesquisa, e começar a interrogação dominando as consequências inevitáveis das perguntas. Seguindo essa linha de orientação, Bourdieu (1998) elenca alguns aspectos importantes na condução e construção da pesquisa, por exemplo, o distanciamento de si, a conversão do olhar, o amor intelectual, a auto-análise provocada e acompanhada, a busca pelas estruturas invisíveis e a disposição por perseguir a “verdade”. A motivação de pesquisar e de todas as esferas que compõem o exercício intelectual estão circunscritas no entendimento de que a escrita pode ser um *ato político* na medida em que

Torna público, pela publicação, aquilo a que normalmente não se tem acesso, ou nunca, em todo caso, sob esta forma, se encontraria de algum modo desviado, e totalmente de seu sentido. (BOURDIEU, 1998, p.712)

---

<sup>12</sup>Em linhas gerais, significa pensar relacionalmente e não setorialmente em relação à teoria, ao método e ao contexto do objeto de pesquisa.

Pretendendo contemplar a proposta inicial desta pesquisa, ou seja, debater a relação entre a percepção dos produtores acerca do processo associativo e as características organizacionais da associação localizados no município de Taquaritinga, o levantamento de dados foi realizado em fonte primária a partir de entrevistas com os produtores e demais agentes locais, em particular com responsáveis pelas Coordenadorias de Assistência Técnica e Integradas (CATIs locais).

Para o alcance, portanto, do objetivo geral, defini os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar a associação
- b) Identificar os motivos que levam os produtores a se associar
- c) Identificar e analisar os motivos que levam à permanência dos produtores na associação
- d) Analisar como se dão os vínculos entre os associados e a associação;
- e) Averiguar as diferenças e as semelhanças nos vínculos identificados entre os associados e a associação a fim de encontrar regularidades
- f) Averiguar relações entre as características organizacionais e os vínculos presentes entre os associados e a associação
- g) Averiguar possíveis impactos da associação para os associados e para a sociedade local.

A partir disso, foram elaborados roteiros de entrevistas semi-estruturadas e questionários fechados baseados em informações prévias produzidas em incursões pré-campo com o objetivo de construir os dados e de revelar as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores das regiões estudadas. Ou seja, a pesquisa de campo compôs o estudo dos grupos de produtores familiares bem como as instituições públicas e privadas que vêm participando da organização e desenvolvimento de parcerias e de mudanças voltadas à produção e a gestão desse setor produtivo.

Os elementos e questões estudadas foram: *a) em relação ao perfil do agente e da produção*: idade, sexo, escolaridade, profissão, estado civil, área em que reside, tamanho da propriedade, tempo que é produtor, tempo de atividade na produção atual, modo pelo qual obteve a propriedade, se tem funcionários, a relação estabelecida com os funcionários, a forma de participação na produção, a participação de outros membros da família, se reside na propriedade, se fez cursos de capacitação técnica, sobre a origem dos conhecimentos empregados na produção, se participou de financiamentos governamentais, se os filhos têm

interesse por agricultura, a renda familiar, a porcentagem da renda familiar proveniente da agricultura, se tem outra fonte de renda, se exerce atividade não-agrícola, se tem ligação afetiva com a propriedade, se já produziu monoculturas típicas da região, dentre outras; *b) em relação à associação*: o tempo que está associado (a), os motivos que o levaram a se associar, se outros membros da família também participam da associação, as dificuldades internas e externas da associação, o (s) principal (ais) objetivo (s) da associação, o significado de estar associado, se pretende continuar associado, se houve e quais mudanças depois de se associar.

Algumas informações foram utilizadas a partir de observações e percepções sugeridas nas entrevistas, ou seja, questões interessantes para a pesquisa que não estavam contempladas no roteiro. O tema proposto suscitou também o levantamento de referenciais teóricos acerca de conceitos e temas diversos como: o associativismo e o cooperativismo, a questão do Estado, desenvolvimento local e territorial, dentre outros.

Realizei três entrevistas em profundidade com produtores familiares que estão associados e apliquei questionário fechado aos demais associados, além da troca de informações com extensionistas que acompanham as atividades do grupo estudado. A pesquisa privilegia o método qualitativo, levando em conta também a análise de dados quantitativos construídos a partir da pesquisa de campo por meio de técnicas estatísticas básicas. Como dito anteriormente, a pesquisa de campo deu-se de duas formas: A primeira fase consistiu em entrevistas norteadas por um roteiro de 50 perguntas a fim de revelar o perfil dos produtores familiares, bem como a participação de outros membros da família na produção e entender a relação desses dados com a participação em associações, as motivações e os sentidos. Foram realizadas perguntas referentes à organização, à produção e ao significado de estarem inseridos em associações. Em um segundo momento, o questionário teve como foco principal entender o histórico dos produtores com as associações, buscando compreender a contribuição do trabalho associado para a produção familiar a partir da perspectiva dos agentes entrevistados, a fim de traçar o perfil e entender as motivações.

No que se refere à escolha dos produtores entrevistados, foram selecionados de acordo com a relação destes com as associações e de acordo com a rede de informantes levantadas por meio de interações estabelecidas com alguns desses agentes em participação em pesquisa anterior, além da disponibilidade e abertura dos agentes em conceder a entrevista.

O quadro a seguir resume a metodologia aplicada para a realização da pesquisa:

**Quadro 1:** Metodologia e entrevistas realizadas com produtores associados da APRAFT em 2015-2016



Fonte: Tabulação própria.

Seguindo as sugestões das professoras avaliadoras durante o Exame Geral de Qualificação, realizei ainda mais algumas visitas a campo para fazer observações referentes às atividades da associação e dos produtores-associados. Esse procedimento foi necessário para que pudesse avaliar e apreender com maior profundidade os aspectos da coesão, dos conflitos e da sintonia entre os associados. Uma vez constatado certo nível de repetição do conteúdo obtido nas observações, optei por finalizar esta etapa do trabalho.

Em síntese, a hipótese central da pesquisa se consubstancia em duas questões relacionadas ao processo de organização e funcionamento do associativismo dos grupos de pequenos produtores proprietários: Deixando de ser consequência da inserção produtiva, passando a ser condição dessa inserção, as atividades ditas simbólicas (comunicacional e afetiva) e de cooperação, passam a ser condição de desenvolvimento e de participação política cabendo então indagar sobre *o que e como se produz*.

## **1.2 Delineamento da pesquisa**

Correlacionando as metamorfoses do “mundo do trabalho”, as mudanças de paradigmas políticos, sociais e econômicos e a emergência do processo de trabalho associado, apoio-me em abordagens como as de Habermas (2012), Marazzi (2009), Gorz (2003), Lazzarato e Negri (2001), Polanyi (1980), Offe (1989) - autores que entendem as transformações produtivas como consequência e resposta à transição do fordismo para o pós-fordismo - colocando a pesquisa em debate com processos sociais mais amplos.

Em linhas gerais, essas abordagens apontam para uma tendência: a emergência de ações coletivas como consequências da reorganização do trabalho nas sociedades industriais e pós-industriais, ultrapassando as que destacam os aspectos econômicos e estruturais como fins últimos. Apontam, também, que no contexto das transformações produtivas, o trabalho regulado entrou em crise transmutando-se em novas atividades que valorizam a flexibilidade e a fluidez ao invés dos moldes enrijecidos típicos do fordismo. Transformam-se, assim, em um modelo de trabalho cada vez mais reflexivo perpassado pela fluidez construtiva dos fluxos de comunicação. A clássica divisão entre *mundo da vida* e *mundo sistêmico*, apontada por Habermas (2012), pode se radicalizar a ponto de originar uma submissão do mundo da vida a imperativos como o mercado e ao poder administrativo e político. Dessa forma, o eixo teórico-metodológico desta pesquisa apoia-se no conceito de ação comunicativa (HABERMAS, 2012) refletindo sobre como os produtores organizam a produção e suas relações sociais a partir da criação de consensos e diálogo e que não podem ser apreendidos apenas por uma análise tecnoeconômica.

Nesse sentido, a chamada *ação comunicativa* é referência para o entendimento do trabalho associado enquanto possibilidade de recuperar o sentido identitário arrefecido com a transformação produtiva, além de problematizar as mudanças e consequências desse processo

para a sociedade atual. Pretendi, dentro das possibilidades desta pesquisa, apreender estruturas gerais desse processo operante no interior das associações.

Habermas (2012) demonstra que a *ação instrumental* é orientada tanto pela escolha racional quanto pela sua conjunção com normas e técnicas fundamentadas no conhecimento empírico. Por outro lado, a *ação comunicativa* direciona-se por normas consensuais coordenadas, denota expectativas recíprocas sobre o comportamento e são estas compreendidas e legitimadas, por pelo menos dois indivíduos da ação, por meio do diálogo. É importante chamar atenção para o fato de que a ação comunicativa baseia-se na comunicação pela linguagem comum e depende da compreensão mútua dos símbolos sociais.

O universo das cooperativas e associações de escoamento e comercialização é tido comumente como espaço de *agir instrumental*. No entanto, a atuação dessa associação pode apontar para uma resignificação e/ou pluralidade desses espaços, denotando que a dinâmica de uma associação pode concentrar ampla possibilidade de conhecimentos, saberes e cultura para além de interesses econômicos.

Amartya Sen (2000), em sua clássica distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, aponta que, no processo de desenvolvimento, a participação dos indivíduos não pode ser apenas instrumental, e se aproxima da ideia habermasiana de esfera pública. De acordo com essa perspectiva, o desenvolvimento consiste em debelar as restrições que limitam as escolhas dos indivíduos, ou seja, alargar o raio de ação, de liberdades e escolhas individuais e, por isso, ultrapassa o papel instrumental, sendo também político e comunicativo.

É preciso problematizar que a relação entre produção e comunicação pode tornar complexa a passagem institucional dos interesses individuais para os coletivos (MARAZZI, 1998). A valorização da comunicação nas operações produtivas torna indiscernível o *agir instrumental* do *agir comunicativo*, bem como o espaço público do privado, deixando de ser consequência da inserção produtiva, passando a ser condição dessa inserção. Assim, as atividades ditas simbólicas (comunicacional e afetiva) e de cooperação, passam a ser condição de desenvolvimento e de participação política (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Convém dizer que a garantia coletiva de existência material depende, desde o início, da manutenção simultânea de um acordo comunicativo.

A pesquisa também possivelmente compreende a genealogia desse novo agente social capaz de mobilizar ação, e, portanto, trabalho com capacidade organizativa que arregimenta características dispersas pelo território em prol do desenvolvimento individual e coletivo.

Buscarei entender e debater com autores e temas que versam sobre essa nova materialidade produtiva: organização do trabalho, alternativas de renda, desenvolvimento local, alternativas produtivas e modelos diferenciados, cooperação, resistência produtiva, comunicação, dentre outros. Temas que me vinculam inclusive ao debate sobre a nova organização ou configuração do capitalismo entendido neste recorte como capitalismo cognitivo e de trabalho imaterial (GORZ, 2003).

Os estudos clássicos sobre o tema do capital social também são fundamentais para este estudo. Putnam (1996), Abramovay (2000), Granovetter (2009), Bagnasco (1999), Becattini (1994), Gurisatti (1999), Cocco, Urani, Silva e Galvão (2002) direcionam a compreensão das condições de cooperação entre grupos como fator central para a configuração de um ambiente institucional que favorece e facilita a fluidez das diferentes formas de capitais.

Outrossim, estudos como os de Carneiro (2012), Wanderley (2000), Veiga (2006), Sabourin (2002), Ferreira (2002), Silva (1999), dentre outros, situam o debate acerca das mudanças do “universo rural brasileiro”. Esses autores vinculam às discussões sobre as novas organizações dos espaços rurais expressados também pela correlação de atividades agrícolas e não-agrícolas, entendidos no recorte teórico que utilizaremos como parte das “novas ruralidades” ou do “novo rural”. Autores como José Graziano da Silva (1999) atentam para esse “novo rural” caracterizado pela constante diluição da antiga divisão institucional entre urbano e rural. Dessa forma, os espaços antes vistos como irreconciliáveis passam a ser definidos como territórios que em sua substância possibilitam fluxos econômicos e sociais formatando relações que se complementam (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

As reflexões apresentadas neste texto devido aos limites de espaço e tempo não abarcam toda a complexidade da discussão sobre processos associativos entre pequenos e médios produtores, mas intencionam provocar novos debates acerca da organização da produção familiar, os limites e as possibilidades para o protagonismo de seus agentes por meio do associativismo e a relação disto com o desenvolvimento de suas localidades.

### **1.3 Categorias de análise**

Esta pesquisa versa sobre o tema do associativismo entre pequenos e médios produtores entendidos como agricultores familiares, e, como dito anteriormente, tem como objetivo geral, apreender a relação existente entre a percepção dos produtores-associados ao processo de associação e as características organizacionais da associação em questão, a APRAFT, para isso, após as primeiras incursões em campo, foram identificadas as seguintes

categorias de análise para nortear o desenvolvimento da pesquisa, dispostas nos quadros abaixo:

**Quadro 2** – Percepção dos associados da APRAFT em relação à associação nos anos de 2015-2016

CATEGORIA DE ANÁLISE	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	ELEMENTOS OBSERVADOS EM CAMPO
PERCEPÇÃO	<p>Motivos para se associar</p> <p>Motivos para permanecer associado</p>	<p>Comercialização</p> <p>Troca de informações</p> <p>Fortalecimento dos produtores familiares</p> <p>Assistência técnica</p> <p>Compra/troca de insumos</p> <p>Linhas de crédito</p> <p>Melhorias na produção</p>

**Fonte:** Tabulação própria

Os elementos do campo empírico apresentados no quadro anterior não são os únicos encontrados na associação, mas os mais fortemente presentes conforme a análise, devendo, tais elementos, serem vistos como se estivessem em uma escala, onde cada um deles encontrasse em um dos extremos. Durante as incursões em campo, quando perguntados sobre o sentido/significado de estar associado ou a percepção individual que “ele” (o associado ou a associada) tem sobre a associação, as respostas direcionavam-se sempre sobre o “motivo” de estar associado. Por exemplo, e isto se repetiu em quase todas às vezes, quando eu perguntava “O que significa para você estar associado? ”, a resposta viria “Comercialização”.

Os elementos acima não foram os únicos observados em pesquisa de campo, mas são os que mais se destacaram, que se ancoram na fundamentação teórica proposta e estão em consonância com os objetivos da pesquisa. Durante as primeiras incursões em campo notei diversos elementos, localizados na primeira coluna (as categorias), que poderiam contribuir para o “desenho” da estrutura organizacional da APRAFT, como, por exemplo, os objetivos da associação, a estrutura, as formas de decisão, etc.; elementos estes que no geral estão documentados no regimento interno da APRAFT.

**Quadro 3-** Características organizacionais da APRAFT nos anos de 2015-2016

CATEGORIA DE ANÁLISE	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	ELEMENTOS OBSERVADOS EM CAMPOS
CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS	Características socioeconômicas dos produtores associados	Renda, escolaridade, faixa etária
	Características socioeconômicas do município/região observado (a)	Tamanho, população, densidade demográfica, características fundiárias
	Motivo para associação	1) econômicos, 2) sociais, 3) políticos
	Objetivo	1) foco no resultado econômico 2) foco no fortalecimento da agricultura familiar
	Estrutura	Horizontalizada, centralizada
	Organização do trabalho	divisão/organização/ planejamento coletivo
	Decisões	Coletiva/ não-coletiva
	Princípios do associativismo	Presentes/ ausentes

Fonte: Tabulação própria.

A primeira coluna refere-se então a parte “rígida” da associação, aquilo que é coletivo, jurídico e que norteia, em tese, sua atuação. A segunda coluna (subcategorias) refere-se aquilo que no cotidiano difere um associado do outro e que distancia ou aproxima o cotidiano da associação do que é documentado. O objetivo era fazer dessas categorias um instrumento para entender a relação entre a percepção dos associados (primeiro quadro) e as características organizacionais (segundo quadro). Deste modo, durante as entrevistas e as observações de campo procurei identificar as categorias nos depoimentos dos produtores-associados. Optei por realizar entrevistas, questionários e observações de campo como uma forma de “triangular” os dados para que deste modo, por meio de diferentes perspectivas, pudesse

extrair diferentes representações e interpretações que se aproximassem ao máximo da realidade da associação.

## **2. ASSOCIATIVISMO: DILEMAS E POSSIBILIDADES PARA O “EMPODERAMENTO” DE PEQUENOS MÉDIOS PRODUTORES FAMILIARES**

### **2.1 Associativismo: uma análise conceitual**

A organização coletiva de produtores rurais no Brasil relaciona-se em larga medida com as cooperativas agrícolas que foram de saída uma forma expressiva de organização social deste segmento e que antecedeu o modelo associativo. O cooperativismo constitui um fenômeno de organização coletiva característica das sociedades contemporâneas, sendo o surgimento das primeiras experiências entendidas como cooperativas datadas do início do século XIX, localizadas na Alemanha e Inglaterra (RECH, 2000). As primeiras experiências cooperativas expressavam, além de novos pressupostos de organização social, os embates teóricos reflexos da sociedade do século XIX: a perspectiva socialista e a perspectiva capitalista. Em linhas gerais, a perspectiva teórica e empírica socialista compreendia o cooperativismo como uma nova forma de se estabelecer uma ordem econômica e social configurando-se num meio para a “libertação do capital”. A perspectiva capitalista do fenômeno cooperativo consiste em entendê-lo como um meio de corrigir as “falhas do capitalismo” e atenuar suas contradições.

No Brasil, as cooperativas formadas por agricultores foram fundadas no final da década de 1920 por produtores de origem japonesa. Institucionalmente, as cooperativas foram formalizadas com a promulgação do decreto-lei nº 22.239 em 19 de Dezembro de 1932, regulamentando o funcionamento e as práticas destes espaços (FLEURY, 1983). Um aspecto importante para esta pesquisa é que com este decreto, o Estado passa não só a regulamentar, mas também a incentivar a fundação de novas cooperativas. Os motivos dessa intervenção do Estado na economia por meio do incentivo ao cooperativismo são entendidos por algumas correntes como um instrumento, dentre os outros, de modernização da agricultura e de inserção no mercado (FLEURY, 1983).

É interessante notar como no Brasil as experiências cooperativas foram atreladas a uma política de estado, se observarmos alguns decretos-leis. O Decreto-Lei Nº 59 de 1966 define a política nacional do cooperativismo:

Art. 1º Compreende-se como política nacional de cooperativismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma deste Decreto-Lei e das normas que surgirem em sua decorrência. § 1º O Governo Federal orientará a política nacional de cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-la, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento. § 2º O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 59 de 21 de Novembro de 1966 )

Institucionalmente, o Decreto-Lei que modifica o até então vigente ocorre em 1971 colocando as seguintes mudanças no que se refere à política nacional do cooperativismo:

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público. Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência. Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971).

Na Constituição de 1988, encontram-se as seguintes informações:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado § 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. (BRASIL, Constituição da República Federativa de 1988).

Essa tradição do estado brasileiro de direcionamento/incentivo ao cooperativismo e ao associativismo – organizações que em tese acontecem espontaneamente a partir da associação entre indivíduos em torno de um (s) mesmo (s) objetivo (s) ou uma ideia – incitou um “ethos” cooperativo/associativo específico brasileiro. Algumas análises sobre a imbricação entre processos de cooperação/associação e incentivo/direcionamento do Estado sugerem uma

participação instrumental dos agentes ao mesmo passo em que reforça o sentimento de identidade e de pertencimento, mas sem a participação real na organização coletiva, tendo como hipótese que o cooperativismo institucionalizado permeia a reprodução dos interesses hegemônicos que pairam sobre o espaço de relações dos agentes do campo (MELO; SCOPINHO, 2015)<sup>13</sup>.

No Brasil, assim como nas primeiras experiências cooperativas da Alemanha e da França, verifica-se o embate de ideias em relação ao significado dessas organizações coletivas: o teórico referiu-se à dupla face do movimento cooperativo (popular e institucional), interrogando-se sobre o que em tese norteia uma experiência cooperativa – a ideia-guia de contestação ou controle social (SCOPINHO, 2006). A via institucional caracterizou-se pela prestação de serviços, assistência técnica, acesso a créditos, comercialização, etc (SCHNEIDER, 1981); a via popular tem como expressão fundamental o exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que apresenta como pressuposto e prática a cooperação como estratégia coletiva das relações de trabalho.

O cenário de crise econômica e política de 1980 fez com que as primeiras cooperativas agrícolas brasileiras, como é o caso das cooperativas Agrícola Cotia e Sul Brasil, reduzissem paulatinamente o número de cooperados até serem extintas. Esse cenário configurou condições propícias para que o modelo associativo emergisse como uma forma de organização social mais adequada às demandas dos produtores. Em relação ao contexto social e político, a combinação entre processo de abertura democrática do país e a crise econômica causou uma explosão de demandas – não raramente, provocadas pela crise estrutural da economia– com a retomada da expressão da sociedade civil pelo alargamento da pluralização dos espaços associativos e dos espaços da política. Segue abaixo, o quadro explicativo sobre as diferenças e semelhanças entre uma associação e de uma cooperativa.

---

<sup>13</sup>No caso do estudo citado, as experiências autogestionárias referem-se a assentamentos rurais nas quais os assentados convivem com uma série de dificuldades para a sobrevivência dessas organizações, principalmente dificuldades de participação real na gestão coletiva – que a priori é uma característica fundamental de uma cooperativa ou associação.

**Quadro 4.** Comparativo entre Associação e Cooperativa

<b>Critério/Organização</b>	<b>Associação</b>	<b>Cooperativa</b>
<b>Definição</b>	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil sem fins lucrativos
<b>Objetivos</b>	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvimento sua atividade produtiva
<b>Amparo legal</b>	Constituição Federal (Artigo 5º) – Código Civil	Constituição Federal (Artigo 5º) – Código Civil. Lei 5.764/71
<b>Mínimo de pessoas para constituição</b>	Mínimo de 2 pessoas físicas e/ou jurídicas	Mínimo de 20 pessoas físicas (exclusivamente)
<b>Formação de capital social</b>	Não há	Cotas-partes
<b>Geração de receitas</b>	Taxas, doações, fundos e reservas	Atividade específica
<b>Formas de gestão</b>	Cada pessoa tem direito a um voto	Cada pessoa tem direito a um voto
<b>Comercialização</b>	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários
<b>Área de ação</b>	Limitada a seus objetivos	Limitada a seus objetivos e à disponibilidade de participação dos sócios
<b>Retorno dos resultados</b>	Não há. As possíveis sobras são incorporadas ao patrimônio	Conforme decisão da Assembleia Geral e proporcional às operações realizadas pelos cooperantes
<b>Responsabilidade</b>	Diretoria	Proporcional ao capital subscrito
<b>Remuneração dos dirigentes</b>	Não há; apenas ressarcimentos de despesas	Podem receber pró-labore, conforme decisão da Assembleia
<b>Destino do patrimônio em caso de fim de entidade</b>	Os bens remanescentes em caso de dissolução ou liquidação deverão ser destinados para entidades afins	Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente, pelas dívidas

Fonte. Adaptado do Sebrae (2014).

No que se refere à emergência de associações de produtores rurais, pode-se entender que a visibilidade destas organizações aumenta na medida em que o Estado brasileiro condiciona o vínculo com as políticas públicas à participação em associações. Embora, de saída, fosse possível restringir a compreensão das associações como facilitadores de acesso a crédito e infraestruturas, cabe refletir sobre a correlação de forças que se estabelece entre a organização das demandas de um grupo via associação e a proposição destas como garantia de direitos diante de outros segmentos da sociedade.

São diversas as interpretações sobre os motivos que encadearam a multiplicação de associações de produtores rurais em múltiplos processos organizativos. De mais a mais, em linhas gerais, as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais. Concomitante a estas demandas, o Estado brasileiro passa a vincular as políticas públicas voltadas para esse segmento – financiadas amplamente pelo Banco Mundial - à participação em associações.

É perceptível o discurso e o esforço de incentivo para que os produtores tornem-se agentes participantes nos processos de implantação e consolidação das políticas públicas, principalmente por meio do contato com os extensionistas da CATI (economistas, sociólogos, agrônomos, engenheiros, etc). No plano jurídico, verifiquei que a Lei Complementar de Taquaritinga, nº 3601, de 05 de Janeiro de 2007, estabelece:

Art. 22 I - estímulo à criação de mecanismos que visem à comercialização direta do produtor para consumidor; II - incentivo à produção de alimentos de baixo custo e de animais utilizados para consumo com ciclos de vida curtos e animais para produção de seus derivados;  
III - estímulo às pequenas propriedades a se harmonizarem com o ambiente natural; IV - desenvolvimento de ações e projetos que visem fortalecer o produtor da área rural a organizar-se em forma de associações e cooperativas de produtores; V - incentivo e cooperação na viabilização de entreposto de comercialização e distribuição de produtos da área rural, como unidade associativa ou de parceria dos produtores, objetivando o fortalecimento dos negócios empresariais; VI - incentivo e estímulo à viabilização de agroindústrias e empresas que possam agregar valor ao produto original, objetivando incrementar a capacidade econômica local; VII - fomento a diversificação da produção e culturas agrícolas; VIII - estímulo às práticas agrícolas que utilizem insumos naturais aos químicos; IX - estímulo ao desenvolvimento de assistência técnica e incentivo à pesquisa e tecnologia, visando aumentar a produtividade;

X - desenvolvimento de plano de controle de erosão e conservação do solo; XI - estabelecimento de uma política agrícola de desenvolvimento rural sustentável. (TAQUARITINGA, Lei Complementar nº 3601, de 05 de Janeiro de 2007)

Em relação à lei municipal encontram-se os seguintes artigos na seção que define as atribuições da secretaria municipal de desenvolvimento sustentável:

XV- propor, coordenar e executar políticas públicas e ações voltadas para o fomento e apoio à agricultura familiar. XVI – executar programas municipais de pesquisa e fomento à produção agrícola e ao abastecimento, especialmente de hortifrutigranjeiros e alimento de primeira necessidade; XVIII – selecionar os meios mais efetivos de escoamento e comercialização da produção de alimentos e gêneros de primeira necessidade produzidos no Município, inclusive pela agricultura familiar; XXIV – incentivar e apoiar a formação de associações de produtores rurais. (TAQUARITINGA, Lei Nº 4.295, de 09 de Novembro de 2015.)

Sobre os incentivos institucionais, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) surge como uma medida de enfrentamento de problemáticas sociais reveladas com o Censo Demográfico de 2010, o qual atentou para 47% da população em situação de extrema pobreza residentes da zona rural (IBGE, 2012)<sup>14</sup>. O plano estabelece os objetivos e ações governamentais para o desenvolvimento rural brasileiro, com o objetivo de superar tais problemas por meio de estratégias de combate às desigualdades no campo, geração de renda e preservação dos recursos ambientais, que tem como eixo principal o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das matrizes organizativas, estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento rural do país, é a organização econômica das famílias por meio de associações e cooperativas que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) teria por objetivos fortalecer os mercados locais, facilitar o domínio dos produtores sobre as cadeias produtivas e favorecer as redes de solidariedade nos processos de produção, distribuição e consumo.

Cria-se então uma nova condicionalidade para que agricultores (tanto assentados quanto proprietários) possam participar de linhas de crédito, políticas públicas e outros

---

<sup>14</sup> Dentro desse ambiente rural, 5,3 milhões de pessoas ascenderam socialmente. A pobreza teve uma queda expressiva, com redução da taxa de pobreza rural de 54%, em 2001, para 33%, em 2009, e da taxa de pobreza extrema de 28% para 14%, no mesmo período. Entre 2003 e 2011, a renda média dos domicílios da agricultura familiar teve um crescimento real acumulado de 52%, com fortalecimento expressivo da renda proveniente do trabalho (Plano Nacional do Desenvolvimento Rural e Sustentável, 2013)

recursos. A obrigatoriedade do vínculo em associações e/ou cooperativas gerando, dissensos interpretativos sobre o papel do Estado ao intervir nessas organizações civis. Uma interpretação possível é pensar que a cooperação/associação institucionalizadas pode distanciar da participação ativa e organizada dos agentes, assim como pode desmobilizá-los politicamente, reproduzindo – intencionalmente ou não – apenas o modelo de sociabilidade clientelista e produtivista da terra (SCOPINHO, 2012). Esse cenário dá indícios dos motivos pelos quais observei em pesquisas de campo durante a graduação, associações de produtores rurais organizadas nos 19 municípios visitados.

Na associação estudada nesta pesquisa de mestrado em particular, o paradoxo teórico que se refere ao associativismo enquanto um meio de “libertação” dos produtores via cooperação organizada ou enquanto um ambiente de alienação e reprodução do *status quo*, se exprime nos conflitos decorrentes da heterogeneidade de **sentidos** que os agentes associados atribuem à associação. Num esforço heurístico, percebi a existência de dois tipos de racionalidades que norteavam as ações dos indivíduos: aqueles para os quais a participação na associação acontecia apenas para o alcance de objetivos individuais e notoriamente econômicos, e aqueles para os a participação aparecia de forma mais engajada e ideológica, no sentido de criar uma alternativa ou uma nova forma da relação entre trabalho e a terra.

Exemplo disso é uma disputa iminente, entre agentes específicos pela “diretoria” da associação, e, para além da diretoria em si, o que está em jogo/disputa são projetos diferentes de gestão; os conflitos observados decorrentes desse processo se relacionam, na maioria das vezes, a tensões entre as práticas (da produção) e as leis que direcionam as atividades da associação. Assim é preciso pontuar que o associativismo institucional coloca uma série de práticas jurídicas que precisam ser incorporadas e conformadas pelos associados.

Algumas análises contribuem para o entendimento sobre os diferentes sentidos que compõem, não raramente, um quadro de disputa de racionalidades na dinâmica dos espaços associativos (ou cooperativos). Rosenfield (2003) depreendeu três categorias de análise sobre as relações dos produtores com a autogestão a partir dos sentidos que estes atribuíam ao trabalho, dentre os quais: a) engajamento, no qual o trabalhador entende o projeto político-ideológico que subjaz à autogestão e compreende-a como uma alternativa para estabelecer novas relações entre capital e trabalho; b) adesão; na qual a participação do trabalhador aproxima-se mais das razões instrumentais do que ideológicas, sendo a cooperativa um meio

concreto de gerar trabalho e renda e c) recuo; nesse tipo, a ideia da coletividade é totalmente ausente e a inserção no coletivo dá-se de maneira individual.

Outros estudos compreendem que a relação entre trabalho associado e Estado é tensionada e contraditória; ao mesmo passo que acontece o reconhecimento institucional e jurídico das organizações coletivas, essa relação institucionalizada pode diminuir o “potencial” político das organizações. Assim as políticas públicas, que pretendem estimular a criação de laços de solidariedade e reciprocidade, podem paradoxalmente sugerir um enfraquecimento da coesão entre os produtores e as organizações e fomentar a competitividade por disputa por editais e recursos (BENINI; BENINI, 2015).

Em síntese, observa-se um “discurso institucional do associativismo” enquanto uma saída econômica viável, socialmente justa e politicamente bem ajustada aos princípios democráticos. No entanto, é perceptível, tanto com o referencial bibliográfico levantado quanto com as percepções de campo, que existe uma considerável distância entre a institucionalização e as condições objetivas e subjetivas que os agricultores encontram para essa forma de organizar o trabalho. As formas de organização coletiva (associações e cooperativas) passam a ser incorporadas por práticas governamentais, adquirindo redefinições em seus formatos, conteúdos e nas práticas do ato de associar-se.

A incorporação das práticas associativas e cooperativas, organizadas por pequenos e médios agricultores no âmbito das políticas públicas, visa amplamente fomentar novas práticas de desenvolvimento, pelas quais o processo produtivo passa a compreender também – além dos aspectos econômicos – as características culturais, sociais e políticas, criando uma ruptura com as visões setorialistas da sociedade.

Nesse sentido, entendo a associação (no sentido de se associar) e o associativismo como processos diferentes, pois envolvem uma série de conflitos, da assimilação e acomodação cultural. Seguem abaixo as diferenças e semelhanças entre cooperação/ação e cooperativismo/associativismo (CORREA, 1960):

**Quadro 5** – Diferenças conceituais entre associação/cooperação e associativismo/cooperativismo

	Associação/Cooperação	Associativismo/Cooperativismo
<b>Diferenças conceituais</b>	a) ação conjugada e se define como a disposição dos indivíduos dentro de um grupo ou dos vários grupos sociais para agirem como uma unidade.	a) conjunto de grupos de atividades resultantes da união voluntária de pessoas para suprir seus membros de bens e serviços, seja para empregá-los na produção para vendas, financiá-los ou combinando estes três objetivos em um só e ao mesmo tempo, além de distribuir - sob um acordo comum - os proventos destas operações.
	b) resulta da divisão do trabalho e especialização das funções as quais permitem estabelecer uma distinção entre as ações individuais, as ações-padrão de grupos e a ação-padrão total. Estas determinam a solidariedade social, a competição, o conflito e a acomodação.	b) corrente de pensamento que visa a reorganização social, pela via econômica e associacionismo resultante da solidariedade social; possui um sentido reformista.
	c) os elementos condicionantes são a morfologia, a integração e o controle social.	c) finalista, consciente e previamente organizado dentro de um conteúdo normativo e lógico, ou seja, uma tentativa de construir racionalmente novas ações-padrão que se sobreporiam àquelas espontaneamente nascidas.
	d) fenômeno social espontâneo, refletindo portanto, aspectos de pensar, sentir e agir.	-

**Fonte:** Adaptado de Cooperação e Cooperativismo (CORREA, 1960)

Deste modo, entendo a importância de refletir e debater sobre a (re)apropriação e (re)valorização que elementos subjetivos e espontâneos que compõem as relações sociais, elementos como o da comunicação, cooperação, interação dentre outros, etc, no contexto da elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento local-territorial.

## 2.2 Cooperação e comunicação: um entrelace produtivo

Resgato neste tópico, análises que se debruçam sobre a mobilização de aspectos não quantificáveis (comunicação, cooperação, interação, reciprocidade, ajuda mútua, dentre outros); com intuito de compreender a complexidade de tais elementos quando deslocados

para a esfera produtiva de modo a conceberem novas roupagens para a ciência, a técnica e o trabalho produtivo, levando também a uma redefinição do trabalho.

Apresento elementos como da comunicação, da cooperação, da reciprocidade por meio de dinâmicas associativas entre agricultores familiares, pensando tais elementos dentro das transformações produtivas, e compreendendo esses agricultores como agentes dessa transformação. Busco entender mais sobre as formas de cooperação e comunicação que se concretizam a partir da formação de associações entre pequenos e médios produtores familiares, e como estes aspectos são valorizados e incorporados como estratégias de desenvolvimento local-territorial.

A discussão sobre esses aspectos (entendidos como “valores” por muitas pesquisas) típicas das comunidades rurais/camponesas não é inédita. Antônio Cândido (1987) explica essa sociabilidade nas comunidades rurais por meio de sistemas de trocas (favores, alimento, trabalho, remédios). O exemplo mais emblemático é da prática denominada de mutirão, em que, embora o aspecto econômico seja um importante pilar explicativo, não esgota outros significados que esta prática carrega. Além disso, Cândido aponta para uma prática de cooperação – uma ação social organizada – sem o aparato de uma organização institucional, e por isso espontânea.

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Esse caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito (CÂNDIDO, 1987, p.83).

Ainda em Cândido (1987)

Divisão de trabalho, aliás, é modo de dizer e, como expressão, tecnicamente imprópria no caso. Com efeito, as tarefas de cooperação vicinal podem considerar-se modalidades de trabalho associado, que os economistas da escola história distinguiam, com razão, do trabalho dividido, e que ocorre “quando vários indivíduos se reúnem para realizar juntos um trabalho, cada um efetuando a mesma tarefa que o seu vizinho (CÂNDIDO, 1987, p. 84).

Nesse cenário, o trabalho associado a que Cândido se refere, típica forma de sociabilidade das comunidades rurais-caipiras, é, pela modernização, paulatinamente,

exaurido das formas coletivas e espontâneas de cooperação. Sobre isso, Habermas (2012) aponta que a racionalidade econômica colocada pela modernidade provocou um distanciamento do saber das práticas comunicativas cotidianas a partir do rompimento entre sistema e mundo da vida. Essa separação, da ação orientada para o entendimento mútuo daquela orientada para fins específicos, gera condições favoráveis para que as ações comunicativas sejam coordenadas por meio “deslinguistificados” (dinheiro, poder, burocracia, etc) (HABERMAS, 2012).

No entanto, alinho-me ao pressuposto de que embora transformadas pela sociedade global, essas práticas de sociabilidade se complexificam e ganham novos contornos em situações contemporâneas. Existe também um grupo de estudiosos que se autodenomina de Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais (M.A.U.S.S), que tem se destacado na busca de explicações teóricas para relações de trocas na sociedade contemporânea, partindo do pressuposto de que essas “dádivas” contemporâneas são contraponto à lógica de mercado. Na verdade, esses autores recuperaram a visão original de Mauss sobre a dádiva, ou seja, aquela que enxergava no fenômeno um potencial explicativo para a própria constituição do social (MAUSS, 2001).

Alguns estudos como o de França e Dizimara (1999), debatem o fenômeno da Economia Solidária à luz da “sociologia da dádiva”. Em linhas gerais, os autores consideram as vantagens interpretativas da sociologia da dádiva para compreender fenômenos de natureza multifacetada e plural, como no caso da Economia Solidária, que se revela pela imbricação das esferas econômica, social e política. Em resumo, a sociologia da dádiva pretende revelar dimensões políticas para além dos pressupostos utilitaristas postulados pelo neoliberalismo.

No âmbito das organizações como a desta pesquisa, para que aspectos como o da comunicação e cooperação sejam desenvolvidos a partir da lógica das “trocas” (materiais e imateriais), e se distanciem da perspectiva economicista, é necessário que a reciprocidade seja estabelecida. Dessa forma, é importante atentar para o fato de que espaços organizativos que em tese norteiam-se por mecanismos de “trocas” e se distanciam das trocas única e exclusivamente mercantis, apresentam contradições, revelando o que denomino neste trabalho de tensão entre racionalidades.

Assim, sendo a lógica predominante nas sociedades modernas a de mercado, existe nessas organizações uma dificuldade de “conformação” para o estabelecimento das relações centradas na “dádiva”. Mesmo com a existência de um contexto propício a uma racionalidade

alternativa à instrumental, é possível e provável que a razão mercadológica se consolide como referência para as interações interpessoais.

Deste modo, entendendo as associações de pequenos e médios produtores familiares como um exemplo dessas práticas, aspectos de cooperação e reciprocidade são importantes para o grupo observado. Observei, por exemplo, práticas de trocas de produtos, insumos, sementes; maquinarias e até mesmo de trabalho, sugerindo relações que não são necessariamente mediadas por uma troca monetária. Outro aspecto interessante é a troca de informações e conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação técnica; sobre esse ponto específico os produtores se organizam “espontaneamente” - como num rodízio (ou seja, sem regras formalmente estabelecidas) para participar dos cursos oferecidos pela CATI, pelo SEBRAE e outras instituições; e posteriormente existe um compartilhamento daquilo que foi aprendido no curso.

A racionalidade econômica coloca transformações também nos processos cooperativos e associativos. Nesse sentido, compreendo as políticas de desenvolvimento territorial como uma estratégia contemporânea de gestão dos territórios, criação de mercados e inserção competitiva - a partir das forças produtivas típicas do chamado “mundo rural”, que dialoga com o desenvolvimento técnico-científico. Para isso recupero a priori dois textos clássicos da sociologia com o objetivo de pensar como elementos internos de uma comunidade impactam no desenvolvimento econômico e político. Os supracitados textos se debruçam sobre aspectos que passam a ser valorizados na dinâmica do processo produtivo, deixando de ser consequência e, passando a ser condição de inserção. O objetivo não é se orientar metodologicamente a partir desses textos e procurar regularidades e semelhanças entre a realidade observada por esses autores com os resultados dessa pesquisa, mas encorpar a compreensão de elementos apontados pelos autores em contextos contemporâneos.

A começar, Weber (1979) analisa a gênese do capitalismo comparando as experiências da Alemanha e dos Estados Unidos, a partir de suas formações agrárias. Aponta que o sul, sudeste e oeste alemão apresentavam maior incidência de trocas nos pequenos mercados locais, o que facilmente sugeriu maior diversidade de todos os gêneros, tanto de produtos, quanto de cooperação linguística, de dádivas e de relações de reciprocidade. Por outro lado, ocorre que, no nordeste e no leste alemão, a dissolução do feudalismo fomentou uma incidência de faixas de terras intercaladas entre propriedades camponesas e em mãos dos senhores de terras; diferentemente do oeste, sul e sudeste, a ocupação do território propiciou

elementos marcadamente comunitários, organizados em pequenas comunidades rurais, sugerindo dessa forma relações de interdependência no que toca a trocas de todos os gêneros. O aspecto abordado no texto que mais me interessa é o fato de que, nestas regiões, onde as características do “moderno capitalismo” estavam ausentes, o capitalismo industrial se desenvolveu.

O grande êxito da formação de cooperativas entre os pequenos agricultores da Europa continental deve ser atribuído a essas vantagens peculiares de intensidade e alta qualidade do trabalho, interesse privado nele e adaptabilidade às exigências do mercado local que, em certos ramos de produção, o pequeno agricultor responsável possui em relação ao trabalhador contratado do grande fazendeiro. Essas cooperativas revelaram-se como o meio mais influente para educar o camponês na agricultura. Através delas, criaram-se novas comunidades agrícolas, que unem os camponeses e dirigem seu raciocínio e seu sentimento econômico numa direção contrária à forma individualista que a luta econômica pela existência toma na indústria, sob a pressão da concorrência (WEBER, 1979, p.418).

Os aspectos comunitários existentes na dinâmica de determinadas regiões da Alemanha, como dádiva, reciprocidade, comunicação, interação, dentre outras, influenciaram o desenvolvimento do sistema de produção. No trecho acima, atenta-se para a importância das cooperativas para a “internalização” da racionalidade capitalista entre os camponeses, sem, no entanto, distanciá-los completamente dos valores tradicionais.

Marx (1983) demonstra, de maneira homóloga, a partir da “teoria do valor-trabalho”, mercados de trocas vinculados a comunidades rurais e à economia familiar como elementos integrantes do circuito de “valor de uso”, que não se integravam ao mercado de trocas e de valorização do capital, além do aspecto político dado ao isolamento entre os camponeses, compreendendo este como fator objetivo e subjetivo para o não-desenvolvimento da representação desses enquanto classe. Marx mostra que a dinâmica interna - produto da condição de isolamento - no microcosmo de cada comunidade camponesa composta por famílias, intensificou o mercado de troca local, possibilitando a emergência de relações cooperadas que se desenvolviam paralelamente ao grande mercado capitalista. Por outro lado, tal condição dificultava a tomada de consciência de classe e da organização racional do trabalho.

Os dois autores indicam aspectos da comunicação, da interação e da cooperação<sup>15</sup> como fatores centrais do desenvolvimento econômico e político das regiões. A partir disso, a hipótese que norteia o presente trabalho consiste em revelar que os elementos basilares verificados por Marx e Weber nas comunidades rurais da Alemanha e da França, atadas a vínculos tradicionais foram transformados pelo desenvolvimento do Estado moderno e da racionalidade do mercado. Se para Weber (1979) a racionalidade econômica adentraria de tal forma na sociedade de maneira a dissolver os vínculos tradicionais que caracterizavam as “comunidades rurais”, para Marx os aspectos comunitários das comunidades rurais impediam o enquadramento destas na lógica da sociedade industrial emergente.

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no Sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente (WEBER, 1979, p.418).

Ocorre que a associação dos valores e características das comunidades tradicionais (como aponta Weber) ou sociedade camponesa (dito por Marx) com a racionalidade econômica da emergente sociedade industrial, reúne elementos fundamentais para o desenvolvimento de novos territórios produtivos. Outro aspecto importante é que esta combinação não conserva a separação entre a sociedade rural e a sociedade urbana, dando início a um processo de superposição que se complexifica e continua em curso no desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, a recuperação de formas produtivas que pareciam extintas surge como resposta à crise de um tipo de organização e gestão do trabalho. Tais formas recuperam um saber desprezado pelo evolucionismo tecnológico e que passa a integrar a nova dinâmica do conhecimento necessário à produção.

Elementos como o da comunicação e da cooperação são comumente entendidos como não quantificáveis. Contrapondo-me a isso, entendo-os a partir deste recorte teórico e empírico como potencialidades produtivas nas dinâmicas da denominada agricultura familiar enfocando a experiência do interior paulista. A mobilização da cooperação e da comunicação, que se constituem ou estão em vias de se constituírem no interior dos espaços de associações,

---

<sup>15</sup>A comunicação e a cooperação que se fala aqui são as que produzem organização na dinâmica associativa.

são movimentos fundamentais para a construção de novas possibilidades políticas, sociais e econômicas para esses grupos.

Essa linguagem, além de ser de tipo formal (abstrata, artificial, totalmente simbólica), deve ser lógica, pois é virtude de suas regras e de sua gramática que se pode usá-la no interior da firma (ou no sistema de “produção em rede” que inclui várias firmas); vale dizer, no próprio interior de uma “comunidade social” na qual o agir de um não deve entravar os agires dos outros, mas, ao contrário, deve favorecê-los e potencializá-los (MARAZZI, 2009, p.31).

Nesse sentido, este debate é fundamental para a compreensão da experiência associativa com a qual estamos dialogando, pois se situa no contexto de valorização de políticas territoriais a partir de investimentos políticos-institucionais, e sobre o desenvolvimento de escalas locais a partir do investimento na participação da sociedade civil no processo de implementação e consolidação destas políticas. Estes investimentos têm como pano de fundo, ao menos no discurso, a ideia de desenvolvimento que ultrapassa o crescimento meramente econômico, tendo como pressuposto também a ampliação da qualidade de vida para a população envolvida, e o incitamento a práticas sustentáveis.

Para tanto, é preciso contextualizar e resgatar acontecimentos históricos, políticos e culturais que ocasionaram tais mudanças de paradigmas na relação entre estado e sociedade civil. A crise do sistema capitalista dos anos de 1970 colocou a necessidade de se criar novas estruturas produtivas que paulatinamente foram substituindo as formas “fordistas” de produção e desenvolvimento – caracterizadas amplamente pela forte intervenção do Estado que, embora tenha propiciado a elevação das taxas de crescimento, não reduziu as desigualdades entre as nações.

Esse cenário de aprofundamento da distribuição desigual dos resultados do desenvolvimento colocou em evidência as mais recentes discussões sobre o enfoque territorial do desenvolvimento, no sentido de propor um desenvolvimento a partir das localidades, a fim de um processo mais inclusivo, como estratégia alternativa para o enfrentamento da crise. O protagonismo da perspectiva local-territorial do desenvolvimento ganha corpo tanto nos espaços acadêmicos quanto nos políticos (Banco Mundial, FAO, BID, etc.). Ambos passam a recomendá-lo como nova estratégia de gerenciamento e planejamento.

Algumas análises críticas ao enfoque territorial do desenvolvimento apontam para certo idealismo ao pressupor que a racionalidade dos agentes, ao tomarem decisões

“empreendedoras” diante de condições desiguais e irregulares, acabaria por superar os conflitos locais ou regionais. Neste trabalho, apoio-me em perspectivas que compreendem o território como uma produção sociocultural, na qual as estruturas locais estão vulneráveis aos movimentos globais, e estes, por sua vez, são absorvidos de formas diferentes pelas localidades. Assim, compreendo o território a partir de uma perspectiva dialética e que transpassa as visões que privilegiam a microeconomia em detrimento da macroeconomia (localismo), ou a visão globalizante que privilegia as razões macroeconômicas em detrimento das “micro”.

Nesse sentido, Haesbaert (2006) colabora ao compreender que os espaços se tornam mais fluidos, sugerindo a necessidade constante de reconstrução social dos laços econômicos e culturais, devido à tendência de uniformização cultural, paradoxalmente atrelada a um reforço das identidades locais.

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2006, p 92).

Abramovay (1999) aponta para uma *nova dinâmica territorial*<sup>16</sup> configurada por uma nova organização do espaço e das atividades do campo, e por uma tendência dos agentes sociais em mobilizar características específicas às regiões que habitam para a construção de novos mercados e novas possibilidades culturais e políticas. É certo que esse processo acontece combinado com políticas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento territorial e local, cenário esse que denota a capacidade dos agentes do campo frente aos avanços da monocultura como atividade dominante (WANDERLEY, 2000).

Esta pesquisa acompanha o pressuposto teórico que aponta para uma autonomia das redes de produção, que não se atrelam somente a fatores funcionais e/ou tradicionais, mas que são consequências de novos comportamentos sociais, conflituais e inovadores (NEGRI, 2002). Dessa forma, esta pesquisa aponta para a emergência de agentes produtivos que no

---

<sup>16</sup>A nova dinâmica territorial apontada por Abramovay difere da tradicional concepção setorial do campo caracterizada fundamentalmente por mobilizar o capital econômico. Essa nova dinâmica caracteriza-se por articular diferentes tipos de capitais, simbólicos, sociais, políticos, dentre outros.

contexto da reorganização do trabalho<sup>17</sup>, e que no limite, mobilizam e organizam fluxos materiais e imateriais existentes no território e na comunidade em que atuam (COCCO; URANI; GALVÃO; SILVA; 2002). O aspecto político que se traduz nos agentes provém do fato de que a produção, apoiada em um sistema que se baseia no território, passa a funcionar dependente das forças cooperativas e associativas que são mobilizadas entre os agentes.

Na produção de tipo fordista<sup>18</sup>, a ação produtiva caracteriza-se por criar condições propícias à produção e ao desenvolvimento do processo cooperativo, conquanto as transformações na organização do trabalho provocaram mudança do “local” da produção. Assim, o modelo de fábrica passa a dividir espaços com o modelo de território. A concentração de diversos agentes produtivos dissolve o processo cooperativo por toda a trama social, fazendo com que esse e a produção aconteçam independentemente da presença da figura tradicional do “empreendedor” e da fábrica.

Como se sabe, as metamorfoses do “mundo do trabalho” criaram, a partir da reestruturação econômica, política e social, novas experiências no âmbito da produção e da vida social, tecendo um ambiente institucional em bases econômicas, sociais e geográficas inteiramente distintas da rigidez fordista. Novos pesos para inovações comerciais, tecnológicas e comerciais (HARVEY, 1994).

Nessa linha, algumas qualificações do modelo rígido de produção se desintegram e se desorganizam, ou se reorganizam e se mostram de maneiras diferentes na sociedade. Harvey aponta, por exemplo, algumas novas tendências e configurações no *novo capitalismo*: mercados organizados em redes; lideranças participativas; gerências estratégicas; múltiplas tarefas; organização cada vez mais horizontal do trabalho; agregação, aglomeração e integração espacial no trabalho; a configuração do Estado/cidade “empreendedor”; a intensificação da intervenção estatal direta em mercados através da aquisição; o aumento de políticas regionais “territoriais”, dentre outras. Outra transformação importante se deu no âmbito das relações entre indivíduo e produção, e esfera pública e esfera privada. Nesse

---

<sup>17</sup>Como se sabe, a reorganização do trabalho acontece na medida em que o modelo vigente, o fordismo, não conforma as contradições do próprio sistema capitalista; nesse sentido, alguns autores apontam que a rigidez caracterizada pelo modelo de produção fordista exigia uma produção em massa que na maioria das vezes não comportava o mercado de consumo invariante. (HARVEY, 1994).

<sup>18</sup>Gramsci em *Cadernos de Cárcere* define os novos métodos de organização do trabalho como “inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. Em linhas gerais, aspectos como a separação entre gerência, concepção, controle e execução foram acentuados, além da intensificação da produção e do consumo em massa (HARVEY, 1994).

sentido, a relação entre indivíduo e produção pertencia ao âmbito das relações privadas, enquanto a dimensão cidadã conferia ao indivíduo existência pública.

O pressuposto é que essas novas configurações espaciais, no sentido amplo, apontadas e aceitas por muitas correntes e estudiosos da nova organização capitalista, se inserem no debate das *razões globais* e nos levam às *razões locais* com as quais convivem dialeticamente (SANTOS, 2002). Tendo em vista esse contexto, o campo de pesquisa demonstra que o desenvolvimento de atividades associativas entre pequenos e médios produtores familiares está relacionado a um perfil produtivo novo na medida em que se verificam correlações entre as experiências a partir da comunicação, da troca de informações e da valorização de características locais e regionais, acompanhados de altos níveis de escolaridade e trabalho em grupo.

O cenário com o qual me deparei no campo de pesquisa revela e reafirma que as configurações singulares e próprias a cada “território” e a cada “grupo de agentes” são construídas por meio de ações fundamentalmente políticas (NEGRI, 2001), no sentido de que as ligações entre a cadeia produtiva e o processo cooperativo depende, não raramente, das relações de confiança, reciprocidade e do cumprimento de compromissos coletivos entre os agentes.

Além disso, fatores altamente subjetivos como a confiança, a comunicação, a troca de informações, a cooperação, o conhecimento, são fundamentais para engendrar um ambiente institucional menos desfavorável para a produção familiar diante da grande produção dominante, no sentido de que tais aspectos podem criar possibilidades políticas, sociais e econômicas.

Além do mais, se pensarmos - realizando as necessárias mudanças - com base nos desdobramentos do caso da Terceira Itália<sup>19</sup> expressamente analisado por Bagnasco (1999) e Putnam (1996), a configuração socioterritorial de pequenas e médias organizações num processo de consolidação de capacitações endógenas em diálogo com a comunidade local,

---

<sup>19</sup> A experiência italiana de desenvolvimento industrial ficou comumente conhecida por esta expressão que derivou-se da divisão de regiões pelos seus respectivos desempenhos econômicos, onde o noroeste tradicionalmente rico era denominado de primeira Itália, mas passava por uma crise profunda. O Sul de pouco progresso era denominado de segunda Itália. E a região do centro e do nordeste, mostrava-se em crescimento, através de aglomeração de pequenas firmas, sendo denominada então de Terceira Itália. Historicamente falando, é possível afirmar que o modelo da Terceira Itália é constituído de um misto de “distritos industriais”, “sistemas locais de produção” e “clusters”. Putnam (1996) afirma que a terceira Itália caracteriza-se pela organização dos produtores e pelo apoio do governo, dessa maneira, fundamenta-se nas relações sociais entre as empresas, o governo e a sociedade em geral.

gera possibilidades de cooperação competitiva com outros nichos de mercado e mobiliza a geração das chamadas *externalidades positivas*<sup>20</sup>.

É claro que a realidade brasileira se expressa de maneira diferente e coloca desafios na validade de pensar as experiências de desenvolvimento econômico impulsionadas pela cooperação e pela comunicação; no entanto, tais análises apoiam o exercício de tentar compreender as novas relações entre produção e território, entre trabalho e sociedade, entre produção e consumo, etc. se considerarmos que essas novas formas de produzir e consumir estão relacionados a formas de produzir “sociocooperativamente” incipientes no fordismo<sup>21</sup> (COCCO et al 2002).

Além disso, a rede de relações que se forma a partir da cooperação entre comunidade e território pode internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais-cooperativos de aprendizagem produtiva. Dessa forma, pensar a cooperação e a comunicação como objetos de pesquisa implica entendê-las como partes integrantes das transformações produtivas e da construção de novos atributos produtivos de valor econômico, social, simbólico e político que caracterizam o pós-fordismo e conformam a chamada ruptura de paradigmas.

No caso brasileiro, os processos de comunicação e cooperação entre indivíduos do campo estão expressivamente atrelados às práticas extensionistas rurais, e, no interior paulista, observa-se a materialização de tal prática por meio da atuação das Coordenadorias de Assistência Técnica e Integral (CATI). Nos seus primórdios, a extensão rural no Brasil surge para implantar o pacote tecnológico com o objetivo de aumentar a produtividade no “campo”, numa perspectiva de “cima” para “baixo”, na qual o Estado, as universidades e outras instituições difundiam o “conhecimento” sem considerar as experiências, as necessidades e os objetivos dos grupos atendidos.<sup>22</sup> Na segunda metade dos anos 80 com a redemocratização do

---

<sup>20</sup>Externalidade é o efeito secundário gerado numa atividade qualquer.

<sup>21</sup>Para os autores alinhados a esta corrente teórica, as mudanças ocasionadas pelas transformações do modelo fordista podem ser analisadas a partir de três eixos principais de discussão: a) as relações entre produção e o território; b) relações entre produção e cidadania e c) relações entre os atores produtivos e a emergência da figura do “empresário político”.

<sup>22</sup> Pode-se dizer que a extensão rural no Brasil dividiu-se em três fases. A primeira refere-se ao “humanismo assistencialista”: o principal objetivo era integrar as famílias rurais ao mercado. A segunda denomina-se “difusionismo produtivista” (1964-1980), que aspirava a aquisição do pacote tecnológico e modernizante pelos produtores; a principal instituição atuante era a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Nesse período, também surge a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Cabe ressaltar que os agricultores familiares que não tinham acesso a crédito ficavam marginalizados do processo de extensão rural. A partir dos anos de 1980, surge a terceira fase, na qual há um processo de mudanças de paradigmas da extensão rural baseada no preceito do “desenvolvimento participativo” que deve fundamentalmente considerar aspectos culturais, políticos e sociais dos grupos alvos (Farrington, Christoplos, Kidd e Beckman, 2002).

país a EMBRATER<sup>23</sup> apresentou uma significativa mudança em seu discurso institucional, apresentando as primeiras noções de desenvolvimento sustentável vinculada às práticas extensionistas. No entanto, o que ainda persiste e muitos trabalhos indicam isso, dentre eles o de Bergamasco (1993), é a persistência, entraves e resquícios dos velhos comportamentos difusionistas e de atuais influências do Estado.

Em conjunção com as transformações produtivas no universo econômico, político e social, as mudanças de paradigma nas atividades extensionistas acontecem na medida em que a metodologia “difusionista” torna-se obsoleta e insuficiente para atender as demandas políticas, econômicas e sociais, passando-se a considerar a realidade cultural total dos agentes do campo. À guisa das transformações associadas à globalização, à alimentação, às relações entre produção e consumo e à ambientalização dos processos de produção e consumo, emergem políticas públicas – PRONAF, PAA, PNAE e PPAIS - numa perspectiva de valorização da agricultura familiar no Brasil, em contraste ao processo modernizador e tecnológico tão difundido nos anos de 1960/1970 no campo.

É nesse contexto que se configura um novo cenário institucional caracterizado por práticas “extensionistas” diferenciadas, fundamentadas pelo diálogo entre técnicos e produtores, além de melhorias nas práticas produtivas. Nesse panorama, consolida-se o incentivo à formação de pequenas organizações de produtores familiares com o objetivo de distribuir renda de forma equitativa por meio de vendas coletivas e comercialização conjunta. Como consequência, a comunicação e a cooperação são mobilizadas por meio do aprofundamento e da ampliação das relações na dinâmica de um grupo, construindo a reciprocidade econômica através de um quadro comum de interesses e objetivos (POLANYI, 1980).

O empoderamento que sugere o título desta seção refere-se ao processo de ação social coletiva em que um grupo desenvolve e exercita sua potência. Nesse sentido, o destaque recai no grupo que passa a conduzir seu próprio empoderamento. O empoderamento não é concedido por uma entidade superior, já que é ideia oposta ao paternalismo, é tornar potentes as capacidades eminentes de um grupo social direcionando a autogestão e a autonomia com objetivo de ampliar as capacidades de igualdades e de oportunidades (DURSTON, 2002, p.49).

---

<sup>23</sup> Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, então responsável pela coordenadoria nacional da Extensão Rural, extinta em 1990, no governo Collor

Nesse sentido, diversas análises têm destacado o papel do Estado no processo de “empoderamento” de segmentos sociais desfavorecidos por meio da combinação de serviços sociais (no geral, políticas públicas) ao combinar essas ações com a participação dos agentes no desenvolvimento das políticas. Sobre isso, Durston (2002) afirma:

Os incentivos que o Estado outorga para que os cidadãos se associem com o objetivo de receber algum benefício, têm o efeito adicional de romper as barreiras seculares de temor e desconfiança e, por essa via, de estimular a confiança ali onde ela não existe, assim como de fortalecer os hábitos de colaboração e associação (DURSTON, 2002, p.46).

Ao mesmo tempo, essas políticas podem se estabelecer como parte do problema para o desenvolvimento do empoderamento e do desenvolvimento territorial, de fato; nesse caso me refiro às políticas públicas voltadas para pequenos e médios produtores familiares, com as quais nos deparamos no campo observado. Pode-se observar, como decorrência de alguns fatores, o aparelhamento e a instrumentalização dos espaços associativos pelas condicionalidades estabelecidas com a participação nas políticas, comprometendo a autonomia de espaços que em tese devem ser de autogestão e de emancipação.

A contribuição mais significativa e com a qual me alinhei nesta pesquisa, traduz-se em não apresentar apenas os aspectos virtuosos das políticas públicas que - ao menos no discurso - se direcionam pelo desenvolvimento territorial e pela ampliação da autogestão em espaços associativos e cooperativos. Segue abaixo um quadro ilustrativo dos tipos de interação que se constituem entre o investimento nas relações sociais e nos aspectos como comunicação, cooperação e reciprocidade (denominada de capital social), numa organização que vai das formas autoritárias e reprodutoras até as mais virtuosas.

**Quadro 6**– Tipos de interação entre Estado e o Capital Social

<b>TIPOS DE INTERAÇÃO E CARACTERÍSTICAS</b>				
<b>Clientelismo autoritário</b>	<b>Clientelismo passivo</b>	<b>Semi-clientelismo</b>	<b>Organismo empoderador</b>	<b>Sinergia : co-produção entre o Estado e a sociedade civil</b>
Reprime violentamente as experiências de capital social popular/comunitário	Transforma as experiências coletivas de capital social em receptividade passiva, apropria-se e cria dependência.	Incita a organização autogestionária, capacita (de cima para baixo) a gestão, protege a organização nos aspectos sociais, econômicos, político local e regional.	Continua desenvolvendo experiências de autogestão já constituídas e amplia o raio de ação territorial.	A organização coletiva está num nível completamente autônomo, geram e administram seus contratos (públicos ou privados)

**Fonte:** Adaptado de DURSTON, 2002

A realidade social é mais complexa que qualquer tipologia, no entanto, este quadro colabora para o entendimento das interações existente entre o investimento nas interações e os organismos públicos.

Em síntese, ao falar da valorização dos aspectos imateriais do processo produtivo – como comunicação, cooperação, interação, reciprocidade - refiro-me a um conjunto de autores e aos resultados de pesquisa, à valorização dos circuitos cooperativos e associativos entre agricultores familiares assentadas em uma dinâmica comunitária com uma lógica interna e própria de funcionamento, em paralelo ocasionadas por uma abertura da esfera pública à questões referentes a este segmento social, ou seja, voltadas para a resolução de problemáticas públicas referentes à questão agrária. Trata-se então de um objeto complexo de pesquisa ao articular temas como território, territorialidade, políticas públicas, local e região, dentro de um marco que procura revelar a relação entre os agentes envolvidos (motivos, objetivos e percepções) e os mecanismos que possibilitam, por meio de procedimentos associativos, sustentar um processo de desenvolvimento territorial.

### **2.3 O perfil produtivo dos associados da APRAFT**

Investigar os elementos que compõem a relação dos associados com o espaço associativo exige uma análise concentrada das especificidades do contexto em que se inserem, pois é a combinação de padrões urbanos e rurais que coloca aos indivíduos a ressignificação das experiências de trabalho e de vida (WHITAKER, 2002).

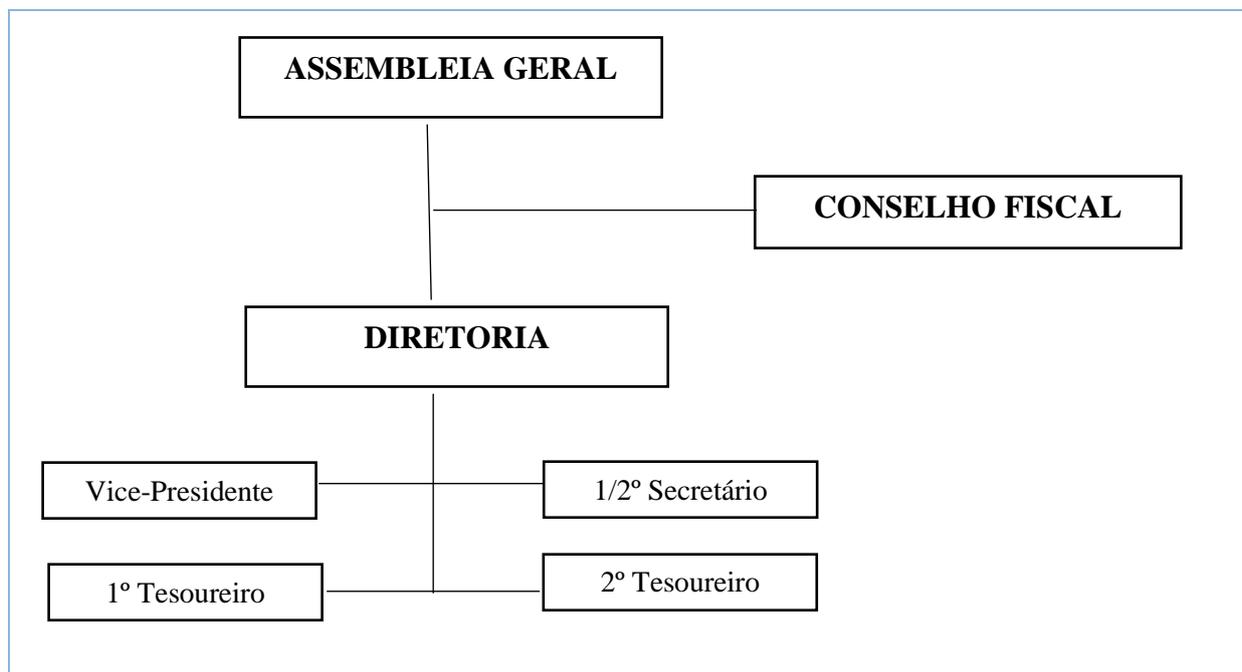
Dados de campo demonstram que 78,5% dos produtores entrevistados desenvolvem suas atividades em parceria com outros agentes, sendo que em 100% desses casos isso se dá entre os membros da própria família. Tais dados, além de inserirem os agentes no âmbito da agricultura familiar, expressam a possibilidade desses agentes trabalharem por meio de laços de reciprocidade, de confiança e de cooperação, que, no caso específico estudado, são concretizados ou enriquecidos via associações. Essas informações são importantes, pois apontam para realidades diferentes da visão recorrente de que agricultores familiares são desmobilizados e fatalmente marginalizados pelo processo de urbanização.<sup>24</sup>

As motivações dos produtores para a permanência na associação são a sobrevivência via grupo e a conquista de financiamentos facilitados quando feitos coletivamente. Outro aspecto importante também é a existência formal de uma preocupação ambiental entre os associados, sendo esta uma das pautas da associação. No entanto, verificou-se que a maior parte dos produtores-associados consideram-se tradicionais, e utilizam produtos agroquímicos em seus cultivos, revelando uma divergência entre o discurso da agência governamental que acompanha proximamente as atividades da associação e a representação que os indivíduos têm de si mesmo e de suas práticas. A seguir, a estrutura organizacional da APRAFT:

---

<sup>24</sup>O Censo Agropecuário de 1996, por exemplo, revelou o baixo nível organizacional e a predominância do trabalho familiar individual, conquanto, dez anos depois com a promulgação da Lei ° 11.326 estabeleceram-se marcos legais e diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Além disso, a lei possibilitou a inserção nas estatísticas oficiais em conjunto com a publicação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, impulsionado transformações na relação entre Estado, políticas públicas e privadas no âmbito da produção familiar. Exemplo disso é o incentivo a formação de organização de produtores rurais expresso em um artigo da lei 11.326, que diz “podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo Conselho Monetário Nacional”, incluído pela Lei n. 12.058, de 2009. (LEI 11.326).

**Figura 1** – Estrutura Organizacional da APRAFT nos anos de 2015-2016



**Fonte:** Tabulação própria.

O histórico dos produtores agrícolas nas regiões estudadas identifica-se aos contextos históricos referenciados nesta seção, principalmente no que se refere à participação em políticas públicas implantadas no contexto da reorganização política e econômica do Estado, por exemplo, sendo coordenadas por uma rede sociotécnica de instituições locais como os Sindicatos, as Casas de Agricultura e expressivamente a Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI).

Vejamos abaixo um organograma que ilustra a atuação da CATI<sup>25</sup> diante das associações nessas localidades.

<sup>25</sup>A CATI, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, desde 1967, desde que foi criada, vem trabalhando para o produtor rural, prestando serviços e oferecendo seus produtos. Com sede em Campinas (SP), a rede da CATI é composta por 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) distribuídos nas várias regiões do Estado de São Paulo. Os 40 EDRs englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em quase todos os municípios do Estado de São Paulo. Além disto, a CATI possui 21 núcleos para produção de sementes e mudas. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br> Acesso em 25/04/2016.

**Figura 2** – Funcionamento da CATI em relação às associações



**Fonte:** Revista Casa da Agricultura, 2014

A associação estudada foi fundada em 2013 por um grupo de 15 produtores em função da necessidade de ampliar as possibilidades de comercialização do grupo. Um dos associados-fundadores que acabou tornando-se um informante-chave para esta pesquisa, Nilo<sup>26</sup>, relatou que uma das motivações para criar a associação de agricultores da cidade de Taquaritinga foi sua participação em outra associação de produtores de produtos orgânicos localizada no município de Ibitinga<sup>27</sup>, caracterizada amplamente por agrupar agentes produtores-consumidores de produtos diferenciados (orgânicos, *fair-trade*, etc.), associados a altos níveis de escolaridade e um “fazer empreendedor” incitados pelas próprias estratégias de valorização de mercados diferenciados. Além disso, os resultados de pesquisa sobre o Instituto ANNONA evidenciam que a cooperação via associação é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da produção orgânica (TROIANO; 2015).

Tal fato denota a influência de outras experiências associativas na constituição da associação observada por esta pesquisa. Formalmente, a associação carrega como objetivo a prestação de serviços que possam contribuir para o desenvolvimento e racionalização das

<sup>26</sup>Nome fictício.

<sup>27</sup>Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável foi fundado em 2009 associado ao AGROSEBRAE. É formado por dissidentes da COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis –, a associação se une especialmente em razão da certificação orgânica e da assessoria técnica e gerencial proporcionada pelo SEBRAE (TROIANO, 2015).

atividades agropecuárias, bem como a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais dos associados.

Outro aspecto, que se destacou nas observações de campo, foi a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um dos principais dispositivos de inserção produtiva dos agricultores observados, que é também uma das políticas que condiciona a participação dos produtores à criação de associações e cooperativas.

Um dos entraves estruturais que mais influenciam nas formas de participação dos associados nas atividades da associação se refere aos atrasos dos repasses financeiros advindos da comercialização via o PAA. Esses atrasos causam diversos conflitos na dinâmica da associação gerando uma série de desentendimentos entre os associados e a diretoria, devido à sobrecarga burocrática e administrativa que se coloca aos diretores, e até mesmo pelo não-entendimento de todos os processos burocráticos que envolvem a participação nessas políticas.

Nesse sentido, algumas análises apontam que este programa em específico amplia as práticas de mercado e o fortalecimento dos laços sociais entre os associados (GRISA, 2014), por outro lado, a melhora qualitativa das organizações coletivas vinculadas ao PAA ocorrerá se existir uma articulação sólida com as instâncias governamentais responsáveis pela execução do programa (CATIs, Prefeituras, Sindicatos), além de um aumento dos recursos. Do contrário, essas organizações podem criar relações de dependência e de instrumentalização com o programa.

Além do mais, outra dificuldade observada refere-se às demandas de tecnologia que poderiam ser atingidas de modo mais satisfatório com investimentos em infraestruturas e profissionalização da produção, logística, contabilidade e informática (SCOPINHO, 2015). Vejamos abaixo o quadro referente às dificuldades internas e externas relatadas pelos associados:

**Quadro 7** – Dificuldades internas e externas

<b>DIFICULDADES INTERNAS</b>				
<i>Interesses diferentes</i>	<i>Comercializar com bons preços</i>	<i>Dificuldades de organização</i>	<i>Falhas de comunicação</i>	<i>Competição e interesses particulares</i>
<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>DIFICULDADES EXTERNAS</b>				
<i>Em estabelecer parceria</i>	<i>Burocracias</i>	<i>Dificuldades com as linhas de crédito</i>	<i>Problemas com as parcerias</i>	<i>Participação nas reuniões</i>
<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**Fonte:** Tabulação própria

Em relação aos motivos que impulsionam a participação e inserção do grupo de produtores estudados, verificamos que 7 dos 14<sup>28</sup> entrevistados declaram que se associaram movidos pelo aspecto da comercialização, 4 de 19 devido ao fortalecimento/união dos agricultores familiares e depois pela troca de informações. Em relação aos objetivos gerais que norteiam as associações e os associados, o mais citado é também a comercialização (8 de 14), seguido por fortalecimento dos agricultores familiares (4-14). Dentre os significados mais expressivos declarados pelos produtores, no que se refere ao sentido de se estar associado com outros produtores familiares, estão o aumento das possibilidades de mercados e o fortalecimento da agricultura familiar. Em resumo, motivos, significados e objetivos não são convergentes nas respostas dadas pelos agricultores.

A organização com vistas a uma ampliação de possibilidades econômicas e sociais nos territórios de produção familiar - o processo associativo - conforme analisado neste estudo, significa também a confecção e a gestão de uma estrutura formal. Apresento a seguir trecho do estatuto regimental sobre os objetivos e sobre as estratégias de desenvolvimento de uma das experiências estudadas.

---

<sup>28</sup> Aqui usamos 14 como número total pois 5 produtores se ausentaram nestas questões.

## Quadro 8 – Sobre os objetivos da APRAFT nos anos de 2015-2016

### ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO – REFERENTE AO CAPÍTULO 1

<b>Art4º</b>	É objetivo da associação a prestação de serviços que possa contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.
<b>Art5º</b>	Para a consecução de seu objetivo, poderá: <i>a)</i> Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras; <i>b)</i> Viabilizar a produção, o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de bens e serviços utilizados na produção; <i>c)</i> Negociar no interesse comum, a comercialização da produção dos associados e, de igual modo, orientar compras de insumos utilizados pelos mesmos; <i>d)</i> Manter serviços de assistência médica, dentária, recreativa, educacional e jurídica, constituindo-se neste particular, em mandatária dos associados no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente e à defesa do consumidor. <i>e)</i> Filiar-se e receber filiações de outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão. <i>f)</i> Defender os direitos dos associados junto ao Poder Público, bem como administrar, por delegação, contratos, acordos, convênios com instituições, tanto públicas como privadas, para benefício de seus associados. <i>g)</i> Promover e incentivar ações para a preservação do meio ambiente

**Fonte:** Tabulação própria

A fala dos agentes aponta repetidamente para as possibilidades de ganhos econômicos. No entanto, entendemos que as estratégias e as ações adotadas não devem ser reduzidas à dimensão econômica, se considerarmos que objetivamente as ações são orientadas para a obtenção do lucro por meio do êxito na atividade econômica. Subjetivamente, estes agentes sociais completam dimensões que ultrapassam a primazia do econômico, sendo orientados também pela cultura e formação simbólica (BOURDIEU, 1997). Segue abaixo o quadro referente aos objetivos da associação, motivos para se associar e se manter associado e significado de se estar associado.

**Quadro 9.** Objetivos, Motivos e Significados

<b>PRODUTOR-ASSOCIADO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>MOTIVOS</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
Nilo (fundador)	Comercialização	Fortalecimento dos agricultores familiares (união)	Fortalecimento dos agricultores familiares
José	Troca de informações	Troca de informações	Aumentar minhas possibilidades de mercado
Enrico	Comercialização	Comercialização	Aumentar minhas possibilidades de mercado
Joseph	Fortalecimento dos produtores familiares	Comercialização	Aumentar minhas possibilidades de mercado
Solimões (fundador)	Fortalecimento dos produtores familiares	Comercialização	Fortalecimento da agricultura familiar
Rodrigo	Comercialização	Fortalecimento dos produtores familiares	Fortalecimento da agricultura familiar
Ivo	Comercialização	Outros	Aumentar minhas possibilidades de mercado
Benício	Comercialização	Comercialização	Fortalecimento da agricultura familiar
Arnaldo	Fortalecimento dos produtores familiares	Fortalecimento dos produtores familiares	Fortalecimento da agricultura familiar
Ulisses	Melhorias na produção	Melhoria na produção	Fortalecimento da agricultura familiar
Vicente	Comercialização	Comercialização	Fortalecimento da agricultura familiar
Lauro	Comercialização	Fortalecimento dos produtores familiares	Aumentar minhas possibilidades de mercado
Samuel	Fortalecimento dos produtores familiares	Comercialização	Aumentar minhas possibilidades de mercado
Donna	Comercialização	Comercialização	Fortalecimento da agricultura familiar

**Fonte:** Tabulação própria. Nomes fictícios

Sobre isso, entendo que as associações são unidades em que os produtores configuram-se como agentes dotados de demandas a serem representados pelas instituições na condição de interlocutores na gestão do processo de produção familiar (NEVES, 2008). A organização social via associação se desenvolve sob os objetivos dos técnicos das instituições intermediárias - e no caso aqui estudado, se dá pelas CATIs locais - embora estejam voltadas para a viabilidade do processo produtivo.

Ao privilegiar ou direcionar a formação de organizações de produtores familiares em associações ou cooperativas (como o PRONAF, o PAA, dentre outras), incute-se uma relação assimétrica e/ou um viés moral, onde a necessidade de gerir e refletir coletivamente transfere certa forma, a responsabilidade do dever participativo e da construção de possibilidades para (e somente) os produtores. Por outro lado, a ação associativa na dinâmica desses grupos - e as inter-relações que dela se desdobram - concebe o denominado poder comunicativo derivado do intercâmbio discursivo, que é produzido na esfera pública e na participação dos indivíduos nas discussões sociais e políticas, estando relacionado à capacidade de detectar problemas e estabelecer diretrizes (HABERMAS, 2003).

O sentido econômico refere-se às vantagens e desvantagens econômicas identificadas pelos associados, amplamente ligadas aos canais de comercialização. Em todas as entrevistas, sem exceção, participar da associação significou comercializar e não “produzir coletivamente”. Dessa forma, verifiquei que o sentido da participação por vezes destacava-se mais no sentido econômico. É perceptível que a comercialização constitui um aspecto importante e impulsionador para a criação e o desenvolvimento das associações, no entanto a mobilização desta atividade econômica nem sempre é exclusiva aos princípios que organizam o mercado, envolvendo aspectos políticos, simbólicos, culturais, etc.

Em relação ao trabalho, não há um sentido coletivo que o relacione à associação. No geral o sentido que os associados atribuem ao trabalho está conectado às atividades individuais na produção e desvinculado da atividade associativa. Por outro lado, observei – confirmada pela fala dos agentes – a importância do momento da reunião para a tomada de decisões coletivas, todos os associados frequentam assiduamente as reuniões e todos estão sujeitos a justificarem suas faltas, não podendo exceder a três faltas seguidas sem justificativa, sob pena de expulsão.

Por outro lado, as tomadas de decisões são “guiadas” por alguns associados e não discutidas incessantemente até a chegada de um consenso coletivo, embora ao fim todos concordem com as decisões tomadas; além disso, percebi também que as “decisões” sobre determinados temas eram decididas anteriormente às reuniões formais, em conversas paralelas entre pequenos “grupos”. Por fim, há uma ausência relacionada ao sentido político da associação; entre os cooperados a política tem um significado negativo, sendo um aspecto distante da organização. Durante as conversas com os associados, uma das queixas relatadas é o fato de que produtores assentados tinham prioridade quando participavam dos editais das compras públicas, e que “política” não deveria ser uma pauta das associações, denotando um distanciamento das causas ligadas à questão agrária, além do acirramento das relações de competição entre os diferentes segmentos do campo por disputas de editais.

**Quadro 10.** Dados das associações

Fundação, proventos, forma de comercialização e instituições financiadoras				
Associação	Fundação	Proventos	Formas de comercialização	Instituição Financiadora
<i>APRAFT</i>	4 de Abril 2013	R\$ 800 mil para investimentos nas cadeias produtivas ligadas à olericultura e fruticultura	Programa de Aquisição de Alimento (PAA) Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Projeto de Desenvolvimento Rural e Sustentável Microbacias II	Governo Federal, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal.

Fonte: Tabulação própria

Essas externalidades positivas são providas do desenvolvimento das associações, mas não são determinantes da reprodução social dos produtores familiares. No entanto, a necessidade de manter a produção familiar enquanto tal levou esses agentes a se organizarem. A partir da análise das entrevistas com os agentes e dos dados objetivos em relação aos proventos econômicos e sociais adquiridos pelos grupos estudados entendo que as relações

econômicas estabelecidas por meio da associação e seus desdobramentos não são determinantes para a reprodução social dos produtores familiares, mas a necessidade de manter a produção familiar enquanto tal incita os agentes a se organizarem também, economicamente; assim o sistema econômico será sempre dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 1980).

Além disso, compreendo o associativismo como estratégia gerida por uma rede de indivíduos influenciados por um contexto social, inseridos em redes sociais que potencializam e fiscalizam as ações econômicas. Assim, os agentes não agem individualmente e independente de um contexto social, nem tampouco agem passivamente diante das estruturas sociais (GRANOVETTER, 1995). Nesta perspectiva, elementos como a cooperação, a confiança, a ajuda mútua, são privilegiados nas relações estabelecidas entre os agentes e, assim, a regularidade da ação econômica é construída por meio de laços de reciprocidade e confiança.

São características da reestruturação capitalista as funções e os processos produtivos se sustentarem em torno de redes sociais que interferem na transformação da sociedade. Castells (1999) definiu o conceito de rede como um conjunto de nós interconectados que, por conseguinte, é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Além disso, a mudança social envolve ação individual e/ou ação coletiva, que são emocionalmente motivadas por sentimentos como medo, aversão, surpresa, tristeza, felicidade e raiva. Essas motivações emocionais são superadas, geridas e transformadas por meio de uma ação comunicativa que direciona mudanças coletivas. Por fim, a mudança social provém da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes estimuladas por um ambiente de comunicação (CASTELLS, 2013).

São duas possíveis perspectivas de análise: economicamente a associação pode ilustrar e revelar um corporativismo contemporâneo, um meio ou fim de diminuir a concorrência e ampliar as possibilidades de renda; sociologicamente, essas organizações são espaços de solidariedade, ajuda mútua e experiência compartilhada<sup>29</sup>. Aproximo-me da perspectiva de

---

<sup>29</sup>“Associações voluntárias não estão em todos os lugares e não são sempre boas. Elas podem reforçar tendências antiliberais e podem ser abusadas por forças antidemocráticas. Além disso, nem todos os que participam vão sair de lá melhores pessoas do que entraram: algumas pessoas que se juntam a grupos de autoajuda, por exemplo, vão aprender sobre compaixão e cooperação, enquanto outras se tornarão mais narcisistas. Nas palavras da teórica política Nancy Rosenblum: “Os usos morais da vida associativa por membros são indeterminados.” (PUTNAM, 2015, p.398).

que ambas as teses se reforçam mutuamente, na medida em que a cooperação é condição fundamental para as atividades econômicas, conforme aponta Putnam (2015, p.372-380):

Assim como áreas de alto capital social são boas em manter habitáveis seus espaços, elas também são boas em manter-se à frente. Um acervo crescente de pesquisas sugere que, sempre que a confiança e as redes sociais florescem indivíduos, empresas, bairros e até mesmo nações prosperaram. (...) Para o momento, as ligações entre as redes sociais e o sucesso econômico em nível individual estão entendidas. Você pode estar razoavelmente confiante de que você vai se beneficiar se você adquirir uma rede social mais rica, mas ainda não está totalmente claro se isso apenas reflete sua capacidade de agarrar uma fatia maior de um bolo fixo, ou se todos ganhamos caso tenhamos redes sociais mais ricas. Os primeiros retornos, no entanto, incentivam a visão de que o capital social do tipo certo aumenta a eficiência econômica, de modo que, se nossas redes de reciprocidade se aprofundarem, nós todos e, se elas atrofiarem, todos nós pagaremos caros.

Em resumo, os campos de pesquisa apontam que as experiências de trabalho associado em espaços de produção familiar estão relacionadas a processos econômicos impulsionados pela cooperação e comunicação.

(...) as comunidades com fortes redes sociais e associações de base se saem melhor no enfrentamento de crises inesperadas do que comunidades que não dispõem desses recursos civis. Em todos esses casos, o nosso interesse coletivo requer ações que superam nosso interesse próprio imediato e assume que os nossos vizinhos vão agir coletivamente também. A democracia não exige que os cidadãos abnegados sejam santos, mas de muitas maneiras modestas ela assume que a maioria de nós na maioria do tempo vai resistir à tentação de trapacear. O capital social, as evidências sugerem cada vez mais, reforça nossos melhores eus. O desempenho de nossas instituições democráticas depende do capital social de formas mensuráveis. (PUTNAM, 2015, p. 408).

## 2.4 Considerações finais da seção

A partir de uma triangulação analítica sobre o desenvolvimento de processos associativos entre pequenos e médios produtores inseridos na categoria denominada de agricultura familiar, entendo que as transformações do processo produtivo colocadas principalmente pela crise da organização fordista de produção, sugeriram uma revalorização de aspectos típicos das comunidades rurais/camponesas. Elementos como da cooperação, comunicação, reciprocidade e ajuda mútua, insere-as como pontos estratégicos de enfrentamento da crise estrutural.

Dessa forma, aspectos “espontâneos” entram para o circuito de valor do capital, sendo posteriormente apropriados pelas políticas de estado/governamentais como forma de gerenciar os territórios e os grupos sociais. Conforme demonstrado, as mudanças dos referenciais entre o Estado e a sociedade civil e decorrem do ajuste global/setorial; nesse sentido as políticas públicas mudam porque o referencial setorial precisa acompanhar as transformações que acontecem no referencial global. Essas mudanças provocaram transformações na interpretação do mundo da pequena e média produção, e também para o “fazer-se associativo” (THOMPSON, 1987) dos pequenos e médios produtores ao inserir como condicionalidade de participação em políticas de crédito a formação de associações e cooperativas.

Os primeiros resultados apresentados apontam para a possibilidade de políticas como o PAA e o PRONAF proporcionarem uma via alternativa de comercialização e garantia de renda. No entanto, a burocratização e a administração impostas por esses programas acabam restringindo o trabalho associado a uma participação instrumental, reduzindo a autonomia e autogestão. Nesse sentido, numa co-gestão entre trabalho associado e agência governamental, contudo, é fundamental reconhecer que o desenvolvimento das políticas públicas combinado com o trabalho associativo é um processo em transformação e possibilita uma estabilidade material, além do acesso ao funcionamento das políticas públicas, a outras formas de trabalhar e organizar a produção. Desta feita, os aspectos subjetivos do processo produtivo, como a cooperação, a comunicação, a ajuda mútua e a reciprocidade deixam de ser consequência e passam a ser condição de inserção produtiva. Este processo acontece atrelado às mudanças de referenciais das políticas públicas que desencadearam a necessidade de

metodologias diferenciadas para o desenvolvimento rural, em consequência do reconhecimento jurídico-institucional da agricultura familiar.

### **3 PRODUÇÃO FAMILIAR E O CONVÍVIO COM UMA NOVA RURALIDADE: PERFIL PRODUTIVO DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS**

#### **3.1 Novas perspectivas produtivas no campo brasileiro**

A dicotomia entre o rural e o urbano muitas das vezes é utilizada para fins didáticos e até mesmo políticos, mas é fundamental considerar as condições históricas nas quais os processos globais estão inseridos. O constructo dual entre “rural” e “urbano” vem se enfraquecendo com as reconfigurações objetivas e subjetivas colocadas pela modernidade (GIDDENS, 1991), dessa forma os valores relacionados ao ‘rural’ e os valores relacionados ao ‘urbano’ se sobrepõem tornando a antiga divisão epistemológica cada vez mais insuficiente para a compreensão de tais “mundos”. Essa antiga divisão é enfraquecida na medida em que seus ideais adentram pela organização social de tais espaços, criando fios condutores que os aproxima - a mercantilização e o consumo são exemplos disso<sup>30</sup> - assim como pelo surgimento de atividades não-agrícolas no campo e atividades agrícolas nas cidades, sobre as quais discutirei mais adiante.

Nesse sentido, um território (HAESBAERT, 2002)<sup>31</sup> pode se caracterizar pelo predomínio de grupos rurais ou de grupos urbanos, embora não de forma exclusiva, e as constantes mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais sugerem reflexão acerca da validade das categorias de pensamento em uso (CARNEIRO, 2008). O debate sobre a dualidade desses “dois mundos” compôs ampla discussão ao longo do século XX, no qual diversos autores posicionaram-se de formas diferentes em busca da essência do que é o “rural” e do que é o “urbano”. A partir de análise das diversas óticas que configuraram esses debates, Carneiro (2008) propõe uma alternativa ao uso da categoria “rural” que, em linhas gerais, baseia-se no pressuposto do rural e da agricultura como um conjunto de relações – de

---

<sup>30</sup>Giddens (1985) aponta que o processo de mercantilização abrangeu tanto o tempo quanto o espaço e nesse sentido, inviabilizou a separação institucional e fronteira em relação à cidade e ao campo. Dessa forma, constitui-se um “ambiente criado” segundo o autor, que expressa novas formas de articulação institucional que transformam as relações entre o próximo e o remoto no tempo e no espaço.

<sup>31</sup>Apoio-me no debate de Rogério Haesbaert (2002), especialmente na obra *Territórios Alternativos*, devido à discussão acerca do conceito de território-rede. Entendo, a partir disso, que a perspectiva globalizante e ao mesmo tempo fragmentadora proposta pelo autor contempla as questões propostas nesta pesquisa.

poder e de interesses – entre diversos agentes e instituições que transpassam o local e o nacional, e influenciam-se mutuamente.

De mais a mais, a modernização do rural constitui novas sociabilidades e novos espaços produtivos delineando ampla e complexa rede de agentes sociais de novo tipo. Essa nova trama social não pode mais ser compreendida como parte do processo de urbanização que se encaminhará fatidicamente para uma homogeneização do campo e da cidade. A dualidade entre rural/urbano reconfigura-se produzindo novas ruralidades que requerem categorias de análise desfronteirizadas.

Essas primeiras considerações nos convidam a pensar sobre a experiência urbana de muitos dos municípios brasileiros. Um número expressivo de municípios, como o caso estudado, que apresentam baixa densidade demográfica e um reduzido número populacional são compreendidos nos planos jurídico e político como localidades totalmente urbanas. Esses pequenos municípios apresentam-se como uma interseção na qual coexistem códigos de duas práticas sociais diferentes: verifica-se certa sociabilidade diferenciada composta por relações de interconhecimento, pessoalizadas e de vizinhança, aproximando-as do conjunto de práticas sociais ‘rurais’ (CARNEIRO, 2008); por outro lado, funcionam como mediadoras do mundo rural com o sistema urbano, configurando um tipo específico de modo de vida que se diferencia das pequenas localidades rurais e das grandes cidades.

O município de Taquaritinga no qual estão localizados os produtores familiares e a associação estudada se insere no rol dessas pequenas localidades que apresentam índices de baixa a média densidade populacional, mas também convivem com o crescimento da população urbana, como revelam os dados da tabela abaixo:

**Tabela 1-** Dados referentes à população total e a densidade demográfica de Taquaritinga (SP)

<b>MUNICÍPIO ESTUDADO</b>	<b>População Total</b>	<b>Densidade demográfica</b>
<i>Taquaritinga</i>	56. 587 hab	90,95 hab/km <sup>2</sup>

**Fonte:** IBGE/Cidades. Dados referentes à estimativa calculada para o ano de 2015. Acessado em 18/04/2016 às 16:02h.

Outrossim, a intenção de demonstrar os dados referentes à população e à densidade demográfica do município estudado consiste mais em debater sobre as condições da produção

familiar em pequenos e médios municípios do que buscar inserir esta “pequena” localidade em uma categoria de análise fechada.<sup>32</sup>

O objetivo, como dito anteriormente, é ultrapassar o binômio rural-urbano. No entanto é importante e, sobretudo necessário compreender o significado e o funcionamento das pequenas aglomerações para o desenvolvimento da produção familiar e do trabalho associado. Cabe refletir a organização social específica e as trajetórias de desenvolvimento que engendram, simultaneamente, a dinâmica interna e a externa dos pequenos e médios municípios e entender o *ethos* desses espaços que organizam, administram e integram a sociedade local (WANDERLEY, 2001). Vejamos os dados a seguir:

**Quadro 11-** Referente ao tamanho em **número populacional dos municípios** do Brasil e do Estado de São Paulo, especificamente.

<b>Quantidade de habitantes por município</b>	<b>BRASIL</b>	<b>Estado de São Paulo</b>
<i>Até 5.000</i>	1.382 (24,8%)	180 (27,9%)
<i>De 5.001 até 10.000</i>	1.308 (23,5%)	115 (17,8%)
<i>De 10.001 até 20.000</i>	1.384 (24%)	116 (17%)
<i>De 20.001 até 50.000</i>	963 (17%)	118 (18%)
<i>De 50.001 até 100.000</i>	299 (5,4%)	54 (8,4%)
<i>De 100.001 até 500.000</i>	194(3,4%)	54 (8,4%)
<i>Mais de 500.000</i>	31 (0,5%)	8 (1,2%)

**Fonte:** IBGE/Indicadores Sociais dos Municípios, acessado em 20/04/2016. Dados referentes ao ano 2000.

Observa-se maior concentração de municípios com até 50.000 habitantes no Estado de São Paulo e no Brasil como um todo. Tal fato incita a pensar sobre as dinâmicas de sociabilidades nesses locais, desenhando os recursos materiais, sociais e culturais locais e as estratégias desenvolvidas pelos agentes. O município de Taquaritinga caracteriza-se por ser

<sup>32</sup> A composição populacional da região de Governo em que o município se localiza traduz-se pela predominância de municípios com menos de 20 mil habitantes, sendo os principais centros urbanos: Araraquara (208.662 hab) e Jaboticabal (71.625 hab).

relativamente pequeno (se tomarmos como base o referencial do IBGE) e de bases rurais expressivas, no entanto, considero como pressuposto teórico a ideia de que o desenvolvimento local e territorial é um processo sistêmico (VEIGA, 2008), ultrapassando assim a dicotomia rural-urbano.

Os dados quantitativos, apesar de apresentarem valor “secundário” nessa pesquisa, apontam para possíveis potencialidades “rurais” desses pequenos e médios municípios que compõem o interior paulista e que podem ser mobilizadas quando e se vistas como estratégicas para a articulação do desenvolvimento local-territorial dessas regiões. Desconfia-se que o desenvolvimento local dos pequenos municípios paulistas relaciona-se com as características socioeconômicas de seus entornos refletindo e afetando, ao mesmo tempo, o que acontece na microrregião. Assim, aspectos microrregionais como os sistemas e as relações de produção predominantes, as condições e meios de transporte, o acesso a mercados, as disponibilidades de infraestrutura social básica, dentre outros, condicionam e até mesmo determinam as possibilidades de desenvolvimento local-territorial (DENARDI et al, 2000).

Além do mais, o processo de modernização forçada da agricultura brasileira incitou algumas mudanças nas relações entre cidade e campo. Um exemplo disso é o fenômeno conhecido como pluriatividade, no qual a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas indicam reorganização da capacidade produtiva dos agentes no campo que se expressa como alternativa de renda e de emprego frente ao êxodo rural (SILVA, 2000; KAGEYAMA, 1987; DELGADO, 1985). Consta-se também o processo de ‘migração de retorno’ da cidade para o campo, movimento que possivelmente está relacionado a questões como a revalorização do meio ambiente, dos aspectos naturais, da alimentação saudável, da sustentabilidade etc. (CARNEIRO, 2008). Sob este panorama, podemos compreender a ruralidade brasileira como um processo dinâmico que incorpora valores, hábitos e técnicas e que ressignifica a cultura local, abarcando agentes de vários tipos e instituições locais e nacionais, com interesses diversos.

Esse cenário ilustra o que Graziano da Silva (1999) denominou de “novo” rural: processo pelo qual o meio rural reconfigura a estrutura e a organização produtiva em resposta ao avanço da modernização tecnológica, alterando as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e simbólicas nas populações rurais, incorporando novas práticas e relações que se traduzem em outros aspectos numa coexistência de atividades agrícolas e não agrícolas.

Emerge também a ideia de “nova ruralidade”, de natureza territorial e não setorial como anteriormente adotada, apontando para um dinamismo de certas regiões rurais brasileiras contrapondo ao recorrente pensamento que atrela o rural ao atraso, ao arcaico e como resíduo do urbanizado (ABRAMOVAY, 2000). Esse dinamismo que caracteriza as “novas ruralidades” também atenta para o crescimento de pactos locais e associações que se organizam a fim de dinamizar o desenvolvimento no interior do país. Vê-se que a tendência é pressupor uma ruralidade para além de um espaço estritamente produtivo, mas também, como locus de reprodução simbólica, econômica e social de grupos específicos, que se definem não em oposição, mas nas relações estabelecidas com as cidades.

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização sociais e tendem a se agrupar (cluster) em organizações de comunidade que, com o passar do tempo, geram um sentimento de belonging e, em última análise, em muitos casos, uma identidade comunal (communal), cultural. (ABRAMOVAY, 2000, p. 10-11)

Trabalhos como o da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vêm demonstrando que a dinamicidade de algumas regiões se relaciona à dinâmica territorial e não necessariamente à composição setorial do local. Como dito, o dinamismo dessas regiões vai de encontro com a antiga premissa de que as áreas “rurais” estão fadadas ao atrasado, ao desemprego, à carência de serviços e de cidadania. Assim, o conceito de território consiste em linhas gerais em compreender uma localidade-territorialidade como um conjunto complexo de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que podem desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento econômico local e que depende, sobretudo, da mobilização dos indivíduos e das instituições locais (ABRAMOVAY, 2000).

Putnam (1996) pormenoriza um conjunto de práticas específicas e concretas que podem ampliar e enriquecer as possibilidades de desenvolvimento territorial de uma região e denomina de capital social a soma de confiança, normas e cadeias de relações sociais que beneficiam uma região e que, segundo o autor, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. A partir dessas considerações, a ideia de um “renascimento do rural” direciona ao entendimento de que a ruralidade não é uma etapa a ser superada com o avanço da urbanização, mas ela pode vir a ser cada vez mais um valor para a sociedade contemporânea (ABRAMOVAY, 2000).

Esses pressupostos referenciados subjazem o debate acerca dos desdobramentos de processos de cooperação e comunicação na dinâmica de um território apontado na primeira seção deste trabalho. Ferreira (2002) demonstra que essas novas ruralidades estão conjugadas com estratégias de diversificação da produção mobilizadas pelos próprios agentes<sup>33</sup> e incitadas pelas políticas governamentais, que se traduzem na pluriatividade, no associativismo, na agroindustrialização em pequena escala; estratégias que revelam a valorização de aspectos locais e regionais que possibilitam a reprodução desses agentes enquanto agricultores e enquanto rurais. O novo rural assenta-se, portanto, em processos de adaptação dos pequenos produtores frente ao avanço da monocultura, resultando na emergência de pluriatividades e na consolidação de atividades não-agrícolas no campo (WANDERLEY, 2000).

À vista disso, pode-se pensar o rural como uma noção espacial – para além de um conceito analítico - construída tanto no plano empírico como no teórico em consequência de disputas sociais, reivindicações e organizações, ou seja, o território pode conter e criar solidariedades a partir de relações sociais articuláveis que conformam os mais diversos interesses.

No plano político, observamos um marco institucional com a publicação de um documento no ano de 1999 pelo governo federal intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”.<sup>34</sup> Observam-se quatro noções centrais nesse texto: a importância da agricultura familiar; o desenvolvimento local e regional sustentável; a multiplicidade de atividades no meio rural e a dinamização econômica via redistribuição e racionalização dos ativos (ALENTEJANO, 2000).

Ressalvo, a partir dos pressupostos referenciados, que o “novo rural” ilustra um processo de transformação social e seus desdobramentos para o agente social do campo e para a agricultura, revelando modificações, novidades, mas também permanências e reprodução da antiga organização; isso implica pensar que o processo de modernização acontece sob diferenças, contradições e especificidades.

Não é a intenção deste trabalho ocultar as problemáticas históricas da relação entre estado, terra, trabalho e capital, que persistem – travestidos de outras formas – até os dias

---

<sup>33</sup>Muitas das vezes em consonância com políticas públicas ou instituições como o SEBRAE, SENAR, etc.

<sup>34</sup>Cf. Ministério do desenvolvimento agrário, 1999. O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. Disponível em: [www.desenvolvimentoagrario.gov.br](http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br) - Brasília, 1999.

atuais, mas sim, revelar as estratégias alternativas da agricultura e seus agentes diante da convivência com um sistema oligopsônico no qual a modernização da agricultura seria a única forma de viabilizá-la. A experiência estudada destaca as possibilidades que as políticas públicas elaboradas nesse período de 1999 e em desenvolvimento até os dias atuais criaram para os pequenos e médios produtores familiares; no entanto, do mesmo modo, incitou-me a necessidade de pensar em que medida as mesmas políticas dividem o movimento social rural quando não “alarga as possibilidades de liberdade” (SEN, 2000) a todos os segmentos (ALENTEJANO, 2000).

Por fim, entendo que embora não se verifique um profundo e radical processo de transformação do meio rural, existem indicativos de possibilidades de (re)configuração de novos modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, como, por exemplo, o paradigma da sustentabilidade, a valorização das áreas rurais disseminando práticas turísticas nesses espaços, a pluriatividade, dentre outros. A nova dinâmica territorial (ABRAMOVAY, 2000) ilustrada por agentes pluriativos, propriedades multifuncionais e processos associativos permite a observação da mobilização dos mais diversos capitais (cultural, simbólico, social e econômico) que difere da tradicional perspectiva setorial das atividades do campo caracterizada essencialmente pela mobilização única e exclusiva do capital econômico. Neste trabalho apontarei as práticas associativas entre pequenos produtores como parte desse novo cenário. Avancemos.

### **3.2 Caracterização município estudado e da região**

Esta pesquisa toma como base uma experiência localizada em um município da microrregião Jaboticabal, além disso, o município estudado também é institucionalmente parte da Regional Agrícola de São Carlos/Central e da Região de Governo de Araraquara. Como dito anteriormente, na microrregião de Jaboticabal existem nove mil trezentos e sessenta e três (9.363) unidades de produção agrícola sendo que em quatro mil quinhentos e vinte (4.520) existe produção da cana-de-açúcar, pasto de maior expressividade nas regiões (LUPA/ 2008). O município de Taquaritinga é o que mais concentra número de unidades de produção agrícola. Pequenos e médios produtores expressam um grupo significativo nas regiões de estudo, segundo o LUPA (2007/2008).

**Figura 3:** Microrregiões do Estado de São Paulo



**Fonte:** IBGE Malhas Digitais, IBGE 2010.

A microrregião vizinha, Araraquara, contabiliza seis mil trezentos e noventa e três (6.393) unidades de Produção Agrícola sendo que em três mil oitocentos e vinte e seis (3.826) existe a produção de cana-de-açúcar. Pesquisas realizadas<sup>35</sup> (TROIANO 2015; SAPIA, 2010) em dezenove municípios que compõem a região de Araraquara, verificaram-se que sobre estes predominam estruturas direcionadas ao agronegócio. Ainda assim, desenvolvem-se na região, em menor ocorrência, pequenos empreendimentos especializados que contribuem para a configuração de uma nova ruralidade nesses municípios. Constataram-se também relações de interdependência entre esses diferentes modos de produzir, sendo que por vezes o plantio de cana-de-açúcar funciona como garantia financeira e permite que os produtores invistam em outras atividades.

No município estudado, as propriedades de até 50 hectares representam 77,38% do número total de propriedades agrícolas, em contrapartida, essas pequenas propriedades representam apenas 10% da área total ocupada por unidades agrícolas.

<sup>35</sup>Pesquisadas intituladas “Capitalismo Cognitivo e a Dinâmica da Pequena Produção Agrícola “Alternativa” no Contexto “Local” de Araraquara – o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP” e Intitulada: A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica: o caso do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável, desenvolvidas pelo pesquisador Ricardo Luiz Sapia de Campos e pela pesquisadora Jéssica Aline Troiano.

**Tabela 2** – Número de Unidades Agropecuárias de até 50 hectares e área ocupada

<b>REGIONAL/Município</b>	<b>% de unidades de até 50 hec (em relação ao total)</b>	<b>Área ocupada por Unidades de até 50 hec</b>
<i>Araraquara</i>	70%	12%
<i>Jaboticabal</i>	77,6%	28,4%
<i>Taquaritinga</i>	77,3%	10,8%

**Fonte:** Tabulação própria. Projeto Lupa 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo

A presença de organizações de pequenos e médios produtores nessas localidades demonstra, dentre outras coisas, as estratégias e alternativas desses agentes que representam uma pequena parcela das áreas ocupadas diante daqueles que ocupam a maior parte das áreas agrícolas; em Taquaritinga 64,7% participam de cooperativas, 40,6% de sindicatos e 5,7% de associações

Por meio desses dados, vê-se baixo índice de participação em associações no município de Taquaritinga, quando comparados aos índices de participação em cooperativas (LUPA, 2007/2008). Isso denota certa fragilidade destes tipos de práticas entre agricultores nas regiões de Araraquara e em particular, na região de Jaboticabal.

Esses dados concatenados a contextos macrossociais revelam a crescente expressividade das organizações cooperativas a revelia das associações. A preponderante preferência pela forma cooperativa de organização relaciona-se a fenômenos culturais, e também a contextos que são socialmente construídos e estruturados. O fato das cooperativas privilegiarem as relações comerciais e os ganhos econômicos coletivos pode ser mais atrativo na medida em que nossa sociedade está embebida no imaginário desenvolvimentista que, primeiramente foi centrado no Estado, e posteriormente no mercado (MARTINS, 2005).

O desenvolvimentismo – que é uma política econômica de resultados baseada na meta de crescimento da produção industrial, da infraestrutura, do consumo, com participação ativa do Estado – criou no Brasil o imaginário de que o desenvolvimento social viria do desenvolvimento econômico (VIEIRA, 1997), por meio da supremacia das variáveis e dos resultados econômicos em detrimento dos sociais. Esse ambiente institucional começa a se modificar com a Constituição de 1988 quando são anunciados direitos econômicos e sociais, e estrutura-se a partir disso um aparato jurídico-institucional para políticas sociais

(COUTINHO, 2013). A ideia de desenvolvimento passa a se conjugar com outras esferas, antes excluídas pela premissa do desenvolvimento econômico, aproximando-se da ideia de desenvolvimento a partir da ampliação das liberdades reais: essencialmente determinadas pela saúde, educação e direitos civis (SEN, 2000).

No âmbito dessa pesquisa, destacam-se o desenvolvimento local e o regional como desdobramentos desse processo de alteração do *ethos* do desenvolvimento brasileiro, no qual outros e múltiplos aspectos são revalorizados. São os casos - particularmente dos pequenos estabelecimentos observados nesta pesquisa - que diversificam a economia local, estabelecem relações de trocas comerciais e sociais com localidades próximas, além de incitarem comportamentos simultaneamente cooperativos e competitivos, influenciando outros agentes locais (VEIGA, 2001).

Nesse sentido, algumas análises interpretam e compreendem os processos de cooperativismo e associativismo sob a égide do pensamento que entende a economia como esfera central organizada e socialmente diferenciada do conjunto da vida social (SORJ, 2000). Seria este cenário uma expressão da separação das esferas econômica e política?

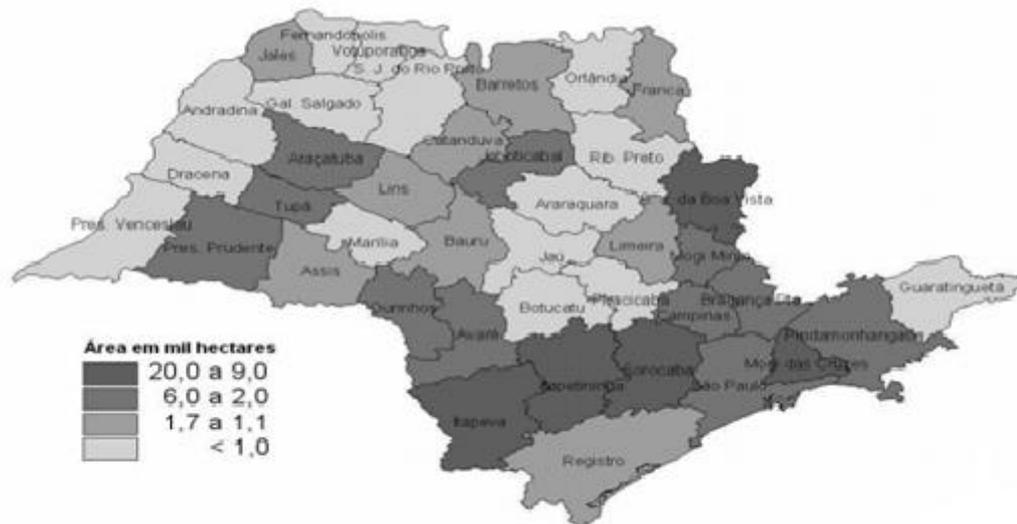
### **3.2.1 Organização produtiva da olericultura**

A breve caracterização da olericultura<sup>36</sup>, em particular no interior paulista, será feita neste tópico porque o grupo dos produtores estudado caracteriza-se por focalizar a produção de olerícolas. O Estado de São Paulo possui o maior setor produtivo de olerícolas do Brasil, com 23% da produção e o principal mercado consumidor (22% da população) (CAMARGO; CAMARGO, 2011). Vemos no mapa abaixo que a microrregião na qual se insere o grupo de produtores de olerícolas destaca-se pelo elevado índice de hectares de cultivo.

---

<sup>36</sup>Cultivo de plantas de consistência herbácea, de ciclo curto e necessidade de cuidados intensivos, utilizadas na alimentação humana, sem exigir industrialização prévia.

**Figura 4** - Distribuição Geográfica da Produção de Hortaliças no Estado de São Paulo



**Fonte:** IEA/CATI, 2006.

Um estudo do SEBRAE (2013) sugere que o perfil geral do olericultor paulista é caracterizado por 87% dos produtores serem do sexo masculino, tendo a média etária em torno de 47 anos, 73% moram na residência da produção e 59% estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. O grupo de produtores estudados aproxima-se em relação ao sexo predominante e a média etária, mas distancia-se do nível de escolaridade deste perfil geral sugerido.

Assim, a escolaridade do grupo observado denota a possível influência do capital escolar na maneira que os produtores se relacionam com a produção, com o mercado e como estruturam a produção, se aproximando daquilo que Bourdieu (2001) chama de capital organizacional. Em relação a esta pesquisa, ficou nítida que a dinâmica produtiva correlacionada ao associativismo atrela-se a fatores de base material (a extensão da propriedade, por exemplo); a formação dos produtores (no caso o capital escolar e organizacional); o ambiente socioeconômico em que atuam; e, sobretudo, a existência de dinâmicas que caracterizam a “nova economia” (ABRAMOVAY, 1997). Em relação ao fato de a maioria dos produtores do grupo observado não residir na propriedade, pode ser compreendido como parte do processo de dinamismo demográfico que incita o

desenvolvimento de novas atividades a partir da dupla interação e da relação de intercâmbio entre o rural e o urbano.

O SEBRAE também verificou que existe uma tendência do olericultor paulista (70% dos entrevistados), no que se refere ao temperamento (aspecto da personalidade) a engajar-se em atividades solitárias (referente ao trabalho na produção). Por outro lado, a pesquisa também verificou que entre esses, 39,5% optam por atividades cooperativas com senso de comunidade e de pertencimento a um grupo social. No aspecto das relações estabelecidas com as instituições e com as organizações que apoiam os negócios rurais, 96% dos olericultores entrevistados pelo SEBRAE estabelecem relações com os sindicatos rurais locais, 96% com as Casas de Agricultura e 91% com o SEBRAE. Em relação à participação em cooperativas e associações, 77,4% declararam participar desses tipos de organização.

A diversificação da produção olerícola e as formas de inserção nos mercados representam um modelo de desenvolvimento endógeno, capaz não apenas de gerar rendimentos financeiros aos olericultores, mas também e, sobretudo, gerar benefícios mais amplos para a sociedade relativos à segurança alimentar e ao meio ambiente (GAVIOLI; COSTA, 2011), na medida em que os canais de comercialização desse nicho de produtores acontecem na maioria das vezes no âmbito local. No caso dos produtores estudados verificamos que os canais de escoamentos são em parceria com políticas públicas que privilegiam a distribuição de alimentos da agricultura familiar nas instituições locais por meio das associações.

Apesar da fragilidade do associativismo entre os pequenos produtores da região, a atividade olerícola cria possivelmente um ambiente favorável para o desenvolvimento de atividades associativas e cooperativas na medida em que convivem neste campo de produção, pequenos e médios produtores, criando a necessidade de agregação de volumes com o objetivo de obter condições mais favoráveis à comercialização. Além do mais, outra motivação importante para o associativismo e a produção cooperada entre o grupo de olericultores entrevistados são esforços coletivos de investimentos, a construção de uma mini-indústria de alimentos minimamente processados, etc. Além disso, destacam-se algumas características como, por exemplo, o caráter notadamente hereditário da produção revelando um cunho familiar da produção agrícola na região.

Por outro lado, a trama de relações que se delineia por meio de negociações entre os diversos agentes e instituições das localidades incita a criação de novas oportunidades e novas

institucionalidades para as atividades agrícolas, em particular neste caso, para a olericultura (SILVA, 2001). Além do mais, esse novo cenário produtivo que se tece com a ação do “novo sujeito coletivo do desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2000) constrói e é construído, ao mesmo tempo, pelo fortalecimento do capital social do território em questão. Nesse sentido, experiências associativas como a estudada, impulsionam a partir de negociação de interesses coletivos, individuais, territoriais e institucionais o aprimoramento das virtudes locais.

A experiência associativa estudada, coordenada fundamentalmente por pequenos e médios produtores, articula-se diante da necessidade de gerar oportunidades de renda, de mercados, de melhorias na produção e de aquisição de máquinas, equipamentos e infraestrutura, por meio da organização entre os agentes sociais com as instituições locais, regionais e nacionais, ilustrando, portanto, a emergência de um “novo rural” e uma “nova organização do trabalho”.

A influência da emergência e da consolidação cada vez maior de mercados institucionalizados devido principalmente às mudanças e à busca por padrões alimentares, expressa tanto a organização de quem consome quanto a de quem produz (ALENTEJANO, 2000), no sentido de que os valores que norteiam um tipo específico de consumidores criam novas demandas que são atendidas na medida em que os produtores organizam-se para supri-las e vice-versa. Este contexto econômico-social coloca a necessidade de planejamento produtivo do território para gerir e reforçar as demandas locais. Exemplo prático disso é a parceria que os produtores por meio associações estabelecem com o Projeto Microbacias Hidrográficas II<sup>37</sup>.

Além do mais, a pesquisa de campo possibilitou verificar as diferenças e as semelhanças entre os produtores no que se refere às variáveis de sexo, idade, escolaridade, moradia, renda, produção, participação de outros membros da família na produção, dentre outras. Em geral, a associação e as atividades relacionadas se desenvolvem em contextos urbanos fora das propriedades. A associação situa-se em contextos de incentivo à produção e à comercialização coletiva provenientes dos programas públicos para a agricultura familiar.

---

<sup>37</sup>O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II -foi implementado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI - e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. É organizado em nível estadual e objetiva, em tese, aumentar a capacidade de competitividade da agricultura familiar e aprimorar a sustentabilidade ambiental direcionado por três princípios-base: 1) promover o desenvolvimento rural sustentável, 2) viabilização do acesso dos produtores aos mercados consumidores e 3) privilegiar os estabelecimentos vinculados a organizações de pequenos produtores. (BRASIL, DECRETO Nº 56.449, 2010).

Verifica-se a interlocução com mercados locais e regionais relacionados diretamente a processos associativos entre os produtores. Em vista disso, constata-se, por exemplo, um aumento expressivo do número de associações ao longo dos anos ilustrado pela tabela a seguir:

**Tabela 3:** Evolução no **número de associações** vinculadas ao Projeto Estadual Microbacias Hidrográficas II nos anos de 2002 a 2009

<b>ANOS</b>	<b>Número de Associações atuantes no Projeto Microbacias Hidrográficas II</b>	<b>Aumento em Porcentagem (%)</b>
2002	175	-
2003	212	21,14%
2004	274	29,24%
2005	376	37,22%
2006	421	11,97%
2007	491	16,63%
2009	520	5,29%

**Fonte:** Revista Casa da Agricultura, 2011.

### 3.2.2 Perfil do agente: Sexo, Faixa etária, Escolaridade e Moradia

Em relação à distribuição por sexo, dos 19 produtores entrevistados<sup>38</sup> 16 são do sexo masculino, o que equivale a 84,3% dos produtores, sendo que o sexo feminino representa 15,7% desse total. Segundo um estudo do SEBRAE (2012) tendo como base os dados do Censo 2006 produzido pelo IBGE, 87,3% dos produtores rurais (incluindo pescadores) são do sexo masculino e 12,7% são do sexo feminino, e especificamente no estado de São Paulo 91% são do sexo masculino e 9% do sexo feminino. Este cenário expressivamente desigual entre os gêneros no campo, e em particular na experiência estudada, pode relacionar-se com as estruturas de transferência de patrimônio familiar referentes à terra entre homens e mulheres, como aponta Carneiro (2001), dentre outros fatores.

Bourdieu (1972) compreende a terra como parte também do campo simbólico, ultrapassando o valor estritamente econômico, e, nesse sentido, o núcleo familiar enquanto instituição dirigente da propriedade organiza-se por meio de estratégias – denominadas por Bourdieu de “sistemas de estratégias de reprodução”- com o objetivo de neutralizar as

<sup>38</sup>São 19 produtores entrevistados/observados durante a pesquisa.

possíveis ameaças de casamentos com membros de “fora” do grupo, a fim de manter a posição na estrutura social. Em decorrência disso, as uniões matrimoniais, não raramente, se realizam sob condições diferenciadas entre os sexos, refletindo as hierarquias sociais e econômicas, assim como as relações sociais desiguais de gênero entre os indivíduos de um grupo e da sociedade.

No caso da presente pesquisa, 16 dos 19 produtores observados são do gênero masculino e respondem enquanto “dirigentes” da produção, ainda que em 10 casos existe participação feminina (esposas e/ou mães) nas atividades produtivas. Isso pode denotar, entre outras coisas, que o trabalho feminino é reconhecido pelos dirigentes - na medida em que estes declaram verbalmente a participação das mulheres na produção - estas não estavam presentes para responderem por si. Embora essas mulheres produtoras exerçam e participem das tarefas agrícolas, suas posições na hierarquia familiar não estão modificadas na medida em que aparecem em uma posição de “auxiliar” ao dirigente da propriedade. Assim como aponta Carneiro (2001), os casos estudados demonstram que a desigualdade de gênero não se configura na invisibilidade da participação feminina na produção ou na não-participação do processo produtivo, mas nos valores que ainda configuram nossa sociedade patriarcal.

Além disso, constata-se uma tendência das mulheres do campo se atrair mais e rapidamente por atividades terciárias e urbanas, enquanto os homens tendem a permanecer na unidade produtiva (MENDRAS, 1969). Nesse mesmo sentido, Durston (1996) afirma que muito por conta da cultura machista tradicional, as mulheres alcançam mais anos de educação formal quando se comparadas aos homens, fato este que pode num segundo momento servir como caminho de entrada para trabalhos “qualificados” e não manuais, como o magistério, por exemplo, sobrepujando a participação e reprodução das mulheres no campo<sup>39</sup>.

Brumer et al (2008) revelam que a continuidade da produção familiar depende, em muitos casos, da disposição das (os) filhas (os) dos agricultores em prosseguir com as atividades da propriedade, sejam estas agrícolas ou não-agrícolas. No âmbito dos grupos de produtores aqui referenciados e considerarmos os dados relativos ao perfil destes, a continuidade da produção familiar desse grupo está provavelmente menos relacionada ao

---

<sup>39</sup>Dados apontados por outros estudos, como pela Comissão Econômica para a América Latina CEPAL (1996) - análise não compatível com o presente estudo - liga o processo migratório de jovens mulheres à formação educacional. Tal estudo demonstra que 55% dos produtores de gênero masculino têm menos de quatro anos de formação escolar. Como veremos adiante, o perfil escolarizado do grupo de produtores estudados se diferencia desses dados, revelando possivelmente um novo perfil produtivo no interior paulista.

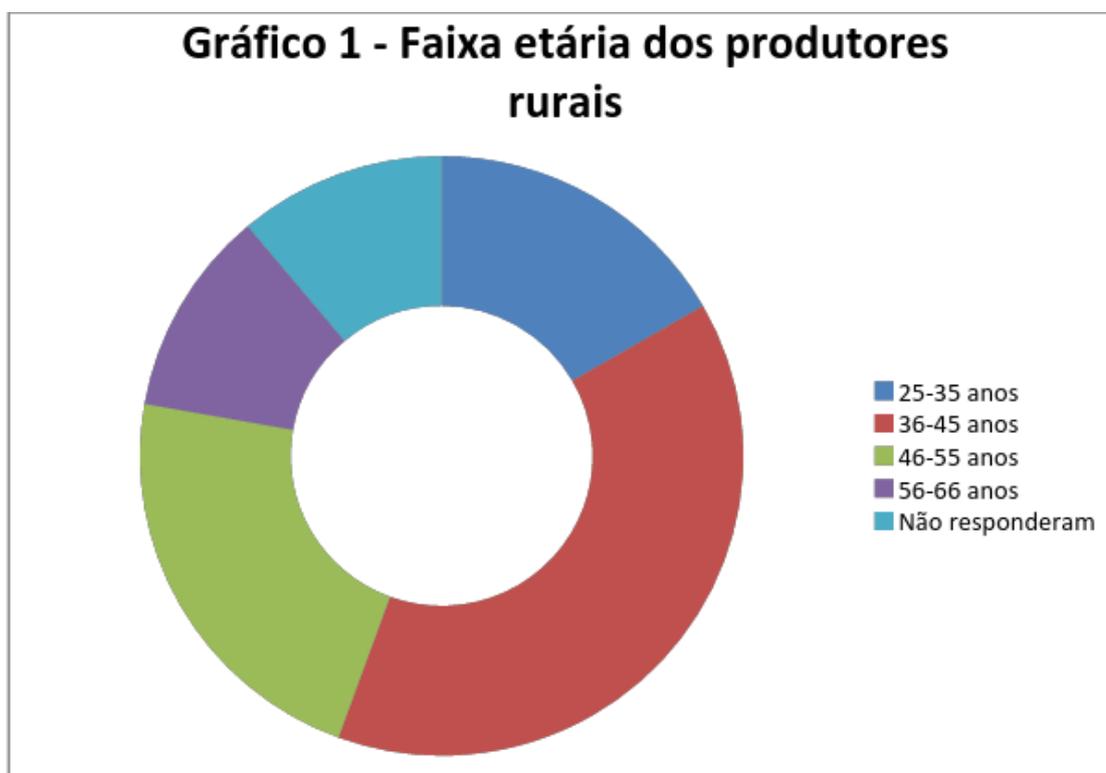
êxodo rural – conforme a perspectiva de muitos estudos – e mais ao interesse pela agricultura e pela propriedade enquanto um valor e uma possibilidade econômica, social e cultural, já que quase metade desse grupo de produtores não reside na propriedade e na zona rural. Vejamos por exemplo, o interesse dos filhos pela continuidade das atividades na propriedade segundo os seus pais/mães - 7 dos 14 produtores que responderam esta questão declaram que seus filhos têm interesse por agricultura.

Em relação à idade dos produtores associados, a maioria concentra-se na faixa entre 35 a 46 anos, sendo que a idade mínima é 25 e a máxima 66 anos. Segundo o SEBRAE (2012), os produtores rurais brasileiros caracterizam-se por apresentar mais de 45 anos (61,2%), ao passo que os jovens produtores rurais com menos de 25 anos ocupam apenas 3,3% desse setor.

No âmbito desta pesquisa, a faixa etária que apresenta maior quantidade de produtores (36-45 anos) ocupa 36,8% do total, seguida da segunda maior quantidade (46-55 anos), ocupando 21,05% do total. No contexto brasileiro, o processo de envelhecimento do campo, concentra-se principalmente na região Nordeste, onde 50% da população rural tem mais de 65 anos, seguida da região Sudeste que concentra 20% desta população (SEBRAE, 2012).

Veremos, ilustrado no gráfico abaixo, que apenas dois dos produtores do grupo apresenta-se na faixa etária de mais de 60 anos, entretanto estes também se localizam também no grupo de produtores com ensino superior e dos que exercem outras atividades concomitantemente à agricultura. Nesse sentido, observo que o grupo de produtores estudados diferencia-se do perfil nacional revelado pelos dados estatísticos, na medida em que consiste num grupo expressivamente jovem e com alta taxa de escolarização. Pode-se ainda suspeitar que o grupo estudado se distancie do perfil estatístico nacional por se tratar de trabalhadores do campo que moram na considerada zona urbana e, por isso, não se enquadram no grupo da população “rural”, o que é problemático do ponto de vista da categorização dessa população. Vejamos o gráfico abaixo referente à distribuição por faixa etária do grupo de produtores específicos a esta pesquisa:

**Gráfico 1:** Grupo de produtores associados à APRAFT distribuído conforme à faixa etária nos anos de 2015-2016



**Fonte:** Pesquisa de Campo, anos de 2015-2016

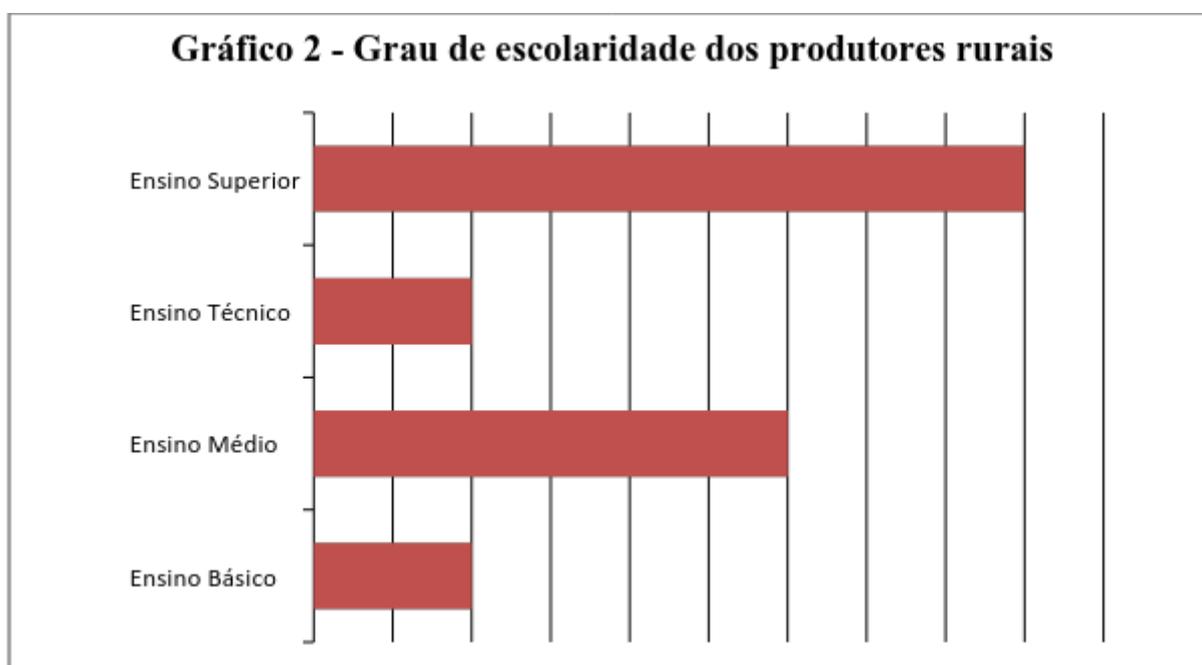
Segundo o mesmo estudo do SEBRAE (2012) supracitado, os produtores rurais no geral têm escolaridade concentrada no “Ensino Fundamental Incompleto” (81,4%), pouco mais de 10% têm Ensino Médio completo ou mais. Observa-se que 10 dos 19 apresentam preponderância no ensino superior e 8 dos 19 no ensino médio, diferentemente das proporções dos dados nacionais publicados pela pesquisa do Sebrae (2012) e pelo Censo Agropecuário (2006)<sup>40</sup> que apresentaram a concentração de 37% de produtores analfabetos e 43% com

---

<sup>40</sup>Cabe pontuar que neste trabalho, o conceito adotado foi o da Lei nº 11.326. Na Lei nº 11.326 a agricultura familiar foi assim definida: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. Informações retiradas pelo site [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf), em 03/05/2016, às 17h12min.

ensino fundamental incompleto, configurando uma população de produtores rurais de 80% com baixa escolaridade. Cabe destacar que o índice de analfabetismo entre produtores agrícolas concentra-se, segundo as estatísticas oficiais, na região Norte (38%) e Nordeste (58%), enquanto no Sudeste, 11% dos produtores rurais possuem ensino técnico ou ensino médio. De forma oposta a este cenário, o grupo de produtores estudado apresenta dados em relação à escolaridade ilustrados abaixo:

**Gráfico 2:** Grupo de produtores associados à APRAFT distribuídos conforme o grau de escolaridade, nos anos de 2015-2016



**Fonte:** Tabulações especiais, pesquisa de campo nos anos de 2015-2016

A escolaridade pode influenciar e potencializar as possibilidades do produtor na medida em que estes buscam se inserir no mercado, organizar-se, ampliar o uso de tecnologias, etc., e, nesse sentido, a produção concatenada a práticas associativas pode estar relacionada aos elevados níveis de escolaridade das experiências estudadas (ROCHA, 2001). Dentre os produtores entrevistados, constata-se preponderância na formação em áreas de agronomia e exatas.

Os resultados de pesquisas internacionais como o de Garcia-Parpet (2003) admite que as características sociais influenciam a reorganização produtiva de grupo de agricultores. A

autora ilustra tal hipótese com o caso particular de um produtor pertencente a um grupo específico na França, denominado de *promotores de mercado*<sup>41</sup>. Nesse sentido, relaciona o acúmulo capital escolar desse agente em específico à ação de agrupar os demais produtores em torno de um objetivo comum. Além disso, Garcia-Parpet (2003) demonstra que o grupo de produtores em questão situava-se na faixa de 45-55 anos e diferenciavam-se quanto à escolaridade, sendo a maioria com frequência escolar preponderante de escola agrícola especializada, apresentando características econômicas, sociais e culturais distintas dos demais camponeses da região (estes que por sua vez representam a figura dominante de campesinato).

Encontramos dados homólogos às experiências estudadas nesta pesquisa que revelam a emergência de um novo perfil produtivo na pequena agricultura, em particular no interior paulista. Cabe pensar em que medida o nível de escolaridade dos produtores estudados influencia a participação em associações e cooperativas, assim como a adequação às técnicas, às tecnologias produtivas e gerenciamento a programas e projetos públicos.

Outro aspecto importante nesse sentido é a participação em cursos de capacitação técnica fornecido principalmente pelas CATIs regionais em parceria com as Secretarias da Agricultura, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre outras. Esses dados nos movem para o interior da discussão proposta que centraliza o conhecimento como a principal força produtiva nas configurações sociais emergentes, ocupando o protagonismo até então feito pelo trabalho, e colocam os produtos das atividades sociais como frutos do conhecimento empregado (GORZ, 2005). Pode-se dizer que o “capital humano” ou o “capital conhecimento” tem grande importância no contexto da produção familiar atual e no desenvolvimento da produção conjugada à experiência associada.

Em relação à moradia, um pouco menos da metade (7 de 19) dos produtores associados entrevistados declararam não morar na propriedade. Entendo que esse número pode estar relacionado à descoberta de novas possibilidades para as atividades agrícolas, como aponta Abramovay e Camarano (1998), e não se relaciona necessariamente a um esvaziamento do rural, como comumente apontado, mas cabe observar que no Brasil diferente

---

<sup>41</sup>Garcia-Parpet em “A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-em-solagne” faz um estudo sobre agricultores que dedicavam-se a produção de frutos a serem consumidos frescos em oposição àqueles utilizados pela indústria.

de outros países, o critério para definir o que é rural e o que é urbano tende a ser de ordem administrativa do que geográfica ou econômica.

Vejamos os dados locais abaixo:

**Quadro 12 - População rural** no município do grupo estudado referente aos anos de 1991 a 2010.

<b>POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS</b>	<i>População rural (1991)</i>	<i>% do Total (1991)</i>	<i>População (2000)</i>	<i>% do Total (2000)</i>	<i>População (2010)</i>	<i>% do Total (2010)</i>
<b>Taquaritinga</b>	<b>6.378</b>	13,59	<b>4.473</b>	8,59	<b>2.820</b>	5,22

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano nos municípios/PNUD – 2013 (Tabela Adaptada)

Observo a crescente queda no número da população rural nos dados acima apresentados. Considerando esses dados locais com os dados específicos ao grupo de produtores entrevistados, desconfio que parte dos assalariados rurais da população brasileira não é compreendida como população rural pelos institutos estatísticos brasileiros, aproximando-me dos debates que questionam a viabilidade dessas categorias. Os produtores estudados residem em sua maioria no espaço das pequenas propriedades e trabalham em atividades agrícolas e não-agrícolas. Vejamos os dados abaixo:

**Tabela 4 – Local de residência** dos grupos de produtores associados à APRAFT.

<b>Local de residência</b>	<b>APRAFT</b>
<i>Urbana</i>	7
<i>Rural</i>	10
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015-2016. \*dois associados não responderam à questão

Esse fato relaciona-se estreitamente com a coexistência de desenvolvimento de atividades não-agrícolas entre os produtores entrevistados, na medida em que essas atividades são consideradas estratégias adotadas pelas famílias para garantir a permanências nas atividades agrícolas (WANDERLEY, 2000).

Observa-se no quadro abaixo que 7 dos 16 entrevistados que responderam esta questão exercem atividades não-agrícolas.

**QUADRO 13 – Outras fontes de renda obtidas pelos associados do grupo estudado por categoria de atividades agrícola e não-agrícolas, nos anos de 2015 e 2016**

Associações	Outra fonte de renda?	Número de produtores	Atividade	Número de produtores por atividades
APRAFT	Sim	7	<i>Agrícola</i>	0
			<i>Não-Agrícola</i>	7
	Não	9		-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015-2016

Além disso, segundo Abramovay (2000), os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e de culturas poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo rural. Observei que 7 dos 19 produtores entrevistados obtiveram a propriedade por meio de herança, sendo a média que exercem a atividade rural foi de 31, 8 (anos). Importante dizer também que entre esses 7, 4 ainda moram na área rural. Os demais produtores, 8 no caso, obtiveram a propriedade através de arrendamento ou compra, sendo que entre esses, a média do tempo que exercem a atividade é de 19,8 anos.

Entre os 8 produtores que obtiveram a propriedade por meio compra ou arrendamento, 5 moram na área urbana e 3 na área rural. Isso indica que entre os produtores que adquiriram a propriedade através herança e aqueles que adquiriram por meio de compra ou arrendamento existe uma diferença média de 12 anos no tempo de exercício da atividade rural. Esses dados quantitativos nos revelam possivelmente que o índice relativo à permanência no campo é maior entre os produtores que obtiveram a propriedade por meio de herança, revelando uma possível diferença no vínculo com a terra entre estes “dois perfis”.

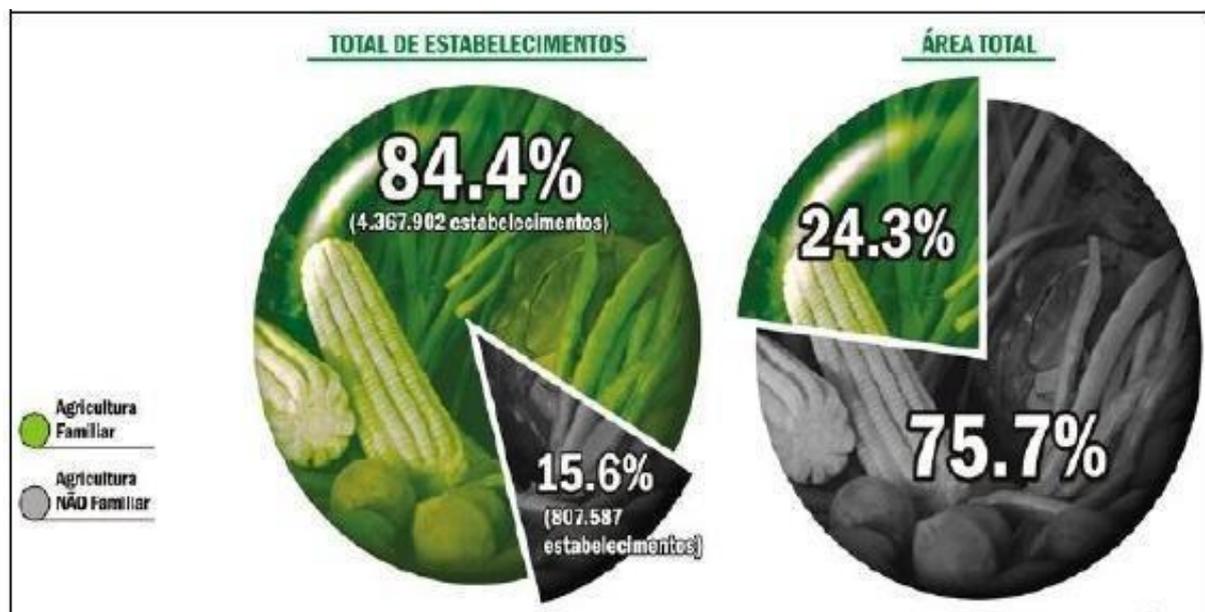
### 3.2.3 Perfil da propriedade: tamanho, renda e produção

A extensão das propriedades dos 19 produtores acompanhados é classificada em sua maioria como minifúndios e pequenas propriedades segundo o INCRA e a Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006. A produção familiar caracteriza-se por ocupar 1 a 4 módulos fiscais

(medido em hectares) que define o enquadramento das propriedades em pequenas, médias e grandes, especificamente para cada município brasileiro, a partir dos seguintes critérios: a) a cultura predominante naquele município; b) renda obtida por aquela cultura; c) a distância dos grandes centros; d) outras culturas que não são predominantes, mas que são importantes na renda da formação familiar daquele município.<sup>42</sup>

No município de Taquaritinga o módulo fiscal corresponde a 14 hectares, portanto considerei como minifúndios propriedades com até 56 ha. Segundo o Sebrae (2012), 90% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e, nesse sentido, o grupo com maior representatividade no território nacional é o das pequenas propriedades rurais. Diante disso, diversas pesquisas foram desenvolvidas com o objetivo de compreender a importância e o significado da produção no cenário nacional. Observa-se que a agricultura familiar é expressiva quanto ao número de estabelecimentos, mas minoritária quanto ao espaço ocupado, ilustrada pela figura abaixo:

**Figura 5** - Proporção entre estabelecimentos familiares e não-familiares no Brasil em 2006.



Fonte: Censo Agropecuário 2006

Em relação à renda dos produtores familiares, identificamos que 8 dos 19 produtores declararam renda mensal de R\$ 2.500,00 a R\$ 4.500,00, sendo que o menor valor declarado

<sup>42</sup> <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> , acessado em 02/04/2016 às 8h34min

(1 entre os 19) foi de um salário mínimo e a renda maior verificada foi de R\$ 8.5000,00 para 2 entrevistados. Outro aspecto importante em relação à renda é a porcentagem desta proveniente da agricultura, vejamos a tabela abaixo:

**Tabela 5** – Porcentagem da **renda familiar proveniente da agricultura familiar** entre os produtores da APRAFT nos anos de 2015-2016

<b>Porcentagem da renda familiar proveniente da agricultura</b>	<b>APRAFT</b>
<i>10-20%</i>	1
<i>30-40%</i>	1
<i>40-60%</i>	0
<i>60-80%</i>	2
<i>80-100%</i>	10
<i>Não tiverem retorno</i>	0

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015-2016

A expressiva parcela dos produtores familiares obtém de 80 a 100% de sua renda proveniente das atividades agrícolas, o que pode estar relacionado também aos pré-requisitos estabelecidos pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. O PRONAF<sup>43</sup>, por exemplo, privilegia produtores familiares que possuem rendas de 80 a 100% provenientes das atividades agrícolas familiares. Como dito anteriormente, verificou-se que alguns produtores desenvolvem atividades não-agrícolas compondo também a renda familiar.

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvida (FAO, 1998).

Abramovay e Veiga (1999) apontaram para a emergência de um protagonismo da agricultura familiar a partir, principalmente, da implantação de políticas públicas como o PRONAF, PNAE E PAA. Isso se daria com a participação dos agricultores na elaboração, planejamento, implementação e avaliação de projetos de caráter municipal e comunitário, que são premissas desses programas. Outro aspecto importante, apontado pelos autores, foi o

<sup>43</sup>Como se sabe o PRONAF opera a partir de duas principais linhas: a primeira voltada ao funcionamento de infraestrutura e serviços aos municípios e a segunda voltada a política de crédito rural.

critério adotado por esses programas na escolha dos municípios contemplados, como por exemplo:

Em relação à organização dos produtores em entidades como sindicatos, associações e cooperativas: a Secretaria de Agricultura e Abastecimento deverá estimular e apoiar essas organizações por meio de ações da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA), mas a presença das entidades de classe é relevante para todas as etapas do Programa, do planejamento à comercialização dos produtos e existência de outros programas estaduais e/ou federais em desenvolvimento, o que poderá trazer a otimização do uso de recursos e viabilizar algumas atividades, como, por exemplo, os programas de Eletrificação e Telefonia Rural, Microbacias, Municipalização e Comunidade Solidária (Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1996).

Uma avaliação sobre as influências desses programas nos municípios estudados exigiria uma pesquisa mais aprofundada e mais abrangente do que a prevista e proposta neste trabalho, no entanto, foi perceptível durante as entrevistas a importância desses programas para os produtores em questão, suspeito inclusive que sejam motivos cruciais para o funcionamento e desenvolvimento das associações, e também de geração de renda, dentre outras possibilidades para esses produtores.

Na APRAFT onde esses programas são protagonistas tanto no discurso dos produtores quanto no plano de gestão coletivo, é perceptível os indícios destes cumprirem minimamente os objetivos e as propostas elaboradas. Além disso, outro aspecto mencionado diversas vezes nas entrevistas é que o trabalho e a gestão coletiva concatenados à parceria com esses programas possibilitam a atenuação da sazonalidade que caracteriza as atividades agrícolas, ou seja, os programas garantem uma “contínua demanda” - por consequência, mercado - e estes, por sua vez, conseguem planejar a produção diminuindo as chances de perderem produtos.

### **3.3 Considerações finais da seção**

O espaço rural brasileiro vem sofrendo diversas modificações, mas também algumas permanências, afastando-se e ao mesmo tempo aproximando-se do clássico tipo-ideal (nos moldes weberianos) do agricultor. As características dos produtores observados por essa pesquisa indicam tais mudanças e permanências ao percebermos que em seu conjunto tratam-

se de agentes que exercem ao mesmo tempo atividades agrícolas e não-agrícolas, combinado à uma escolaridade concentrada no ensino superior, e faixa etária predominantemente jovem (estudos de outras localidades do Brasil indicam exatamente o oposto), embora sejam em sua maioria do sexo masculino e residam na área rural. Assim, percebo que o perfil dos produtores acompanhados une altos níveis de escolaridade, a predominância do sexo masculino na direção das propriedades e idades que se concentram na faixa dos 35 e 46 anos. Em síntese, fatores como a diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas e um agir associativo demonstram a combinação de influências urbanas e rurais na constituição dessas experiências.

#### **4. AÇÃO COMUNICATIVA COMO CHAVE-EXPLICATIVA DOS PROCESSOS ASSOCIATIVOS**

Organizações como as deste estudo se multiplicaram e se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1980, quando a crise econômica fragilizou, entre outros processos, o modelo tradicional cooperativista, que serviu de apoio e inserção para expressiva camada de produtores familiares. Nesse sentido, o modelo tradicional cooperativista antecedeu historicamente o modelo de organização no formato de associações. Também no Brasil, o sistema tradicional cooperativista foi amplamente influenciado pelo liberalismo, caracterizado pelo modelo histórico rochdeliano. Esta vertente compreende o cooperativismo como um mecanismo de corrigir ou atenuar as contradições inerentes ao sistema capitalista - e não de superá-lo, como indica a vertente socialista (OLIVEIRA, 2010).

As primeiras iniciativas cooperativistas no âmbito da agricultura brasileira são datadas do início do século XX (FLEURY, 1983). Em 1932, foi promulgado o primeiro decreto-lei nº 22.239 regulamentando a constituição e o funcionamento das cooperativas. Concomitante ao decreto, o Estado passa não apenas a regulamentar, como também a incentivar a formação de novas cooperativas agrícolas com o objetivo de garantir, possibilitar e ampliar a produção e o abastecimento de gêneros alimentícios para o mercado interno. O Estado flertou com o cooperativismo agrícola na medida em que este movimento tornou-se atrativo econômico e instrumento para a modernização do campo a partir dos anos 1930 (FLEURY, 1983).

Nesta perspectiva, o cooperativismo entre produtores agrícolas apresentou-se historicamente como um mecanismo de modernização do padrão produtivo agrícola, como

estratégia de crescimento econômico e outros. Foi compreendido também sob perspectivas antagônicas: a popular, como um meio de se potencializar as capacidades sócioeconômicas de pequenos produtores, e a de controle social (ou institucional), sob a alegação, por parte dos agentes, de que o sistema cooperativista burocratiza e retira a autonomia (SCOPINHO, 2006).

Essa dupla diferenciação, no plano empírico, entre os formatos de organização de produtores: a conservadora, que focaliza exclusivamente a prestação de serviços e de assistência técnica, a facilitação de acesso aos créditos, a comercialização e etc.; e a transformadora, de conotação política, para a ampliação das capacidades entre pequenos produtores, se traduz no plano institucional entre a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a primeira se caracteriza por privilegiar grandes produtores em detrimento de pequenos, e a segunda caracteriza-se por ser uma via institucional alternativa à existente

A abertura política na década de 80 e os novos contornos sociopolíticos incitaram o surgimento de novos espaços de comunicação, embora também tenham ocorrido perdas econômicas (MALLMAN, 2008), além do fim da era desenvolvimentista iniciada nos anos de 1930. As cooperativas de serviço, de modo geral, foram afetadas pela crise econômica dos anos 80, pela dívida externa e pela alta da inflação. O efeito direto foi o fechamento de algumas e a esvaziamento de outras. Este contexto econômico-político explica a disseminação e a expressividade que adquirem as práticas no modelo associativo, que, embora seja semelhante ao cooperativismo, difere nos aspectos formais, legais e institucionais.

A partir dos anos de 1980, houve uma disseminação de sistemas alternativos de organização e de cooperação espontânea concretizados via associações de produtores e que se relaciona aos estímulos governamentais. Um dos desdobramentos institucionais destas práticas é a criação da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP) fundada em 2005. Nesse sentido, encaminho o debate proposto delineando as possibilidades que os produtores associados criam ao atrelar as demandas e transformá-las em estratégias de desenvolvimento territorial, e compreender a partir disso um possível perfil de associativismo brasileiro entre pequenos e médios produtores. Além disso, procuro refletir sobre a influência que as formas de participação e ação coletiva exercem no processo de desenvolvimento e aprofundamento da sociedade civil e da democracia a partir da expansão de interesses comuns de grupos coletivos.

(...) muitos estudiosos contemporâneos da democracia têm celebrado associações “mediadoras” ou “intermediárias”, sejam elas autoconscientes ou apenas indiretamente políticas, como fundamentais para a manutenção de uma democracia vibrante. Associações voluntárias e redes sociais da sociedade civil que temos chamado de “capital social” contribuem para a democracia de duas maneiras diferentes: elas têm efeitos “externos” na política maior e elas têm efeitos “internos” nos próprios participantes (PUTNAM, 2015, p.394).

Observei no caso observado um discurso homogêneo sobre a ampliação dos benefícios econômicos, e, em alguns casos, da sobrevivência econômica que acontece por meio da participação em associações e que sugere *a priori* seu significado para o grupo estudado.

O trabalho associado incita práticas solidárias (como no empréstimo de insumos, de máquinas, etc.), a melhora da infraestrutura produtiva e a gestão da produção (atenuando os riscos da sazonalidade da agricultura, por exemplo). Em contrapartida, existem casos em que o trabalho associado desenvolve-se sob diferenças e contradições sociais, políticas e culturais entre produtores pertencentes à mesma associação, revelando práticas individualistas num ambiente que em tese está alinhado aos princípios solidários e coletivos (SCOPINHO, 2007).

No caso observado por esta pesquisa, a dificuldade mais expressiva enfrentada pelos produtores-associados e pela associação no geral é a existência de uma assimetria entre os “pequenos” (1 a 2 módulos) e os “médios” (3 a 4 módulos) produtores, no sentido de que o médio produtor na maioria das vezes “atravessa” o espaço do pequeno. Aspectos como esse revelam que nem sempre o associativismo é sinônimo de cooperação e associação.

Embora alguns estudos, dentre eles Ianni (1979), Delgado (2001), Schneider e Grisa (2014) indiquem que o processo de transição do governo militar para o democrático preservou interesses de grupos dominantes, apesar das mudanças sociais e políticas, ele impulsionou também a emergência de novos agentes sociais que agem sob novos contornos políticos, engendrando um projeto de sociedade a partir de discursos e práticas arejados pela redemocratização (GOHN, 2008).<sup>44</sup>

No âmbito da agricultura, a correlação entre a abertura democrática e as mudanças político-institucionais, incitaram modificações nas formas de atuação dos órgãos já existentes

---

<sup>44</sup> Assinala Ianni (1979, p. 249) “Isto porque, ao mesmo tempo, que se desenvolveu intensiva e extensivamente o capitalismo no campo, desenvolveram-se e aguçaram-se as contradições de classe no mundo rural. À medida que o capital industrial subordinou e transformou o campo, o campo reentrou pela cidade, como necessário, persistente. Agora, o camponês e o operário rural não estão mais lá longe. Reentraram na história”.

como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Além disso, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, atrelada a esta em 1988. Algumas das demandas dos representantes da agricultura familiar foram conformadas no processo de construção da Lei Agrícola<sup>45</sup>; exemplo disso é o reconhecimento de múltiplos e diversos tipos de agricultura, conjecturando políticas diferenciadas para os pequenos produtores. No entanto, em grande medida, a Lei Agrícola institucionalizou interesses dos grandes produtores, excluindo expressivamente as demandas o segmento da pequena produção.

As formas contemporâneas de produção surgem como uma roupagem biopolítica e não se reduzem apenas à esfera econômica, tendendo a envolver todos os aspectos da vida social, entre eles a comunicação, o conhecimento e os afetos (GORZ, 2003; HARDT; NEGRI, 2001). É nesta perspectiva que entendemos os agentes sociais que participam da multiplicação e do desenvolvimento de espaços associativos.

Nesse cenário de construção de novos contextos para disputas de hegemonias entre diferentes grupos sociais pela terra, o Estado passa a direcionar suas políticas públicas de fomento ao pequeno e médio produtor rural, vinculadas à participação destes em associações (PINHEIRO, 2001). Esses espaços de organização emergentes entre os produtores enquadram-se como estratégias<sup>46</sup>, em muitos casos limitados ao Estado, de obtenção de possibilidades econômicas e também para reivindicação de pautas perante as agências governamentais.

No que se refere aos motivos que levaram à emergência de organizações entre produtores agrícolas via o modelo de associação, existem demandas que se repetem como as melhorias nas condições de produção e comercialização, a obtenção de créditos agrícolas, dentre outros desafios que se tornaram expressivos na medida em que a luta dos agentes do campo pela permanência ou acesso à terra não transformaram definitivamente as condições precárias e desfavoráveis que os atingiam. Trata-se de um grupo social historicamente

---

<sup>45</sup> Lei nº 8.171, de 17 de Janeiro de 1991 que “fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal”. Consolida-se no contexto em que a agricultura familiar passa a ser reconhecida enquanto uma categoria.

<sup>46</sup> Aqui entendo estratégia como um fio condutor que se refere à dimensão racional dos indivíduos e grupos e não se reduz necessariamente a racionalidade econômica. Podemos nos aproximar do conceito de agir comunicativo proposto por Habermas para refletir sobre esse tipo de ação.

marginalizado pelo modelo de desenvolvimento empreendido, colocando questões complexas e múltiplas para pensar as questões rurais e os agentes do campo.

A estrutura e o funcionamento desses espaços coletivos se diferenciam dos modelos organizacionais clássicos e demandam novas vertentes interpretativas sobre a ação social coletiva e organizada que se concretiza via associativismo – e que atuam cada vez mais como condicionalidades para participação em políticas públicas. Nesse sentido, entendo que a associação observada por esta pesquisa compõe o quadro de associações que são partes dos mecanismos (civis e estatais) que buscam coordenar ações por meio de processos comunicativos para promover e alcançar o entendimento comum. Em virtude disso, senti a necessidade de explorar campos teóricos que colaborem para a compreensão da transformação que destes espaços coletivos no contexto da agricultura familiar debatendo com o cenário amplo de mudanças macroestruturais.

Gorz (2003) disserta sobre dois diferentes “tipos” de atividades/trabalho: heterônomas e autônomas. As primeiras seriam aquelas ligadas a atividades com objetivos estritamente econômicos/mercantis e que se desenvolvem independentemente do gosto e dos valores daqueles que a reproduzem; diferentemente, as atividades autônomas caracterizam-se por serem um fim em si mesmo, desconectadas de objetivos econômicos

Sob essa perspectiva, Gorz (2003) faz uma analogia ao que Habermas (2012) chamou de *Sistema e Mundo da vida*, as atividades heterônomas seriam desdobradas do mundo sistêmico, atreladas à esfera da reprodução econômica da sociedade; já as atividades autônomas são partes do mundo da vida ao relacionarem-se com a reprodução simbólica (cultural) da sociedade e aos aspectos subjetivos dos indivíduos. Para Habermas (2012) essas duas esferas que caracterizam a sociedade moderna se reproduzem de maneira inter-relacional, e no decorrer do desenvolvimento do sistema capitalista houve uma colonização do mundo da vida pelo mundo sistêmico, provocando uma instrumentalização das relações sociais.

Habermas (2012) compreende a existência de uma correlação direta entre ação comunicativa e mundo da vida, na medida em que a primeira se encarrega de reproduzir as estruturas simbólicas da segunda (cultura, sociedade e pessoa). Dessa forma, a partir do entendimento mútuo, à ação comunicativa cabe reproduzir e renovar o saber cultural, e, enquanto ação organizadora, ela gera a integração social; em relação ao aspecto da socialização, ela serve de base para a formação da personalidade individual. Por outro lado, a

ação instrumental diretamente relacionada ao mundo sistêmico ocorre por meio de ações coordenadas e dirigidas a fins estabelecidos pelos quais os indivíduos associados realizam seus objetivos.

Toda teoria da sociedade circunscrita por uma teoria da comunicação está sujeita a limitações, que têm de ser levadas na devida conta. Além disso, o alcance do conceito “mundo da vida”, que se oferece na perspectiva conceitual do agir orientado pelo entendimento, é limitado. Por isso, proponho um conceito de sociedade capaz de englobar o mundo da vida e o sistema (HABERMAS, 2012, p.216)

Esses conceitos contribuem para esta pesquisa, pois compartilho do posicionamento de Habermas (2012) - complementado por outros referenciais - mediante trabalhos empíricos, de que ações comunicativas convivem e estão em constante disputa com a razão instrumental. Nesta pesquisa, associações espontâneas de indivíduos que essencialmente seriam espaços de comunicação, de diálogo, e, portanto, atividades autônomas, são reificadas pelo *Sistema*, no caso as políticas públicas (o Estado), que norteia as formas de desenvolvimento do capitalismo organizado pelo mercado, pelo trabalho e pela macroestrutura, e assim a ação comunicativa passa a ser influenciada pelo *Sistema*. Em síntese, a ação comunicativa é colonizada pela racionalização do mundo da vida dos grupos sociais à medida que a linguagem/comunicação cumpre a função de produzir o entendimento, coordenar ações e socializar os indivíduos, a partir de uma racionalização comunicativa do mundo da vida (HABERMAS, 1987).

Poderia, a uma primeira impressão, supor que os produtores-associados da APRAFT apresentam características distintivamente heterônomas ao orientarem suas atividades pela racionalidade econômica, a saber, destinam-se à troca mercantil num mercado livre onde se encontram na condição de concorrentes diante de compradores com os quais não estabelecem laços (GORZ, 2003). Além disso, e mais complexo, é o Estado enquanto organizador e condicionador destas organizações associativas, tornar-se ao fim do processo seu principal “cliente” (através dos mecanismos de compras públicas). Esses cenários observados em campo indicam mais do que tipos ideais de organização de trabalho, mas uma complexificação das relações sociais nas quais se misturam atividades autônomas e heterônomas.

A comunidade de base pode, assim, tornar-se o espaço microssocial intermediário entre a esfera privada e a esfera macrossocial, pública. Ela pode proteger os indivíduos contra o isolamento, a solidão. Ela pode abrir a esfera privada para a soberania comum, subtraindo as relações mercantis, em que indivíduos autodeterminam em conjunto suas necessidades comuns e as ações mais apropriadas para satisfazê-las (GORZ, 2003, p. 158-159).

Esta intervenção estatal, por meio de políticas públicas nos processos associativos e cooperativos organizados por agricultores familiares indica uma *repolitização do sistema econômico* – tal como Habermas apontou – com a demanda de práticas equivalentes às que caracterizaram as sociedades pré-capitalistas, como as comunidades camponesas, por exemplo, como apontam Marx, Weber e Cândido. Assim, paradoxalmente, uma tentativa de garantir justiça social por meio de intervenções que ampliem uma melhora na qualidade de vida dos cidadãos, decorre da hipertrofia da intervenção de uma faceta burocratizante, impessoal, normatizadora e vigilante que recai sobre os beneficiários, distanciando-se cada vez mais do objetivo de emancipação e descentralização que muitas dessas políticas se propõem – ao menos no discurso.

A partir disso, o ponto que salta aos olhos é o potencial de aprovação que a participação na associação adquire entre os produtores integrantes, e a partir disso entendo, mediante análise dos dados empíricos e do referencial analítico proposto, que as críticas em relação ao funcionamento decorrem não da sua existência em si mas por não atingir na prática as potencialidades plenas. Observei que na APRAFT existe um interesse comum de se manter um relacionamento aberto entre os dirigentes e os demais associados. Não verifiquei nesse sentido qualquer vestígio de boicote consciente por parte dos associados. Por outro lado, ficam também evidentes os constrangimentos sistêmicos (burocráticos, administrativos) que esvaziam a potência comunicativa que a associação apresenta enquanto um meio de participação, de organização e de formação coletiva.

Nesse sentido, observo dois principais motivos para que se esvazie o potencial do mundo da vida configurado na associação. O primeiro deles refere-se os constrangimentos sistêmicos aos quais a associação e seus membros se submetem. No caso da associação estudada, esses constrangimentos são colocados principalmente pelas burocracias de ordem administrativas, com a participação nas políticas públicas direcionadas ao segmento da

agricultura familiar, burocracias que são de maneira geral para que uma política pública funcione e cumpra seus objetivos. No entanto, acabam por limitar o desenvolvimento da autonomia da associação e dos associados.

Em relação ao caráter “despolitizado” da associação observada – e que a diferencia dos modelos “clássicos” ligados ao cooperativismo e associativismo dos anos de 1970 – pode ser mais um indício do processo amplo de colonização de espaços do mundo da vida por aspectos sistêmicos, processo este que ocorre tanto no nível material quanto no âmbito da reprodução das estruturas simbólicas. Sobre isso, Habermas (2012) aponta que a ação dos mecanismos sistêmicos (mercado, poder, burocracia) acomoda os indivíduos na condição de empregados do sistema produtivo e de consumidores de bens, e quando combinado com o direcionamento e controle de informações da mídia, configura uma sociedade de consciência fragmentada.

Em síntese, entendo que o referencial teórico que orientou a análise da questão-problema desta pesquisa, fornece não só a explicação para a existência de associações como a APRAFT, mas sugere também que a consolidação de práticas associativas no âmbito da produção familiar brasileira é condição para a solução – ainda que paliativa – de uma série de problemáticas que marcam as desigualdades no campo acentuadas com o projeto de modernização da agricultura brasileira.

A partir dos dados empíricos e referenciais teóricos estabelecidos, tracei novos critérios para identificar as condições do desenvolvimento do tipo organizacional associativo com o qual dialoguei, considerando que este tipo de interação transita entre as dimensões política, econômica e simbólica da organização. Nesse sentido, observa-se um amplo espectro de autores no decorrer da argumentação deste trabalho, muitos deles de “correntes teóricas” diferentes, que se justifica pela complexidade do tema.

Considerando que a racionalidade econômica é um dos pilares do mundo contemporâneo, tendemos a pensar que todas as relações sociais e as práticas individuais e coletivas são motivadas pela lógica mercantil. Demonstrei aquilo que ficou mais evidente no lócus de pesquisa: a tensão entre diferentes racionalidades na dinâmica da associação. Embora, em tese, a associação seja um espaço de “fala” no qual seus membros se norteiam pela criação de “consensos”, convive também com um constante constrangimento para adoção de práticas burocráticas e administrativas – de aspecto instrumental. Assim, a indicação é de

que existe uma simultaneidade e disputa de duas racionalidades manifestadas no contexto vivido.

A distorção pela lógica do sistema das práticas comunicativas permite indicar que práticas supostamente associativas (embasadas nos aspectos da cooperação, comunicação, solidariedade e outros) refletem interesses particulares e coletivos, e revelam um complexo emaranhado de referências utilitárias e éticas-cooperativas que se confundem na dinâmica organizacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos associativos entre pequenos e médios agricultores familiares permitiu delinear algumas interpretações possíveis sobre o “fazer” associativo que se revela como uma “atualização” de práticas que caracterizavam a sociedade camponesa (ajuda mútua, cooperação, reciprocidade, etc), e que se (re)configuram como estratégias de reprodução econômica e social no mundo contemporâneo. Mecanismos sociais embebidos de aspectos subjetivos como os supracitados, tornam-se meios de acesso à cidadania ao integrar-se às políticas públicas. Assim, para compreender o agir associativo enquanto estratégia de reprodução social e econômica entre agricultores familiares considero os contextos em que acontecem a partir de uma forma específica de associativismo que se relaciona diretamente com incentivos governamentais. Um dado mais empírico e situado sobre esse contexto é que no ano de 2016, a emissão da DAP jurídica (registro geral de agricultores familiares concedida via cooperativas, associações e agroindústrias, o primeiro passo para o acesso a políticas públicas), cresceu em 90% no país, segundo dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

As questões rurais, principalmente referentes à pequena e à média agricultura familiar, tornaram-se temas afluentes, configurando-se como “cenário” para o desenvolvimento desta pesquisa, não pelo viés econômico ou político, mas especificamente ao que é relativo às políticas de desenvolvimento voltadas para o campo brasileiro (ABRAMOVAY, 1992). Dessa forma, a partir de uma releitura do quadro teórico que se debruça sobre estas questões, propus algumas interpretações de como esses agentes sociais vêm direcionando suas relações – e sendo direcionadas ao mesmo tempo - por meio de práticas associativas.

Deste modo, o que está colocado em pauta não é o associativismo enquanto uma prática em si, mas os sentidos que tal atividade vem adquirindo nas práticas dos agentes sociais para os quais ela serve como referência organizativa, na medida em que estes agentes são partes dos processos sociais que lhes são próprios, mas que ao mesmo tempo os transpassam. Formalmente, as associações são organizações que buscam organizar sem fins lucrativos indivíduos com objetivos comuns, e apresentam como princípios norteadores a solidariedade, a cooperação, a democracia, a participação, etc. Em uma sociedade na qual há a primazia da economia em detrimento de outros aspectos sociais, o protagonismo das interpretações economicistas sobre esta, não surpreende. Nesse contexto, tomei como objetivo compreender os motivos que levam pequenos e médios produtores a se associarem, e compreender tal realidade observada a partir de uma perspectiva processual de sociedade, levando-se em consideração outras esferas sociais.

A emergência e a multiplicação de espaços associativos no Brasil acontecem no período pós-ditadura e se potencializam com a crise econômica de 1980 que acarretou o fechamento e a quebra de muitas cooperativas. Assim, a crise do modelo cooperativo abre espaço para o formato associativo, que, entre outras diferenças, caracteriza-se por anular os riscos econômicos para os agentes envolvidos. Diante dessas transformações, a emergência de organizações que apostam na cogestão, na ajuda mútua e na cooperação a partir da criação de vínculos, ilustram a busca e o interesse por uma nova política e uma nova economia tanto no plano micro quanto no plano macro, nas quais os agentes organizados atuam de forma descentralizada e colaborativa no processo político e econômico.

O associativismo surge então como um meio de reassociar aspectos característicos do “meio rural” e que traduzem de maneiras diferentes nos novos segmentos do campo. O presente estudo teve como objetivo averiguar e analisar as relações existentes entre as características organizacionais, os objetivos e os direcionamentos da associação e a percepção dos associados em relação à associação, os motivos que os levam a se associar, tendo como hipótese norteadora que aspectos imateriais das relações sociais (cooperação, ajuda-mútua, solidariedade – aspectos estes que formalizam uma associação) tornam-se condicionantes para participação política e reprodução econômica e social.

À luz de análises como as de Habermas (2012), Marazzi (3009), Gorz (2003), dentre outras que procurei contemplar neste trabalho, a existência desses espaços associativos como espaços de discussão, deliberação e gerenciamento surge mais como uma necessidade de se

inserir nos circuitos de mercado (e como condição de reprodução econômica e simbólica) por meio de mecanismos embebidos por aspectos imateriais (como cooperação, reciprocidade, confiança, comunicação, dentre outros) e que encontra seus fundamentos no próprio processo de racionalização da sociedade. A associação e suas principais atividades apresentam-se circunscritas pelos meios sistêmicos de funcionamento; os aspectos burocráticos colocados pela participação nas políticas públicas deixam pouco ou nenhum espaço para criação e desenvolvimento de formas coletivas próprias de gerenciamento de suas atividades desvinculadas de auxílios e direcionamentos governamentais.

No âmbito dessa pesquisa, a associação organizada por pequenos e médios produtores rurais indica, paradoxalmente, o desenvolvimento das chamadas novas ruralidades brasileiras na medida em que compõe o quadro dos grupos e organizações múltiplas que reorganizam e reconfiguram a questão agrária brasileira, privilegiam a economia local, dinamizam os territórios nos quais compõem suas redes de relações e fortalecem a pequena e média agricultura. No entanto, convivem também com o incentivo ao latifúndio e à monocultura, com a permanência das relações tradicionais paternalistas no campo e com as incipientes condições infraestruturais para os agentes da pequena atividade agrícola. No plano orçamentário, por exemplo, em 2015, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (que tem dentre suas competências a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar) recebeu uma verba em 46,6% inferior à verba destinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A expressividade da olericultura no município observado sugere que a organização associativa entre os agentes se constitui numa estratégia para o desenvolvimento das atividades produtivas em pequenas e médias propriedades de produção familiar. A agricultura familiar apresenta-se de forma expressiva tanto em relação à produção quanto ao abastecimento de alimentos para o mercado interno, e também no que concerne à geração de trabalho. Vimos também que a fragmentação no âmbito político-institucional se traduz na divisão entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ilustrando e refletindo a bilateralidade nos espaços de comunicação e organização entre pequenos produtores familiares. O MDA é responsável pelas questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, enquanto as atividades agropecuárias empresariais (do chamado "agronegócio") ficam à encargo do MAPA.

o reconhecimento tenso e conflitivo pelo Estado brasileiro da existência desses dois tipos de agricultura que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento rural (LEITE *et al.*, 2007, p. 15).

Em resumo, a reprodução econômica e social da associação está condicionada aos vínculos estabelecidos com as parcerias públicas ou privada que facilitam as trocas entre os agentes. Além disso, compreendo que a existência dessas redes de cooperação pode constituir uma nova forma de desenvolvimento pautado por práticas associativas.

Com o intuito de sintetizar a proposta metodológica da pesquisa em conjunção com os dados empírico, utilizei em larga medida os conceitos de agir instrumental e agir comunicativo no intento de compreender a disputa de racionalidades na dinâmica associativa. Consistiu também na observação de elementos que mostrem a atualização, ou não, da ação coletiva, da cooperação, do agir comunicativo como princípio motivador de sua existência e subjetividade. Aproximei-me dos pressupostos teóricos como os de Habermas (2012), Gorz (2003), Marazzi (1998), dentre outros, para reforçar a hipótese de que existe racionalidade na prática comunicativa, entendendo assim que o agir comunicativo que se adensa via associação possibilita a esses agentes a partilha do “mundo vital” em comum e a construção coletiva de ações estratégicas para inovações agrícolas no âmbito da produção familiar.

Nessa direção, entendo que a ação social é uma síntese de racionalidades não redutíveis umas às outras, principalmente no que se refere à tendência de deslocar a questão agrária, privilegiando a questão econômica/produtiva, sendo que o que empiricamente se vê é um emaranhado de questões. Em síntese, a experiência associativa observada contribui e elucida o direcionamento que vem sendo dado ao processo de reorganização do meio rural brasileiro que acontece via mercado por meio da concessão de créditos agrícolas e participação em políticas públicas.

Em relação ao tipo de gestão encontrada na APRAFT, percebe-se que a autogestão está presente, existindo uma gestão democrática pelo esforço de fazer com que todos participem das reuniões que são realizadas com considerável frequência. Além de que os associados estão cientes do que ocorre na cooperativa e nas decisões tomadas. Aponto, no entanto, que se analise mais a fundo sobre a possível dificuldade dos produtores em discutir e opinar durante as reuniões, há dificuldades e entraves na comunicação e na condução do

processo decisório (principalmente durante as reuniões), crise de representatividade e falhas no papel da coordenação, que tende ao centralismo.

Dentre os aspectos que considero problemáticos, destacam-se as diferentes e múltiplas concepções e práticas associativas entre os próprios membros, que transitam entre enfatizar o desenvolvimento econômico ou priorizar o desenvolvimento político-social. Além disso, a complexidade e a rigidez das estruturas organizacionais provindas da participação nas políticas de crédito tornam as atividades da associação um tanto burocráticas.

Esta pesquisa evidenciou que está em curso uma quebra de paradigmas nos espaços reconhecidamente marcados por serem de compartilhamento de ideias, reciprocidade, cooperação e etc, no caso, as associações. Observo a partir do caso estudado, que a modernização da agricultura e as mudanças ocorridas nas metodologias das políticas públicas, provocaram uma convivência complexa de racionalidades.

A necessidade de concorrer num mercado cada vez mais dinâmico e especializado exigiu dos pequenos e médios agricultores, em particular estes associados, uma dinâmica organizada para a continuidade de sua reprodução econômica e social. Assim, esses produtores se constituem em agentes que não são residuais dentro do sistema produtivo. O que os caracteriza é a inventividade e a organização produtiva viabilizada na forma de associações (cooperativas e sindicatos, também), que atingem sua potência comunicativa dependendo da aderência de seus associados, da convergência dos objetivos individuais e coletivos, da participação efetiva nas decisões, da criação de consensos, etc; por outro lado, o esvaziamento comunicativo dá-se pelas imposições burocráticas e administrativas, pelos interesses individuais, pela não-participação, pelas decisões centralizadas, etc.

O espaço associativo com o qual debati nesta pesquisa revela uma saída institucional para antigas disputas e divergências envolvendo os diversos segmentos do campo brasileiro. Fica evidente que o Estado torna-se também agente neste processo ao amarrar a participação em políticas públicas específicas para este setor com as organizações associativistas. Pensar os sentidos com que os agentes respondem a esses processos revelou, ainda que de maneira limitada pelos contextos históricos, a existência de uma produção de “subjetividades” nas dinâmicas desses espaços associativos. Esta pesquisa admite uma nova tendência de participação e organização na dinâmica produtiva entre agricultores familiares, no sentido de que os agentes sociais observados atuam para construir ativamente o (s) mercado (s) no (s) qual (ais) se inserem. Assim, as conclusões apontam que o associativismo ilustra um interesse

de mercado como reprodução econômica e social dos grupos organizados. No entanto, esse “interesse de mercado” não pode ser explicado só e somente pelos preceitos econômicos clássicos da ação racional destinada a fins, pois indica que a associação não se sustenta apenas por uma troca mercantil entre os agentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, v.4, n.2, p. 379-396, 2000.

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**. Ed. UNESCO – Convênio FAO/INCRA-EPAGRI, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na política agrícola**. — Projeto de Pesquisa. São Paulo/Brasília: 1996. Convênio FIPE/IPEA 07/97.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão nº 641**. Convênio FIPE/IPEA 07/97, Brasília, 1999.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, nº15, p. 87-112, 2000.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento Regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (orgs). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.33-44.

BARONE, L. A. et al. **Estratégias de gestão territorial: as experiências associativas dos assentamentos rurais em São Paulo em perspectiva crítica**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: SOBER, 2008.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). **As regiões ganhadoras: distritos e redes - os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 171-188

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Organizações & Sociedade**, Salvador, 22 (74), p. 325-344, 2015.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002, 266p.

BERGAMASCO, S.M.P.P. **Extensão Rural: passado e presente no discurso e na prática**. In: CORTEZ, L.A.B.; MAGALHÃES, P.S.G. (Coord.). Introdução à engenharia agrícola. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p.353-364.

BOURDIEU, P. **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.

BOURDIEU, P. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction sociale. In: **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genebra/ Paris: Droz, 1972, p. 1105-1127

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 59, de 21 de Novembro de 1966**. Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional de Cooperativismo e dá outras Providências. Brasília, 21 de novembro de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 56.449, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010**. Institui o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, autoriza a celebração de convênios com Municípios do Estado de São Paulo e entidades que especifica e dá providências correlatas. São Paulo, 2010. Disponível em: <> Acessado em 18/04/2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em 7 de Jan 2016

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. PRONAF — **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**.— Brasília: set. 1996, 37 p.

BRUMER. A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social da agricultura familiar. **Revista NERA**, ano 11, n. 12, jan/jun, p. 6-17, 2008 – ISSN: 1806-6755

BUAINAIN, A.; ROMERO, A.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, p.312-347, 2003.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 15(2), p. 45-65, 1998.

CAMARGO, A. M. M. P. de; CAMARGO, F. P. de. Área, produção e valor da produção de hortaliças no estado de São Paulo, 2009-2010, **Anais...** 51º Congresso Brasileiro de Olericultura CD-ROM, jul. 2011.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais.

**Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr, 2000.

CAMPOS, R. A Região de Araraquara e a constituição do Local: experiência em desenvolvimento Rural a partir do SAI - Sistema agroindustrial integrado. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, p. 1-23, 2011a.

CAMPOS, R. Região de Araraquara: Elemento para pensar um indicador sobre vocação produtiva agrícola. **Retratos de Assentamentos**, v.14, n.2, p.215-228, 2011b.

CAMPOS, R. Desenvolvimento rural, conhecimento e cooperação como força produtiva. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**,v. 32, p. 161-180, 2007.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, ISSN 0104-026X, Florianópolis, Brasil, v.9 n.1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v.2, n.1, p. 09-38, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DO&A, 2002, p.13-32.

COSTA, A. A. A.; RIBEIRO, T. C. A. O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Recife, 2001.

COUTINHO, D. R. Capacidades Estatais no Programa Bolsa Família: o desafio de consolidação do sistema único de assistência social. **Texto para discussão 1852**, IPEA, Rio de Janeiro, Agosto de 2013.

CRIBB, A. Y.; CRIBB, S. L. S. P. Gestão cooperativista e verticalização agroindustrial: estratégias para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, p. 110-119, 2008.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p.125-146, 2014.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: ICONE, 1985.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, dez, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>.

DEMO, P. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

DENARDI, R. A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná**. Curitiba: Emater/PR, 2000. 60p.

DURSTON, J. (org). **Juventud rural: modernidad y democracia em América Latina**. Santiago, Chile: Cepal, 1996.

DURSTON, J. **El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación – los ingresos rurales no agrícolas en los países en desarrollo**. Roma, 1998 <<http://www.fao.org/docrep/w9500s/w9500s12.htm#P12-01>> Acesso em 31/01/2017.

FARRINGTON, J.; CHRISTOPLOS, I. KIDD, A. D.; BECKMAN, M. Can Extension Contribute to Rural Poverty Reduction? Synthesis of a Six-country Study. **ODI, Agricultural Research and Extension Network**, paper no. 123. London, 2002.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. Texto apresentado no XXIX Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos Ceru/USP, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2002. <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/207/203>> Acesso em 31/01/2017

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo, Global, 1983.

GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n.20, p. 5-44, abril, 2003.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.

GIDDENS, A. Time, Space and Regionalisation. In: GREGORY, D. e URRY, J.(ed.): **Social Relations and Spatial Structures**. Londres: MacMillan, 1985.

GIDDENS. A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2008.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003. ISBN: 85-7419-364-X

GORZ, A. **O Imaterial**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 394 p.

GRANOVETTER, K. **Coase revisited: Business groups in the modern economy**. Oxford: Editora Oxford University Press, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**, Rio de Janeiro: DO&A, 1999, p.77-100.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v.1.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas digitais**. Disponível em <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>> Acesso em: 24/05/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 e a Reforma Agrária – aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf) >. Acesso em: 14 de março de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**. 2012. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil\\_Municipios/2011/munic2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf) . Acesso em: 11/05/2017 às 14:48h

JARDIM, M. A. **Estado e Mercado no Brasil contemporâneo: a produção de sentidos, a produção de alianças**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

KAGEYAMA, A. (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, s.n. 1987.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial, formas de ida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LEITE, S. *et al.* **Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policymakers**. Rio de Janeiro: CPDA, 2007 (Convênio CPDA-NEAD3).

LIMA J. C. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo Social, revista de Sociologia da USP**, v. 21, n.1, p. 113- 132, 2009.

LUPA. **Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo**. Dados consolidados municipais, 2007.

MALLMANN, M. I. **Os ganhos da década perdida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MARAZZI, C. **O lugar da meias: a virada lingüística da economia e seus efeitos sobre a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol. 43, nº2, p. 249-266, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política (livro III)**. São Paulo: Difel, 1983.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. **Cartilha do Associativismo**. Brasília, 2008. ISBN 978-85-99851-32-6

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (org.) **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 33-40.

MDA. Ministérios do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável**. 2013. Disponível em <http://www.mda.gov.br/pndr/ps/principal.pdf>. Acesso em 11/05/2017 às 15:08h

MOORE JR., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa, Santos: Edições Cosmos; Livraria Martins Fontes, 1975.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NEGRI, A. O empresário político. In: GALVÃO, A.; URANI, A.; COCCO, G. (orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.67-76.

OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: **Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 19-69.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: 2010.

OLIVEIRA, F. O capital contra a democracia. In: TEIXEIRA, A. C. C. (org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 128 pp. ISSN - 0104-2335.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORTEGA, A. C.; SILVA, F. P. M. Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**. Salvador, ano XIII, n. 23, julho de 2011, p.32-52.

PINHEIRO, D. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, Editora Trinova, 1997.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 59-217.

PUTNAM, R.; DAVID, R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R. **Jogando boliche sozinho: colapso e ressurgimento da coletividade americana**. Tradução: Marcelo Oliveira da Silva. Curitiba: Atuação, 2015.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REVISTA CASA DA AGRICULTURA. **Organização Rural**. Ano 14, n.,1 jan/fev/mar, 2011

ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 395-415, 2003.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (ed.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 9ª ed. São Paulo: Record, 2002.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, 14 (2), p. 225-238, Brasília, 1997.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (orgs.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora UNB, DATAUNB, 1998.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e**

**Sociedade.** Porto Alegre, v. 19, 2007, p. 84-94. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822007000400012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000400012&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1807-0310.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho**, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SCOPINHO, R. A.; MELO, T. G. Participação em cooperativas de Assentamentos rurais: um estudo sobre os sentidos do trabalho. **Psicologia em estudo**, v. 10, n.4, p. 529-541, out/dez, 2015. Doi: 10.4025/psicoestud.v20i4.25776. Acesso em 21/10/2016.

SEBRAE. **Pesquisa Perfil e Necessidades da Olericultura Paulista.** Estado de São Paulo. 2013

SEBRAE. **Perfil do produtor rural.** 2012. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/perfil\\_do\\_produto\\_rural\\_-2012\\_.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/perfil_do_produto_rural_-2012_.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SILVA, J. G. **O Novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP, IE, 1999.

SILVA, J. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? **Textos para discussão nº2.** Brasília: NEAD, 2001.

SILVA, P. A. O e. **Capital social e políticas de combate à pobreza no Brasil:** uma abordagem em rede. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TAQUARITINGA. **Lei Complementar Nº 3601, de 05 de Janeiro de 2007.** Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Taquaritinga e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 05 de janeiro de 2007.

TAQUARITINGA. **Lei Nº 4.295, de 09 de Novembro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura da Prefeitura Municipal de Taquaritinga, cria os cargos em comissão e as funções gratificadas necessárias, procede a uma nova organização e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 09 de Novembro de 2015.

TROIANO, J. A. **A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica:** algumas experiências brasileiras e espanholas. Monografia. (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Textos para Discussão nº 1.** Brasília, DF: NEAD, 2001.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos avançados.** São Paulo, v.20, n.57, p. 333- 353, abril, 2006.

VIEIRA, E. A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.53, p. 67- 73, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n.15, out. 2000

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

# APÊNDICES

**ANEXO A - Roteiro das entrevistas semi-abertas para os associados**

 <p><b>C A P E S</b></p>	<p><b>UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara</b>  <b>Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais</b></p>	
<p>Pesquisa – Trabalho associado e pequena produção agrícola no interior paulista: cooperação e comunicação como estratégias produtivas</p>		
<p>DATA:</p>	<p>ENTREVISTA N°:</p>	<p>MUNICÍPIO:</p>

**Informações gerais**

<p>Nome:</p>
<p>Profissão:</p>
<p>Idade:</p>
<p>Sexo          Feminino ( ) Masculino ( )</p>
<p>Formação:</p>
<p>Tempo na associação:</p>

**Produção/Propriedade**

Qual o tamanho da sua propriedade? (em hectares)

---

O que você produz?

---

Há quanto tempo produz?

---

Como é a sua participação na produção?

---

Como é a participação dos outros membros da família na produção?

---

Você reside na propriedade?

---

Fez cursos de capacitação técnica? Quais?

---

Você enxerga sua propriedade como uma empresa? Se sim, se considera uma empreendedor agrícola?

---

Tem Filhos?

( ) Sim ( ) Não

(se sim) Seus filhos (as) têm interesse por agricultura? Acredita que eles prosseguirão com a produção?

---

Qual a renda familiar?

---

Qual a renda média da propriedade por ano? (Pergunta optativa)

---

Você produz ou já produziu cana-de-açúcar ou laranja (ou outras monoculturas) em larga escala?

---

Qual é a porcentagem da sua renda proveniente da produção agrícola?

---

Quantas pessoas de sua família dependem da renda da produção agrícola?

---

Tem alguma outra fonte de renda? Qual? Por quê?

---

Como você adquiriu a propriedade?

---

Em que ano você adquiriu a propriedade?

---

Você tem ligação afetiva e de pertencimento com a propriedade ou vê como mero investimento?

---

Tem algum outro tipo de produção em sua propriedade? a) Se, sim qual?

---

b) Se, não por quê?

---

### **Associação**

Em que ano a associação foi fundada?

---

Quantos produtores estão associados atualmente?

---

São produtores do que em sua maioria?

---

A vontade de se associar surgiu por quais motivos?

---

Mais algum membro da família participa da associação?

---

Por que associação e não cooperativa?

---

Vocês estabelecem parcerias locais? Quais?

---

E regionais?

---

Contatos com outras associações? Se sim, quais?

---

Quais são as dificuldades internas? E externas?

---

Qual o principal objetivo da associação?

---

Como se dá a relação da associação com a produção?

---

Você conseguiria me dizer algumas características comuns dos produtores associados?

---

Como você definiria a associação?

---

Como você enxerga seu papel na associação? \_\_\_\_\_

Depois de se associar, houve mudanças na produção? Quais? \_\_\_\_\_

Pretende continuar associado? Por quê?

---

Existe uma relação afetiva com a associação?

---

**ANEXO B - Questionário aplicado a todos os associados**

 <p><b>C A P E S</b></p>	<p><b>UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara</b>  <b>Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais</b></p>	 <p><b>unesp</b></p>
<p>Pesquisa – Trabalho associado e pequena produção agrícola no interior paulista: cooperação e comunicação como estratégias produtivas</p>		
<p>DATA:</p>	<p>ENTREVISTA N°:</p>	<p>MUNICÍPIO:</p>

**Informações gerais**

<p>1)Nome:</p>
<p>2)Idade:</p>
<p>3)Sexo:          Feminino ( ) Masculino ( )</p>
<p>4)Profissão:</p>
<p>5)Estado Civil:          Solteiro (a) ( ) Casado (a) ( ) Separado (a) ( ) Amasiado (a) ( ) Outra situação:</p>
<p>6)Tem filhos?          Sim ( ) não ( )          Se sim, quantos filhos?          1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ou mais ( )</p>
<p>7) Formação:          Analfabeto ( ) / Ensino fundamental - incompleto ( ) completo ( )          Ensino médio - incompleto ( ) completo ( ) / Ensino técnico - incompleto ( ) completo ( )          Ensino superior - incompleto ( ) completo ( ) / Pós-graduação - incompleto ( ) completo ( )          De ensino técnico incompleto à pós-graduação completo, qual o curso?</p>
<p>8) Tempo na associação:</p>
<p>9) Reside na zona:          Urbana ( ) Rural ( )</p>

### Produção/Propriedade

10) Qual o tamanho da sua propriedade? (em hectares):
11) Qual a área da sua propriedade destinada ao cultivo?
12) O que você produz? Legumes ( ) Hortaliças ( ) Frutas ( ) Grãos ( ) Carne ( ) Leite e derivados ( ) Ovos e aves ( ) Outros ( ):
13) Você reside na propriedade?
14) Qual sua renda familiar? Até 788,00 ( ) até R\$ 1.500,00 ( ) até R\$ 2.500,00 ( ) até R\$ 3.500,00 ( ) Até R\$ 4.500,00 ( ) até R\$ 5.500,00 ( ) até R\$ 6.500,00 ( ) até R\$ 7.500,00 ( ) até 8.500,00 ( ) Até R\$ 9.500,00 ( ) Mais de 9.500,00 ( ).
15) Qual a renda média da propriedade por ano? (Pergunta optativa)
16) Qual é a porcentagem da sua renda proveniente da produção agrícola?
17) Tem alguma outra fonte de renda? Qual? Por quê?
18) Em que ano você adquiriu a propriedade?
19) Como adquiriu a propriedade? Compra ( ) Herança ( ) Arrendada ( ) Outra ( )
20) Há quanto tempo produz?
21) Como é a sua participação na produção? ( ) direta ( ) indireta
22) Você tem funcionários? Se sim, quantos?
23) Se há funcionários, qual a relação de trabalho estabelecida com esses? Assalariado formal ( ) Trabalhador temporário ( ) Outro ( ):
24) Como é a participação dos outros membros da família na produção?

25) Qual é o seu parentesco com os membros da família que trabalham na propriedade?
26) (se sim) Seus filhos (as) têm interesse por agricultura? Acredita que eles prosseguirão com a produção?
27) Fez cursos de capacitação técnica? Se sim, quais?
28) Sobre o conhecimento empregado na produção, como foi adquirido? Com o dia-a-dia( ) Com os pais ( ) Com técnicos ( ) Na internet ( ) Literatura ( ) Outros ( ):
29) Conta ou já contou com financiamento governamental para a produção? Sim ( ) Não ( ) Se sim, qual?
30) Você enxerga sua propriedade como uma empresa? Se sim, se considera um empreendedor agrícola?
31) Quantas pessoas de sua família dependem da renda da produção agrícola?
32) Você tem ligação afetiva e de pertencimento com a propriedade ou vê como mero investimento?
33) Você produz ou já produziu cana-de-açúcar ou laranja (ou outras monoculturas) em larga escala?
34) Tem algum outro tipo de produção em sua propriedade? a) Se, sim qual? b) Se, não por quê?

### **Associação**

35) Em que ano a associação foi fundada?
36) Quantos produtores estão associados atualmente?
37) São produtores do que em sua maioria?

38) A vontade de se associar surgiu por quais motivos?
39) Mais algum membro da família participa da associação?
40) Por que associação e não cooperativa?
41) A associação tem parceiros locais? Quais?
42) E regionais?
43) Contatos com outras associações? Se sim, quais?
44) Quais são as dificuldades internas?
45) E externas?
46) Qual o principal objetivo coletivo da associação?
47) E pra você, o que significa estar associado?
48) Existe relação da associação com a produção? Se sim, de que forma?
49) Você conseguiria me dizer algumas características comuns dos produtores associados?
50) Como você enxerga seu papel na associação?
51) Depois de se associar, houve mudanças na produção? Quais?
52) Houve mudanças na sua carga horária de trabalho?

53) Pretende continuar associado? Por quê?

54) Existe uma relação afetiva com a associação?

55) Exerce atividade não-agrícola? Qual?